CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

À FLOR DA PELE*:* A JUVENTUDE NEGRA FEMININA NA AGENDA POLÍTICA DE JUVENTUDE NO SÉCULO XXI

Juliano Gonçalves Pereira

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Relações Étnico-raciais.

Orientadora: Sônia Beatriz dos Santos

Rio de Janeiro
Setembro/2013

À FLOR DA PELE: A JUVENTUDE NEGRA FEMININA NA AGENDA POLÍTICA DE JUVENTUDE NO SÉCULO XXI

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ na linha Pensamento em Políticas Públicas: Dimensões Institucionais das Relações Étnico-raciais, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Relações Étnico-raciais.

Juliano Gonçalves Pereira

Aprovada por:

_____
Prof. Dra. Sônia Beatriz dos Santos – orientador

_____
Prof. Dr. Roberto Carlos da Silva Borges

_____
Dra. Jurema Pinto Werneck

_____
Prof. Dr. Álvaro de Oliveira Senra

Rio de Janeiro
Setembro/2013

RESUMO

À FLOR DA PELE: A JUVENTUDE NEGRA FEMININA NA AGENDA POLÍTICA DE JUVENTUDE NO SÉCULO XXI

Juliano Gonçalves Pereira

Orientadora: Sônia Beatriz dos Santos

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Etnicorraciais.

Esta pesquisa teve como objetivo central refletir sobre a forma como a política pública direcionada a Juventude Negra no Brasil, neste século XXI, tem incorporado as experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina. Dividimos este estudo em três capítulos. No capítulo I definimos Juventude Negra Feminina. No capítulo II analisamos a presença das experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina nas políticas públicas, *Projeto FAROL – Oportunidade em Ação* e *Plano Nacional Juventude Viva: Plano de enfrentamento à violência contra a Juventude Negra* e no capítulo III examinamos os depoimentos de mulheres negras jovens militantes sobre as políticas públicas destinadas a juventude negra. Finalizamos esta pesquisa concluindo que as políticas públicas focais para a juventude negra são instrumentos importantes de garantia de acessos aos direitos específicos deste segmento na sociedade brasileira, porém, precisam ser melhoradas no que se refere à incorporação das demandas específicas da juventude negra feminina.

Palavras-chave:

Juventude Negra Feminina; Políticas Públicas; Juventude Negra

Rio de Janeiro
Setembro/2013

ABSTRACT

SKIN DEEP: BLACK FEMALE YOUTH ON THE YOUTH POLITICAL AGENDA IN THE 21ST CENTURY

Juliano Gonçalves Pereira

Advisor: Sônia Beatriz dos Santos

Abstract of dissertation submitted to Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, as partial fulfilmeent of the requirements for the degree of master.

.

This research aimed to reflect on how public policy oriented for Black Youth in Brazil, in the 21st century, has incorporated the experiences, practices and political speeches of Black Female Youth. We divided the study into three chapters. Chapter I conceptualized what is Black Female Youth. In Chapter II we analyze whether or not, and how the experiences, practices and political discourses of Black Female Youth appear in public policy, *Projeto FAROL – Oportunidade em Ação* e *Plano Nacional Juventude Viva: Plano de enfrentamento à violência contra a Juventude Negra*. And on Chapter III we examined the testimonies of the young black women activists on public policies aimed to black youth. We end this study concluding that public policy that focus on black youth are important tools for ensuring access to specific rights for this group in the Brazilian society, however, they need to be improved as regards the incorporation of the specific demands of black female youth.

Keywords:

Black Female Youth; Public Policy; Black Youth

Rio de Janeiro
September/2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

P436 Pereira, Juliano Gonçalves
À flor da pele : a juventude negra feminina na agenda política de juventude no século XXI / Juliano Gonçalves Pereira.—2013.
x, 86f. + apêndices: il. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2013.
Bibliografia : f. 83-86
Orientadora : Sônia Beatriz dos Santos

1. Jovens negros – Brasil. 2. Negras – Brasil. 3. Brasil – Política social. I. Santos, Sônia Beatriz dos (Orient.). II. Título.

CDD 305.898

Dedicatória

À Ângela Danielle (querida Dê)...

...e a Isaac (in memórian).

Agradecimentos

A minha Dindinha Izidra Teixeira (*In memórian*);

A minha Mãe Maria do Carmo Gonçalves Pereira;

Ao meu Pai José Lauzinho Pereira;

A minha irmã Patrícia Gonçalves Pereira;

Ao Carlos André, Poliana e Carlos Daniel; Vildmarck e Adriana com sua descendência que chega; Moisés, Suellen, Maria Fernanda e Miguel;

A Lúcia Xavier (ONG CRIOLA);

A Wânia Cidade;

A Elisangêla Chaves;

A Rosana Santos;

A Ângela Ernestina;

A Dona Regina e Seu Orlando;

A todas que somaram a esta pesquisa, Mairas, Anas, Jussaras, Mayanas, Priscilas, Claudienes, Lias, Larissas, Nazarés, Suelens, Elis, Midiãs, Micheles, Cris, Lilianis;

A Renata Penajóia;

A Yan Penajóia;

A Sylvia Helena;

A Ana Nery Lima;

A Jussara Lopes;

À Rede Nacional de Controle Social e Saúde da População Negra;

Ao Movimento Social Negro Feminista;

Ao Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE;

Ao amigo e Professor Dr. Álvaro Senra;

De maneira muito especial a minha orientadora Professora Dra. Sônia Beatriz dos Santos;

E ao amigo e Professor Dr. Roberto Borges.

“Vá meu filho, ganhe o mundo...

...Seja lido e corrido”

Izidra Teixeira - Dindinha (*in memorian*)

Sumário

Introdução.....1

À Flor da Pele 2

Cada ponto de vista é a vista de um ponto 8

Outros objetos, outras metodologias.....12

I. Olhando com olhos de ver: a Juventude Negra Feminina 16

I.1 A interseccionalidade e os diferentes eixos de subordinação.....17

I.2 Juventude Negra Feminina: *uma construção histórica* 22

I.3 O sujeito político juventude Negra Feminina 29

I.4 A Juventude Negra Feminina e a violência no Brasil.....33

II. A Juventude Negra Feminina e as Políticas Públicas de Juventude.....39

II.1 A Juventude Negra Feminina e as dimensões de raça 42

II.2 Políticas Públicas: *uma representação hegemônica*.. 44

II.3 Projeto Farol – Oportunidade em Ação 46

II.4 Juventude Viva: Plano de Enfrentamento a Violência contra a Juventude Negra..…..51

III. A Juventude Negra Feminina e seus Posicionamentos 61

III.1 Juventude Negra Feminina: *a visão de um ponto*.....63

Considerações Finais 77

Referências Bibliográficas 83

Apêndice I Roteiro de Entrevista I.....86

Apêndice II Roteiro de Entrevista II.....89

Apêndice III Termo de Consentimento Livre Esclarecimento 90

Lista de Tabela

TAB – III.1 Perfil socioeconômico e sociodemográfico das entrevistadas.....64

Introdução

O objetivo central dessa pesquisa é refletir sobre a forma como a política pública direcionada à Juventude Negra no Brasil, neste século XXI, tem incorporado as experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina[1]. Definimos Juventude Negra Feminina como uma categoria analítica para se referir ao grupo de jovens negras presentes no interior do movimento juvenil negro que busca por acesso a direitos neste país, que soma ao que entendemos por feminismo negro diaspórico[2], que será discutido mais detalhadamente nos próximos capítulos deste trabalho.

Para alcançarmos o objetivo proposto, primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico acerca da temática Juventude(s)[3] no Brasil, onde definimos o que entendemos por Juventude Negra Feminina, compondo as reflexões do capítulo I. O segundo passo desta investigação se constituiu na análise de duas políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal, nos últimos 05 anos deste século XXI, com o foco na Juventude Negra, o *Projeto FAROL – Oportunidade em Ação*[4] e o *Plano Nacional Juventude Viva: Plano de enfrentamento à violência contra a Juventude Negra*[5]*.* Estas análises estruturam o capitulo II. Apresentamos os resultados das entrevistas que realizamos com jovens negras militantes, onde buscamos analisar suas percepções sobre a presença de suas prioridades nas políticas públicas investigadas. Esta análise compõe o capítulo III.

Essa pesquisa dialoga com os estudos subalternos[6], por refletir sobre outras possibilidades e lógicas de análises de indivíduos e grupos historicamente excluídos, focando na realidade da Juventude Negra Feminina na sociedade brasileira no período estabelecido entre 2009 e 2013. Pretendemos com esta pesquisa contribuir para as reflexões que problematizam a não centralidade das demandas da juventude negra feminina nas políticas públicas de juventude, uma vez que estas se fizeram presentes nos espaços de discussão e construção destas políticas e cujos pensamentos e práticas entendemos ser de grande

---

[1] O termo Juventude Negra Feminina foi escolhido pelo pesquisador para fazer referência às jovens negras brasileiras e será apropriadamente explicado e desenvolvido no Capítulo I desta pesquisa.

[2] São grupo cujas práticas políticas e intelectuais são produzidas e desenvolvidas por feministas e/ou ativistas afrodescendentes, e ainda, cujas práticas apresentam como característica marcante, a propriedade de serem (ou terem sido) fundadas e forjadas a partir da articulação das categorias políticas de "raça", gênero, classe e sexualidade, em resposta a um sistema de dominação (opressão) que tem impactado as mulheres negras e que majoritariamente se caracteriza pela interseccionalidade do racismo, sexismo, classismo e heterossixismo. (SANTOS 2007)

[3] O Conselho Nacional de Juventude juntamente com agências de pesquisas e órgãos que discutem Juventude, compreende jovem a partir da condição etária, que justifica os fins estatísticos que orientam as políticas públicas. Nesse sentido, no Brasil jovem é o segmento que possui entre 15 e 29 anos. (CONUVE, 2010)

[4] O Projeto Farol: Oportunidade em Ação foi uma política pública com o foco na inclusão de jovens negros em situação de vulnerabilidade social e segregação familiar, realizado com recurso do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. (TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A SEPPIR E O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ 01/2008)

[5] Política pública estruturada pela Secretaria Nacional de Juventude em parceria com o SEPPIR e outros ministérios para enfrentamento à mortalidade da Juventude Negra. Ver: www.juventudeviva.gov.br.

[6] Os estudos subalternos privilegiam o lugar de fala descentrado do modelo hegemônico europeu. Na perspectiva dos estudos pós-coloniais, a questão já não é apenas a voz nativa, como a do outro diferente, mas o reconhecimento das condições históricas e políticas de construção de alteridades submetidas a um regime colonial de subalternidade. Em outras palavras, trata-se de deslindar os mecanismos de articulação do nativo (o objeto etnográfico) junto com o etnógrafo (e, sobretudo o etnógrafo do país periférico), ambos, na verdade, enquanto sujeitos coloniais (ou neocoloniais). (CARVALHO, 2001, p. 128)

relevância para as análises que articulam juventude, raça[7], classe, gênero[8] na contemporaneidade. Partimos da problematização da categoria geracional como elemento que pretere as jovens negras do acesso aos direitos, mesmo quando as políticas são afirmativas.

Consideramos que o que apresentamos é apenas um ponto de vista particular, criado a partir das análises, experiências e trajetória do pesquisador no que se refere ao objeto proposto, constituindo assim, um pequeno recorte de infinitas possibilidades que a temática permite. Pretendemos nesse estudo, oferecer questões pertinentes que se impõem em face ao objeto escolhido, sem a pretensão de esgotar a discussão, mas influenciar perspectivas de investigação futuras.

A possibilidade de fomentar a elaboração de outras perguntas e provocar outras análises e reflexões sobre a Juventude Negra Feminina, ampliando o debate sobre a condição e a situação das jovens negras e consequentemente das mulheres na sociedade brasileira, se constitui a principal justificativa para a realização deste trabalho.

À flor da pele

O século XXI traz uma dinâmica que possibilita informações rápidas e condensadas e propõe, para o cotidiano social, rupturas interessantes e fundamentais na forma de pensar, agir e se comunicar em sociedade a exemplo das novas tecnologias de comunicação via internet e telefone. Esta nova forma de comunicação possibilita que notícias e imagens do que acontece no mundo possam ser acessadas quase que em tempo real pelo telefone, tablet ou computador, permitindo interpretações pessoais instantâneas sobre os acontecimentos mais significativos na sociedade.

De modo especial, viabiliza outras formas de analisar e refletir sobre o acesso e a garantia aos direitos no Brasil, de modo especial à Juventude Negra Feminina. Esse tempo é favorável às mobilizações políticas atuais, que problematizam a visão tradicional que inscreve marcas de exclusão, viabilizadas a partir do racismo[9], da discriminação racial[10], do sexismo, do classismo, do heterossexismo por si mesmos, ou em um arranjo interseccional.

---

[7]O termo raça aqui empregado é entendido como categoria sociológica presente na estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Este conceito é político-ideológico e não biológico." (MUNANGA, 2006, p. 27)

[8]O uso do gênero como categoria analítica é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. A sua aplicação rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação, baseadas, por exemplo, no fato de que são as mulheres que têm a capacidade de gerar os filhos no ventre, e que os homens possuem força muscular superior as mulheres, dentre outros. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as "construções sociais"- a criação inteiramente social das ideias sobre os papeis próprios aos homens e às mulheres. È uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças, percebida entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1989)

[9] Sistema multidimensional de classificação social, que (no caso brasileiro) tem em traços corpóreos (cor da pele, cabelo, entre outros traços fenotípicos) o principal traço diacrítico classificatório, mas que pode associar outras variáveis para compor um sistema de dominação, controle e exploração social. Isso resulta da complexidade dos sistemas classificatórios e da forma como eles são operados dentro das regras sociais. (SANTOS. R. E, p.48)

[10] Discriminação racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de sua vida. (ARTIGO 1º, PARÁGRAFO 1 DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL)

Estudar a juventude negra feminina e suas propostas, pretensões, experiências, práticas e discursos políticos, somam a necessidade de leituras mais detalhadas da realidade social contemporânea. As mulheres negras jovens são as principais vitimas da mortalidade materna[11], que na maioria dos casos se constitui em situações de morte evitáveis. Os dados do Ministério da Saúde contabilizados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM[12], revelam que na década de 2000 a 2010 houve oscilação no número de óbitos neste período, passando de 73.3 em 2000, atingindo o quantitativo de 77 em 2007 e em 2010 com a taxa de 68,2 a cada 100 mil nascidos vivos, taxas extremamente altas para um país como o Brasil. São casos de abortamento em condições e atendimento inadequados, negligência médica durante o período de gravidez, dentre outros fatores, que se constituem ações diretas e indiretas de violência contra as mulheres. As mortes geradas, dessa relação de exclusão e negligência, não são contabilizadas como homicídios.

No II Plano Nacional de Políticas paras as Mulheres, em seu Capítulo III que versa sobre a saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, apresenta como objetivo geral a necessidade de promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres, em todas as fases do seu ciclo vital, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e a ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde integral em todo o território brasileiro, sem discriminação de qualquer espécie, sendo resguardadas as identidades e especificidades de gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual.

A incidência e prevalência de diferentes formas de violência e morte têm sido utilizadas como indicador importante para a demonstração da vigência de discriminações de raça, identidade de gênero, classe social e outras. Esta tem sido uma escolha constante de diferentes sujeitos sociais e políticos subordinados para, através deste indicador, demonstrar de forma incontestável a vigência de iniquidades. As altas taxas de mortalidade materna se configuram como uma violação dos Direitos Humanos de Mulheres e de Crianças e um grave problema de saúde pública, atingindo desigualmente as regiões brasileiras com maior prevalência entre mulheres e crianças das classes sociais com menor ingresso e acesso aos bens sociais.

A violência é um fenômeno crescente que tem atingido diretamente os jovens no Brasil. O homicídio é a principal causa de mortes não naturais e violentas entre os jovens. A cada 100

---

[11] O período de maternidade, de modo especial a gravidez e o nascimento são eventos únicos na vida da mulher e, deste modo, é responsabilidade de todos aqueles envolvidos na assistência, em especial dos órgãos competentes ao direito à saúde, proporcionar uma atmosfera de carinho e humanismo que apoie a mulher neste momento importante, respeitando as suas necessidades e liberdade de expressão. O racismo, no entanto, tem impossibilitado as mulheres negras a este cenário, quando não cerceado-as aos direito a vida neste momento.

[12] SIM – Sistema de Informação Sobre Mortalidade. istema de Informações sobre Mortalidade (SIM) foi criado pelo DATASUS para a obtenção regular de dados sobre mortalidade no país. A partir da criação do SIM foi possível a captação de dados sobre mortalidade, de forma abrangente, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. Portal do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=040701>.

mil jovens, 53 foram assassinados, em 2011 e os crimes foram praticados contra pessoas entre 14 e 25 anos. Mortes por arma de fogo cresceram 346% em 30 anos no país (WAISELFISZ, 2013). Os índices de homicídio entre a população jovem no Brasil têm alcançado números dramáticos, e faz desse país um dos lugares do mundo mais desafiadores para a sobrevivência da população jovem.

A distribuição dos homicídios, quando levamos em conta o gênero das vítimas, não é equitativa, nem igualitária, acompanha bem de perto nossas mazelas sociais. Por esse motivo são indicadores privilegiados dos conflitos e mecanismos de segregação social que os discursos (público e privado) tendem a ocultar. (WAISELFISZ, 2013)

Segundo WAISELFISZ (2013), responsável pelo estudo Mapa da Violência:

> *"[...] Os estudos existentes coincidem na afirmação de que a vitimização homicida no país é notada e fundamentalmente masculina. A feminina só representa aproximadamente 8% do total de homicídios, mas com características bem diferenciadas da mortalidade masculina. Ainda assim, apesar desse baixo índice, no último ano acima de 4,5 mil mulheres foram vítimas de homicídios. Nos 32 anos considerados - de 1980 a 2011, morreram assassinadas 96.612 mulheres." (*WAISELFISZ, 2013, p. 69)

Considerando o Brasil como um todo, WAISELFISZ (2013) ainda afirma que o número de homicídios entre mulheres de 2000 a 2010 aumentou 17,2%, duplicando o aumento do número de assassinatos masculinos que no mesmo período foi de 8,1%. A Campanha do Desarmamento ocorrida entre 2004 e 2005, é vista como instrumento que gerou a diminuição do número de homicídios no Brasil, revela menor impacto para a contenção dos homicídios entre as mulheres, o que configurou o aumento desse meio de assassinato no âmbito doméstico e sem o uso de arma de fogo. Em alguns estados como Bahia e Paraíba o número de homicídios entre mulheres triplica. (WAISELFISZ, 2013, p. 71-72)

O fenômeno da mortalidade precoce e por homicídio entre jovens negros e negras tem demandado a necessidade de elaboração de políticas públicas direcionadas para estes segmentos, a exemplo das que propomos analisar nesta pesquisa. Os óbitos de jovens registrados pelo Ministério da Saúde têm chamado atenção de vários estudos sobre juventude no Brasil, como é o caso dos *Mapas da Violência no Brasil 2012 e 2013*[13]*.* Nestes estudos os índices de homicídios contabilizados pelo Ministério da Saúde através do SIM são problematizados, como os números de 2010, que contabilizaram 192.804 casos. Esses números são superiores a somatória de homicídios ocorridos em países que estiveram em conflito armado, como Israel/Territórios Palestinos, Iraque, Afeganistão, Colômbia, Paquistão, Índia, Somália e Sudão, entre 2004 a 2007 que juntos somam 157.332 casos, como apresenta o estudo. (WAISELFISZ, 2012)

[13] Estudo produzido pelo Instituto Sangari sobre a supervisão de WAISELFISZ, Julio Jacobo, que no ano de 2001 refletiu sobre a anatomia dos homicídios no Brasil, no período de 2002 a 2012. São Paulo, 2013.

As desigualdades no risco de morte no Brasil associadas às assimetrias da distribuição econômica contribui para o aumento da desigualdade entre o acesso aos direitos sociais e civis. Essa condição traz para o centro das atenções a necessidade de políticas públicas para segmentos juvenis específicos, os quais se encontram em situação de maior vulnerabilidade no que se refere às desigualdades sociais, econômicas, raciais/étnicas, de gênero, e decorrentes da orientação sexual, além da suscetibilidade à violência em suas múltiplas dimensões. A Juventude Negra Feminina faz parte desse segmento, uma vez que mais de 43 mil mulheres foram mortas na última década. (WAISELFISZ, 2012)

O título, *À flor da pele,* elaborado para conferir um sentido especial a esta pesquisa, busca remeter-nos à experiência das mulheres negras jovens descortinadas pelo Movimento de Mulheres Negras[14] Brasil, as quais são afetadas de diferentes formas pela violência e pelos homicídios. O crescimento da violência seguida de morte que pode ser evitável será compreendido como um problema social e de saúde pública a ser combatido no Brasil, que acredita no sistema político democrático e que tem nas políticas públicas uma forma de acesso aos direitos. (PEREZ, 2004)

A apresentação destes números de mortalidade é importante, pois as prioridades sociais, que se transformam no foco de atenção das políticas públicas para a juventude no Brasil, dialogam com as urgências trazidas pelos movimentos sociais para o governo. Para a juventude, e em especial a juventude negra a contenção dos homicídios entre jovens é o maior desafio. Neste sentido, estes movimentos têm influenciado as principais políticas sociais, apresentando a necessidade do combate aos homicídios entre os jovens, que atingem prioritariamente os jovens negros no Brasil.

Para as juventudes negras[15], a contensão da violência seguida de mortes por homicídios tem sido a prioridade para a atenção das políticas públicas que foram estudadas nesta pesquisa. Estas políticas são classificadas como políticas de governo, acentuadas na esfera federal nos governos do Presidente Luiz Inácio Lula Silva e da Presidenta Dilma Rousseff, que buscam envolver os governos municipais e estaduais e se ramificarem na sociedade por meio das políticas públicas.

A prioridade no combate ao extermínio das juventudes negras aparece como uma das principais demandas no Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE[16], espaço central

[14] Observaremos ao longo da história do Brasil a forte presença de várias expressões do Movimento de Mulheres Negras. Herdeira deste legado de lutas do passado a expressão contemporânea deste movimento surgiu na década de 1980, na afirmação dos Direitos Humanos das mulheres negras brasileiras, considerando as ações e debates dos grupos de mulheres e de mulheres negras (ONGs, conselhos, comissões) na busca da visibilização das condições específicas deste grupo, e na luta para a elaboração de políticas públicas específicas nas áreas, da educação, da saúde, do trabalho, da sexualidade, contra todos os tipos de violência, visando enfrentar as desigualdades sociais, as raciais e as de gênero que colocam as mulheres negras em situação inferior no atendimento das suas demandas dentro da sociedade brasileira em relação às mulheres e homens brancos e homens negros.

[15] Utilizamos o termo no plural para afirmar a que esta categoria analítica é diversa e que nela está a Juventude Negra Feminina, que será apresentada de forma mais detalhada no capítulo I. A condição de juventude somada a condição de gênero exige a necessidade de entendermos esta categoria carregada com estes dois eixos de subordinação.

[16] FONAJUNE se consolida como um instrumento de representação política nacional e internacional, encampando frentes estratégicas de enfrentamento ao racismo estrutural e o preconceito contra a juventude negra. Esse coletivo ocupa assentos no

onde buscamos observar a atuação do Movimento de Juventudes Negras. Esta centralidade da demanda das Juventudes Negras, no combate às mortes evitáveis, revela a situação dramática atual na qual esse segmento se encontra. Este lugar possibilita pensar estratégicas nas ações conferidas pelas políticas públicas que perceba de modo mais apropriado as especificidades e necessidades da juventude nega feminina por serem também alvo da violência e vítimas de homicídios.

Um dos maiores e instigante desafio, na organização e desenvolvimento desta pesquisa, atribui-se ao fato deste pesquisador ser um integrante ativo no movimento de Juventude Negra no Brasil. A necessidade de distanciamento e estranhamento se constituiu num esforço constante com o propósito de buscar reflexões consistentes e o mais fidedignas possíveis sobre as questões que envolveram a investigação do tema Juventude Negra Feminina.

As reflexões que resultaram nesta pesquisa foram possibilitadas pela participação em espaços de formação onde o uso da interseccionalidade[17] é ferramenta de análise essencial para compreender as dimensões do racismo associado com outras categorias junto à população negra. Estas experiências possibilitaram subsídios e argumentos para pensar as armadilhas das compressões analíticas universais que nas políticas públicas dificultam o acesso a segmentos específicos.

As categorias raça, classe e gênero, pensadas conjuntamente nos estudos sobre juventude e analisadas sob a ótica da interseccionalidade revelam os principais interesses investigativos que sedimentam e orientam as expectativas deste estudo frente à compreensão da forma como tem se dado o acesso e consequentes benefícios da juventude negra feminina às políticas públicas destinadas a juventude negra nesse século XXI.

As desigualdades sociais e raciais/étnicas no Brasil, construídas histórica e socialmente desde o período da escravidão negra, têm produzido uma sociedade marcadamente hierarquizada que dificulta a inclusão social das populações negras, bem como, de indígenas, dos pobres, das mulheres, dos jovens dentre outros segmentos. Neste sentido, em busca de compreender tais circunstâncias díspares, as experiências e esforços originados e desenvolvidos em espaços de reflexões sobre as questões étnico-raciais e sobre os modos pelos quais o racismo incide sobre os indivíduos e grupos, possibilitaram aos ativistas, e intelectuais e pesquisadores negros e negras evidenciar e problematizar as condições de desigualdade nas quais a população negra se encontra submetida neste país.

Adicionalmente, estudos sobre desigualdade, que se utilizam de uma abordagem interseccional, demonstram ainda que, para além da exclusão racial no Brasil, a condição de

---

Circulo de Juventude Negra das Américas, no Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE e no Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP, além de a articulação com outras organizações jovens negras em torno de uma pauta unificada em prol da Juventude Negra Brasileira. (PEREIRA, 2010)

[17] Encontro entre dois pontos, duas linhas que se cortam ou se cruzam. Metodologia usada pelo Feminismo Negro Diaspórico para identificar as mulheres negras nas discussões de gênero. (WERNECK, 2005)

classe, gênero, geração, religião, orientação sexual, região, decorrente de necessidades especiais dentre outras, produz acesso diferenciado aos direitos nesta sociedade, dificultando ainda mais sobrevivência de determinados grupos.

O economista e pesquisador PAIXÃO (2006) descreve que a discriminação sobre as mulheres negras perpassa por planos não conhecidos pelos homens do mesmo grupo racial, tais como os reportados aos direitos reprodutivos, violência doméstica, violência sexual, dupla jornada de trabalho e demais sequelas geradas por uma sociedade machista como a brasileira.

SODRÉ (1983) afirma que, após avanços nos olhares que possibilitam ampliar a lente sobre a questão racial no Brasil, discursos e ideias e maneiras/outras não contempladas pela forma padrão de normatização eurocêntrica e ocidental de ver e viver a sociedade contemporânea foram possibilitados.

Segundo o autor, pode-se

> *"[...] reconhecer a natureza afirmativa de uma diferença, a identidade ocidental contorna o transe da possibilidade de que a diferença na realidade se oponha, negativamente, à identidade branca, isto é, que o outro extermine simbolicamente os princípios de realidade e de identidade do ocidente. O que o mesmo (o idêntico de si próprio) realmente temo é o outro (o diferente) simétrico, um duplo da identidade do mesmo, a fim de não ter que dividir o espaço (o campo) de onde ele fala como sujeito."* (SODRÉ, 1983, p. 37-38)

A partir da afirmação de Sodré podemos perceber que a cultura neste sentido, se torna "*um código-conjunto de regras seletivas que permite a interpretação e a elaboração de representação do real - responsável pela ação de um grupo social*" (SODRÉ, 1983, p. 38-39). O convencimento do ponto de vista que defendemos é passível de mudanças, e um desafio a ser enfrentado pelos grupos que historicamente foram excluídos dos espaços de reflexão, com a juventude negra feminina, tem seus direitos dificultados e/ou negados no país.

A população negra pela sua condição racial é um desses grupos e no que tange os jovens negros e negras é importante observar que não há uniformidade em todos os sentidos, por isso insistimos em pensar juventudes negras no plural. Por meio desse recurso, criamos a possibilidade de identificação da Juventude Negra Feminina e suas formas particulares de busca e acesso aos direitos no Brasil.

Ao tratar sobre a natureza das juventudes negras, elementos analíticos como religião, região onde vivem, gênero, orientação sexual, idade entre outros, ajudam a compreender este grupo, e as formas como os diversos eixos de subordinação atuam sobre este sujeito político. Chamamos atenção a idade, ou geração somada a condição de gênero que gera nesta categoria exclusão da atenção às políticas públicas. Esta atenção ajuda a entender as diferenças desta categoria quando se trata de acesso aos direitos. Ainda conforme descreve Sodré "*operações de aproximação, atração ou de sedução dos termos*" (SODRÉ, 1983, p. 42) necessitam ser consideradas para se pensar a questão racial-étnica no Brasil.

Ao pensar em padrões de pensamento e recrutamento de privilégios construídos histórica e socialmente, como os existentes entre homens e mulheres, entendemos que a temática levantada em torno da juventude negra feminina ajuda a pensar o modelo padrão universal negro e de juventude negra que gera acesso diferenciado aos direitos, exigindo nesse caso específico pensar outros caminhos para a garantia do acesso equitativo para este grupo de mulheres jovens negras.

WERNECK cita Liv Sovick no texto *A Era da Inocência Acabou, Já Foi Tarde presente* no Livro Racismos Contemporâneos (2003) que nos chama atenção para o fato de que

> *"[...] colocar a justiça racial na mira, para brancos assim como para negros, pode fazer parte de uma abertura para o mundo, pois para brancos como para negros, tomar posição anti-racista pode contribuir para os prazeres da vida. Além disso, o reconhecimento pelos brancos anti-racistas de que estamos distante da dor causada pelo racismo tem um custo: o de não sermos líderes, mas coadjuvantes (...) O fato de nossas vidas não serem cerceadas pela discriminação racial significa que tão pouco temos um lugar garantido na condução da luta pela justiça racial."* (WERNECK 2003, p.47-48)

Este estudo *À Flor da Pele: a Juventude Negra Feminina na Agenda Política de Juventude no Século XXI* busca também refletir sobre como o processo de compreensão das relações étnico-raciais sob a perspectiva interseccional de gênero, raça, classe e juventudes podem apresentar outros pontos de análises interessantes sobre a trajetória coletiva de grupos específicos na sociedade brasileira. Buscamos aproximar ao máximo este estudo ao que entendemos por pesquisa ativista[18], e nesse sentido buscamos dialogar com as vozes que escutamos, para entendermos as contradições que persistem quanto ao acesso aos direitos neste país, e propor a partir do que foi aprendido com o contato realizado, as soluções cabíveis. Abaixo descrevemos o caminho metodológico seguido para alcançar as reflexões propostas nessa pesquisa.

Cada ponto de vista é a vista de um ponto

Nas análises desenvolvidas no **Capítulo I "*Olhando com olhos de ver, a juventude negra feminina*"[19]** desta pesquisa, explicamos o porquê do interesse por esta temática. Nela buscamos apresentar o caminho empírico e teórico percorrido até chegar à centralidade das experiências, práticas e discursos políticos da juventude negra feminina nas políticas públicas destinadas à juventude negra. Buscamos analisar os estudos sobre movimentos de mulheres negras e sobre juventude a partir da perspectiva da interseccionalidade de raça, classe e

[18] Entendemos como Pesquisa Ativista, os estudos que buscam (des)construir relações com tradições intelectuais radicais de neutralidade, inserindo o pensando da importância da experiência da Diáspora Africana no desenvolvimento das sociedades modernas. A pesquisa ativista busca dialogar com as vozes dos sujeitos pesquisados e devolver a comunidade ou grupo estudado com o que aprendeu, e apresentar possíveis estratégias e soluções para os problemas encontrados; o pesquisador deve retornar a comunidade ou indivíduo o conhecimento que aprendeu com ela/ele. É também uma pesquisa descolonizada, que busca não subjugar os sujeitos da pesquisa.

[19] A reflexão "olhar a mulheres negras com olhos de ver", faz parte do pensamento das mulheres negras na diáspora africana, que tem como referencial a intelectual negra Jurema Werneck (2009).

gênero. A análise da violência seguida de mortes evitáveis, que obedeceram aos critérios de centralidade das políticas públicas destinadas ao segmento juventude negra, será o ponto chave de reflexão para identificar a juventude negra feminina como sujeito político, também alvo da violência seguida de morte, portanto, importante na centralidade das políticas públicas destinadas a conter esse fenômeno.

Neste capítulo, apresentamos uma análise das experiências de geração, gênero, raça e classe e suas determinações nos estudos sobre juventude que se mostram uma importante ferramenta para o alcance de leituras mais aprofundadas sobre esta categoria analítica, possibilitando outros pontos de vistas que ampliam os olhares sobre as relações étnico-raciais no Brasil. A determinação universal do que vem sendo chamado de juventude negra classificada a partir do biótipo padrão e universal de jovem negro representado nas políticas públicas é problematizado nesta reflexão.

"Olhar com olhos de ver" é uma provocação à necessidade de examinar e considerar este segmento juvenil como sujeito político importante e essencial para as análises e estudos sobre a juventude brasileira, bem como, ressaltar a importância de se considerar essa juventude nas ações das políticas públicas no Brasil. Ainda neste capítulo, utilizamos o conceito de interpelação para pensar a experiência racial negra em interseção com experiências de gênero, classe e juventude. Esperamos que este processo analítico nos forneça subsídios para uma melhor compreensão da identidade racial[20] da juventude negra feminina no interior do movimento de juventude negra.

Neste capítulo buscamos ainda apresentar referências que possibilitam perceber a juventude negra feminina como sujeito político ativo que constrói conjuntamente as políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil. Esta pesquisa buscou construir uma análise para pensar os processos de produção e reprodução de situações de exclusão dentro de grupos já excluídos. Tal olhar possibilita pensar estratégicas para garantia do acesso aos direitos de forma equitativa[21].

No **Capítulo II "*Políticas públicas: uma representação hegemônica*"** procuramos analisar as políticas, *Projeto Farol em Ação (2009 - 2011)* desenvolvida pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR com subsídios do Ministério da Justiça por meio de incentivos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, no final do governo do presidente Lula em ações foram desenvolvidas em parceria com Prefeituras e o *Plano Juventude Viva: Plano de Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra (2012 - atual)* ainda em processo de implementação. Esta política tem sido desenvolvida pela

[20] Kabelengue Munanga define a afirmação dessa identidade como, uma "tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, como o trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil." (MUNANGA, 1994, p. 187)

[21] Significa agir de modo específico para a necessidade de cada indivíduo ou grupo. Ou seja, recorrer a ações que permitam compreender as diferentes necessidades e que disponibilizem soluções específicas ou dirigidas. Para agir com equidade é preciso conhecer as diferenças e as desigualdades existentes, e corrigir injustiças. (CRIOLA, 2010, p. 10)

Secretaria Nacional de Juventude - SNJ e SEPPIR em parcerias com os estados da federação. Iniciou suas ações no final de 2012 no estado de Alagoas, por ser na ocasião, o local de maior índice de mortalidade da juventude negra no Brasil.

Buscamos identificar as demandas do sujeito político Juventude Negra Feminina, e problematizar a centralidade da inserção da discussão sobre as questões de gênero nas estratégias de ação propostas por tais políticas.

PAIXÃO (2006) descreve que, em pesquisa realizada com 10 mil mulheres no estado do Rio de Janeiro, entre 1999 a 2001, imediatamente após o parto, o percentual de gestantes brancas que não receberam anestesia foi de 5,5% e entre as negras esse percentual chega a 11,1%. Entre as brancas 66,6% haviam recebido explicações sobre os cuidados com o recém-nascido. E entre as negras esse número caía para 57,8%. Das gestantes brancas, 46,2% foram autorizadas a ficar com acompanhantes após o parto, enquanto que, entre as gestantes negras, esse percentual era de 27%. A razão de mortalidade entre gestantes negras apresenta-se no Brasil nitidamente superior à razão de mortalidade das gestantes brancas.

Essa assimetria que assenta na mulher negra uma experiência diferenciada com o racismo possibilita-nos pensar racismo institucional que é o fracasso das instituições e organizações em promover o serviço profissional adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Tal disparidade também se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios e violentos, adotados no cotidiano de trabalho resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas, machistas e sexistas. Em qualquer situação, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições organizadas. (LOPES, 2005)

WAISELFISZ (2013) descreve a evolução da mortalidade feminina por homicídio de forma mais detalhada, evidenciando forte crescimento das taxas entre 1980 e 1996: 4,6% ao ano. A partir dessa data, o número de homicídios de mulheres aumenta, mas em menor proporção que a população masculina, pelo que as taxas caem levemente até 2006, com um ritmo de 0,9% ao ano. No ano de 2007 uma significativa queda é registrada: as taxas caem 7,6%. Em setembro de 2006 entra em vigor a lei Maria da Penha, aumentando o rigor das punições da violência contra as mulheres no âmbito doméstico. Mas essa queda acentuada só dura um ano: a partir de 2008, as taxas sobem novamente, recuperando e até superando níveis anteriores.

Ainda segundo o autor, o fato que deve ser destacado é a distribuição etária das vítimas de homicídio, que sintetiza o número de homicídios de mulheres para cada idade simples, de 17 aos 31 anos de idade, gira em torno dos 140 homicídios anuais para cada idade da vítima. No ano de 2011 foram atendidas 70.270 mulheres vítimas de violência física. Nesse total de atendimentos, 71,8% das agressões aconteceram no domicílio da vítima. Esses dados

permitem inferir a forte carga doméstica desse tipo de violência contra a mulher, que atinge sua máxima expressão, entre os 15 e os 37 anos de idade da mulher. Em alguns anos dessa série, as taxas jovens praticamente duplicam em comparação com as não jovens, indicando o forte impacto da violência homicida entre as mulheres jovens. (WAISELFISZ, 2013)

Nesse sentido é preciso pensar em políticas públicas para as Juventudes Negras sob a perspectiva da equidade, afim de que as mulheres negras jovens tenham possibilidade de acesso aos direitos por essa via. É com base nesta compreensão que essa pesquisa se estrutura na busca de identificar nas políticas públicas aqui apresentadas a presença das experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina.

No **Capitulo III "*A Juventude Negra feminina e seus posicionamentos*"** apresentamos e buscamos dialogar com os depoimentos e pensamentos coletados por meio de 05 entrevistas e questionários respondidos por 15 jovens negras ativistas, sobre as demandas e posicionamentos de seus projetos políticos da juventude frente às duas políticas públicas analisadas nessa pesquisa.

As memórias de espaços de formação e ativismo político junto à temática juventude, como o I Encontro Nacional da Juventude Negra – ENJUNE, ocorrido em 2007 em Lauro de Freitas/BA, a I e II Conferências Nacionais de Políticas Públicas para Juventude, ocorridas respectivamente em 2008 e 2011, ambas em Brasília/DF, e experiências vividas no Conselho Nacional de Juventude (2010-2011) somam-se às reflexões que subsidiam todo o processo de análise e acompanhamento das políticas públicas direcionadas a esse segmento no Brasil.

As fronteiras existentes entre mulheres e homens, jovens e adultos, negros e brancos e entre os próprios grupos raciais, produzem/mantêm injustiças e percepções que hierarquizam e dificultam o acesso aos direitos para determinados grupos excluídos já inseridos num processo de exclusão, como é o caso da Juventude Negra Feminina.

Finalmente nas **Considerações Finais,** apresentamos uma reflexão que identifica a Juventude Negra Feminina como um segmento social importante e como sujeito político que não está presente na centralidade das ações políticas. Os estudos das políticas públicas analisadas nesta pesquisa revelam que tais iniciativas se apresentam como ferramentas importantes para a garantia de acesso aos direitos da juventude negra, por serem respostas do governo às pressões e tensões da juventude negra, e da juventude brasileira retirada como prioridade na plenária nacional da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Entretanto o acesso da juventude negra feminina a estas políticas tem sido comprometido.

Embora estas duas políticas públicas estudadas, dialoguem com demandas e interesses da juventude negra feminina, as mesmas carecem de serem aperfeiçoadas, para atenderem as especificidades deste segmento. Nos depoimentos das entrevistadas, identificamos que as políticas públicas estudadas, direcionadas à juventude negra no Brasil, neste século XXI, são importantes ferramentas de garantia de acesso aos direitos e que

incorporam, em parte, as experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina. Entretanto, cabe ressaltar que esta incorporação se dá de forma parcial, pois o acordo político que justifica a prioridade na contenção dos homicídios, que têm atingido preferencialmente a juventude negra, favorecem aos homens, gerando na discussão política a não atenção às especificidades destas mulheres.

Em outras palavras, a contenção da violência seguida de homicídio, ou o enfrentamento a mortalidade da juventude negra, pauta que traz a juventude negra para o centro da agenda das políticas públicas, também é prioridade das mulheres negras e da juventude negra feminina, porém, as especificidades das mulheres negras não são demandas prioritárias que aprecem como destaques no coletivo de juventude negra, e dessa forma também não são percebidas nas políticas públicas.

O desafio é vencer a compreensão universal de juventude negra, que dificulta identificar a juventude negra feminina e suas demandas específicas nas estratégias de ação das políticas, e incorporar as demandas das jovens negras na estratégia de ação. A seguir detalhamos o caminho metodológico percorrido no trabalho de campo e que possibilitou as análises apresentadas nesse texto. A compreensão do direito à memória de longo prazo possibilita o entendimento da metáfora utilizada no título desta pesquisa que permite a compreensão de um conhecimento diaspórico que está presente junto à população negra e que precisa ser apresentado.

Outros objetos, outras metodologias

O procedimento metodológico se dividiu na identificação e envio de 20 formulários (anexo I) contendo as perguntas focais direcionadas aos objetivos deste trabalho. Das 20 voluntárias, 15 devolveram os formulários preenchidos e destas, conseguimos fazer entrevistas com 05. Devido a falta de tempo, recursos e dificuldade de conciliar agendas, não conseguimos entrevistar pessoalmente todas as voluntárias.

Os espaços de debates, utilizados como o campo de observação desta pesquisa, e a atenção ao que diz as entrevistadas, foram analisados a partir dos pensamentos das mulheres negras, e busca encontrar respostas em conjunto e propor soluções para a temática estudada. Ainda buscamos aprender em conjunto as atrizes entrevistadas, e esta metodologia soma ao que entendemos por pesquisa ativista. O pensamento, propostas e perspectivas teóricas desenvolvidas pelas intelectuais negras foram cruciais para fundamentação da discussão e significados sobre os impactos da violência na juventude negra masculina e feminina, por meio de ações físicas e simbólicas nocivas.

Nestes espaços se procurou refinar o olhar que problematiza as hierarquias de raça, classe, gênero e geração reproduzidas nas mais distintas estruturas da sociedade brasileira. Essa lógica nem sempre é percebida quando analisamos as categorias raciais, juvenis e de

gênero isoladamente. Nesta pesquisa tomamos este modelo de análise como instrumento central, e através deste entendemos que estas categorias se intersectam umas com as outras, tendo a raça como eixo catalisador da construção de assimetrias sociais, produzindo assim distintas formas de exclusão.

Este modelo de análise foi desenvolvido por intelectuais e ativistas negras e denominado de interseccionalidade[22], que aqui será utilizada como ferramenta analítica e metodológica para identificar o lugar social das demandas prioritárias da juventude negra feminina nas políticas públicas, os efeitos perversos da hierarquização social no acesso aos direitos produzidos pelo olhar universalizado, sobre a categoria juventude negra.

Neste sentido, os estudos e pensamentos de XAVIER (2012), CARNEIRO (2003), BAIRROS (2005), WERNECK (2005), SANTOS (2000), CARVALHO (2009), QUINTILIANO (2009), LOPES (2005), SACRAMENTO (2011), CRENSHAW (2002), hoocks (2011)[23], entre outras ajudam este estudo e são usadas como referenciais teórico importantes nesta pesquisa.

É com base no esquema conceitual apresentado que agregamos à análise da Juventude Negra Feminina os estudos de juventude, interseccionando geração, raça e gênero com o intuito de compreendermos as experiências, práticas e discursos políticos deste grupo em particular, como eles são interpretados e abarcados no interior do movimento de Juventude Negra num sentido mais amplo, e por fim, que cenários este processo nos permite descortinar em termos das lutas políticas dentro destes movimentos juvenis pela busca da promoção da igualdade racial e garantia de acesso aos direitos da população jovem negra no Brasil.

BOSI (1994) destaca que a observação mais completa dos fenômenos é a observação participante, pois se uma pesquisa é um compromisso afetivo, ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões distantes na situação do observado, mas participar de sua vida. A autora explica para que a observação participante se concretize, não basta simpatia pelo objeto de pesquisa: é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum. Por isso, descrevemos os principais aprendizados e análises dos espaços de formação e dos encontros sobre a temática que se somam às reflexões realizadas.

Esta pesquisa foi desenvolvida processualmente, fruto da interação e discussão interna, que é intensa e, (não) necessariamente, conflituosa, procurando perceber as experiências, práticas e discursos políticos da juventude Negra Feminina. Buscamos construir caminhos pragmáticos, sem ser utilitarista ou funcional para desvendar o universo da construção das lutas deste segmento. Adicionalmente foram realizadas entrevistas semiestruturadas com

[22] A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação de dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas a mulheres, raça, classe, etnia entre outras. Este termo também trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, construindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 176). Neste texto será empregado para compreender a somatória de subordinações que afetam a Juventude Negra.

[23] *bell hooks* é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora norte-americana. O apelido que ela escolheu para assinar suas obras é uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. O nome é grafado em letras minúsculas por opção da própria autora.

mulheres negras jovens que têm participado dos debates sobre as políticas para juventude negra no Brasil.

Foram escolhidas 15 mulheres autodeclaradas negras[24], ativistas de movimentos sociais, que já tiveram experiências no espaço acadêmico e estão hoje em momentos diferenciados na vida. O ponto de interseção entre elas é a experiência do ativismo político, relacionado às temáticas de gênero, classe, raça e juventude, sejam em intersecção umas com as outras, ou em separado.

As entrevistas possuíam experiências prévias com o ativismo político em espaços de reflexão sobre juventude Negra ou sobre gênero. Elas apresentam percepções distintas da vida e da forma como as políticas públicas dialogam com suas perspectivas, projetos e demandas políticos.

O trabalho de observação participante foi realizado nos encontros: *Interseccionalidade de raça, gênero e geração nas Políticas e no Orçamento Público, com foco na saúde das mulheres negras,* promovido pela ONG CRIOLA em parceria com o UNFPA/ONU, ocorrido entre 26 a 31 de março de 2012 em Brasília/DF; no *II Seminário Saúde da População Negra em Debate*, realizado nos dias 09 e 10 novembro de 2012 na Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FioCruz - Rio de Janeiro/RJ; na consulta pública do Governo Federal *Juventude Negra, Juventude Viva: Diálogos Governo e Sociedade Civil,* realizado em 27 e 28 de novembro de 2012 em Brasília e no encontro *Sou Negro, Sou Jovem e Favelado: Quero e tenho o direito de viver* realizado na ENSP/FioCruz no dia 05 de março de 2013. Estes espaços foram escolhidos porque foram considerados lugares privilegiados para se observar os diálogos e reflexões acerca das especificidades da Juventude Negra Feminina no Brasil.

As observações produzidas durante esses encontros, juntamente com as entrevistas e a análise documental, constituíram subsídios fundamentais para auxiliar na construção da resposta à questão proposta neste estudo.

Levando em consideração ALVES (1991) no texto *O Planejamento de Pesquisas Qualitativas em Educação*, ela descreve que não há metodologias “boas” ou “más”, intrinsecamente, mas sim metodologias adequadas ou inadequadas para tratar um determinado problema. Ao propor a análise da incorporação dos discursos, pensamentos e pautas políticas das Juventude Negra Feminina nas políticas públicas direcionadas para a Juventude Negra, a literatura consultada foi revelando a necessidade da incorporação e utilização de novos conceitos e instrumentos de construção epistemológica capazes de lidar com a temática proposta.

Os conceitos produzidos por mulheres negras, somados a observação participante e a contribuição das mulheres negras jovens entrevistadas, produziram a fórmula analítica que orientou esta investigação acerca dos contextos que delineiam a construção de políticas

[24] Das 15 mulheres escolhidas 03 tinham idade superior a 29 anos.

públicas no campo da juventude e da juventude negra, e como a juventude negra feminina está inserida neste cenário. Ao buscar desenvolver este raciocínio, buscamos amplificar os assuntos silenciados, que a ideologia dominante sustenta, ancorado em modelos universais, produzindo, assim, outro discurso, o contradiscurso da ideologia, pois o silêncio, ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava. (CHAUÍ, 2001, p. 25)

Não pretendemos encontrar uma resposta coerente e objetiva no final da investigação tal é a complexidade que envolve a temática, mas, entendemos como ponto forte dessa pesquisa a possibilidade de levantar outras e mais reflexões sobre este assunto e criar outros espaços para discussão da temática e de seus desafios. Buscamos suscitar novas perguntas que focalizem a Juventude Negra Feminina.

Capítulo I – Olhando com Olhos de Ver: a Juventude Negra Feminina

"*Estar na margem é fazer parte do todo,*
porém, fora do corpo principal".
(hoocks, 1989)

A proposta deste capítulo é apresentar os caminhos teórico e empírico percorridos pelo pesquisador para compreender o lugar reservado às experiências, práticas e discursos políticos da juventude negra feminina, nas políticas públicas para esse grupo, bem como no interior das agremiações de juventudes negras organizadas em torno das discursões sobre juventude no Brasil. Estudar a juventude negra feminina é uma decisão política e um desafio, alicerçado no compromisso de desenvolver outras abordagens e estudos que somem às reflexões sobre este sujeito político juventude (negra feminina) e suas ações estratégicas.

Iniciamos refletindo sobre a interseccionalidade e suas contribuições, que nos auxiliam a identificar a juventude negra feminina como um sujeito político entrecortado por muitas formas de discriminação. Desse modo, analisamos os estudos sobre juventude a partir da perspectiva da interseccionalidade de raça, classe e gênero e finalizamos com a apresentação do fenômeno da violência, em particular racial e de gênero, como uma realidade central que marca as experiências, práticas e discursos deste segmento juvenil.

Esta metodologia nos auxilia a perceber como as demandas e agendas políticas deste segmento ainda se encontram invisibilizadas e estigmatizadas devido ao racismo e sexismo estruturais presentes na sociedade brasileira, e em suas expressões representativas, a exemplo das políticas públicas e dos movimentos sociais. As mulheres negras têm identificado que, juntamente com o racismo, outras ideologias incidem sobre suas vidas, prejudicando o exercício de seus direitos de cidadania e o alcance de políticas públicas, tais como o sexismo e a lesbofobia. (WERNECK; DACACH, 2004)

"Olhar a Juventude Negra Feminina com olhos de ver" é uma provocação à necessidade de examinar, de se examinar e considerar este segmento juvenil como sujeito político herdeiro de histórias, lutas e resistências originadas pelas mulheres negras contra as formas de discriminação e desigualdades que têm impactado nas suas condições de vida e *status,* e deste modo*,* considerar que estas performances são importantes e essenciais para as análises e estudos sobre a juventude brasileira, bem como, para as relações étnico-raciais e de gênero, e que, portanto, é crucial considerar este segmento da juventude, suas necessidades e demandas na elaboração de políticas públicas no Brasil.

Assim, esta reflexão é elaborada considerando-se a centralidade da interseccionalidade enquanto uma ferramenta importante para analisar as experiências, práticas e discursos de gênero, raça e classe de mulheres negras jovens dentro do movimento de juventude. Esta ainda nos permite aprofundar as reflexões sobre a categoria analítica juventude, gerando outros pontos de vistas que ampliam os olhares sobre as relações étnico-raciais e de gênero

no Brasil. E, por fim, possibilita, ainda, a problematização da definição universal do que vem sendo nomeado como juventude negra, classificada a partir de um modelo biótipo padrão e universalista de jovem negro do gênero masculino, modelo no qual as políticas públicas e seus operadores recrutam na elaboração das estratégias de ação, como discutiremos na sessão seguinte.

I.1 A interseccionalidade e os diferentes eixos de subordinação

"Mulher Negra Favelada, três vezes discriminada"
(BENEDITA DA SILVA)

Pensar e trabalhar sob a perspectiva da interseccionalidade é um desafio para a sociedade e o Estado contemporâneos. Esse olhar analítico tem possibilitado outros espaços de reflexão e debate que, por conseguinte suscitam novas questões, outros cenários para estudos antes não investigados. Apresentamos a seguir alguns pontos de vistas originados a partir da experiência de campo, que foram fundamentais para que alcançássemos a proposta analítica desta pesquisa.

WERNECK & DACACH (2004) incitam a uma análise pela qual pensemos conjuntamente que o gênero, raça, orientação sexual, idade, condição e local de moradia (rural, urbana, o estado, a região, o país, o continente), a situação econômica e muitos outros fatores, influenciam de diferentes formas nas vantagens e desvantagens em que vivemos (p. 09).

O Encontro de *Interseccionalidade de raça, gênero e geração nas Políticas e no Orçamento Público com foco na Saúde das Mulheres Negras,* organizado pela ONG Criola[25] em parceria com o Fundo de Populações das Nações Unidas – UNFPA em março de 2012, em Brasília/DF, se constituiu num espaço importante para compreensão da abordagem interseccional. Os conceitos formulados pelas mulheres negras, intelectuais e ativistas e suas estratégias de ação e formação no intuito de interferir junto às políticas públicas apresentadas neste encontro, para o acesso das mulheres negras à saúde, foram cruciais para o desenvolvimento desta reflexão.

Nesse encontro os discursos e reflexões apontavam para o fato de que as sociedades são marcadas por suas histórias, economias, culturas, leis e organização, isto é, pelos modos

[25] A ONG CRIOLA é uma organização da sociedade civil fundada em 1992 e, desde então, conduzida por mulheres negras. CRIOLA define sua atuação com base em sua missão e visão institucionais, a partir da defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal. A missão dessa instituição busca instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia (discriminação contra lésbicas) e para o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria das condições de vida da população negra. Disponível em: <http://www.criola.org.br>.

de produção e reprodução da vida. Percebemos que ao longo da história humana grupos e indivíduos criaram formas de se relacionar uns com os outros através da construção de identidades, de vínculos de pertencimento, modos de vida e culturas que promoveram relações sociais no interior dos próprios grupos. Tais performances e relações sociais foram e são marcadas e mediadas por processos de hierarquização, inferiorização e segregação.

Os modos de produção e reprodução destes processos atravessam o tempo se renovam histórica e socialmente de acordo com cada sociedade e cultura, que criam eixos de subordinação, que reforçam a condição de cada individuo ou grupo e impedem o acesso e o exercício de direitos, gerando: invisibilidade; violência; discriminação; segregação; destruição cultural e histórica, empobrecimento e não redistribuição de renda e acesso dificultado aos direitos e as políticas públicas e a não participação no poder. (XAVIER, 2012)

É a partir de interpretações singulares destes processos, bem como de insatisfações em relação a elas, que surgem articulações e mobilizações de sujeitos constituídos sob legendas específicas como é o caso da Juventude Negra e, dentro desta, a Juventude Negra Feminina. A este sujeito em ação na esfera pública, que busca negociar ou avançar suas demandas sociais e políticas, pode-se denominar de sujeitos sociais coletivos.

Ancorados em identidades e projetos comuns, esse sujeito Juventude Negra Feminina, tem como objetivo não apenas conquistar e galgar espaços para a expressão de suas deliberações singulares, mas principalmente interferir e/ou transformar a esfera pública compelindo-a e influenciando-a de modo que esta incorpore suas especificidades, reconhecendo assim as jovens negras como sujeitos de direito e desta forma advogando pela inclusão de suas demandas sociais, econômicas, políticas, e culturais nas agendas das políticas públicas.

A interseccionalidade é um conceito gerado a partir das experiências e necessidade das mulheres negras (e outras mulheres não brancas) em identificar os elementos e mecanismos que incidiam sobre suas condições de vida e status produzindo e perpetuando as situações de exclusão e desigualdades que têm vivenciado na sociedade. A partir deste conceito lhes foi possível compreender, qualificar e explicar como estes grupos são impactados por múltiplas formas de discriminação que ocorre no processo de hierarquização baseada em critérios raciais, de gênero, de classe e geração derivado da lógica da sexualidade heteronormativa.

Este processo complexo ocorre entre os grupos e indivíduos dominantes e dominados e constrói uma matriz das formas de discriminações segundo lógicas hierárquicas. Os estudos no campo da Diáspora Africana demonstram que esta reflexão transformada posteriormente em conceito e ferramenta analítica sempre esteve presente entre os discursos e demandas das mulheres negras, seja na academia ou no movimento social.

Um exemplo que trazemos é a experiência de Benedita da Silva[26]. Uma mulher negra que não passa despercebida na história da política brasileira. Filha de um operário da construção civil e de uma lavadeira, ambos analfabetos, e a décima entre treze filhos, trabalhou como empregada doméstica e camelô, sua história nos possibilita pensar a questão da interseccionalidade antes mesmo de entrarmos na discussão teórica que o conceito evoca.

Em sua vida política como vereadora, deputada, senadora e governadora, tinha como prioridade em suas pautas políticas a luta pelos direitos dos negros, mulheres e homossexuais. Seu slogan de campanha era "*Mulher Negra Favelada, três vezes discriminada*" que nos remete à idéia da interseccionalidade enquanto uma abordagem teórica metodológica para identificar e compreender sobreposição de opressões enunciada na reivindicação de Benedita da Silva.

A intelectual negra CRENSHAW (2002) revela que a interseccionalidade nos possibilita compreender o entrecruzamento de múltiplas formas de discriminação, processo que tem sido descrito de vários modos na literatura acerca do tema como: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como duplas ou triplas discriminações. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

O conceito de interseccionalidade evidencia que um indivíduo ou grupo pode ser afetado, simultaneamente, por diferentes situações de vulnerabilidade, de violência e discriminação, originados por formas de dominação como a racial/étnica, de gênero, de classe e geração.

A interseccionalidade serve como ferramenta de análise dos diferentes fatores que incidem sobre cada indivíduo e grupo, de modo a produzir as condições materiais, culturais e simbólicas em que vivem. As mulheres negras podem ser pensadas, a partir, desta análise interseccional enquanto sujeitos que experimentam os efeitos de subordinação, sendo, no caso específico de nosso estudo, a raça, a classe, gênero e a geração.

> *"[...] A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma*

[26] Em 1982, foi eleita vereadora nas eleições municipais pela legenda do Partido dos Trabalhadores (PT). Tornou-se a primeira mulher negra a atingir os mais altos cargos da história do Brasil: vereadora, deputada federal constituinte, reeleita para um segundo mandato em 1990, senadora, em 1994, e vice-governadora no pleito de 1998. No dia 5 de abril de 2002, Benedita da Silva assumiu o comando do Estado do Rio de Janeiro, com a renúncia do então governador. No dia 23 de dezembro de 2002, a primeira mulher a governar o Estado do Rio recebeu do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a indicação para o Ministério da Assistência e Promoção Social, cargo que ocupou até janeiro de 2004. Disponível em: http://www.pgj.ce.gov.br/nespeciais/promulher/biografias/beneditadasilva.pdf

> *como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento*.*"* (CRENSHAW 2002, p. 177)

Um aspecto que a interseccionalidade permite destacar é a impossibilidade de, na elaboração e gestão de políticas públicas para a equidade, se isolar ou privilegiar qualquer um dos eixos de subordinação que incidem sobre a vida de indivíduos e grupos, seja raça, gênero, classe social, geração, ou qualquer outro sistema discriminatório. Uma análise isolada prejudica a percepção da complexidade, das correlações e potenciais efeitos que decorrem da intersecção entre estes sistemas. Longe de garantir a simplificação de diagnósticos e ações, acerca das condições sociais de grupos e indivíduos, esta abordagem limitada termina não apenas produzindo mais exclusão, como, principalmente, favorecendo no interior dos grupos a criação de subgrupos em posição de privilégio. (XAVIER, 2012)

Ao isolar os aspectos de gênero, observamos que as demandas dos homens aparecem como as mais importantes e emergentes. Quando analisamos isoladamente aspectos intra-gênero feminino, vemos que mulheres brancas têm suas necessidades atendidas de forma mais efetiva que as mulheres negras. De igual modo, quando se isola os aspectos da geração, no que tange a juventude, os grupos branco e masculino têm sido mais bem contemplado em suas demandas se comparados às das jovens negras. A interseccionalidade permite problematizar essa matemática usual no sistema de garantia de direitos, quando se elaboram as políticas públicas.

A partir da ótica da interseccionalidade compreendemos a importância da formulação de políticas públicas que atendam de forma mais efetiva e assertiva as especificidades da Juventude Negra Feminina, o que em outras palavras significa repensar, para este segmento, a definição de prioridades e metas diferenciadas; a magnitude das ações e os orçamentos específicos voltados para sua inclusão e participação na formulação, monitoramento e avaliação de programas e ações voltados para a população juvenil.

Nesse sentido, quando buscamos destacar ou atender os aspectos raciais sem considerar a influência de outros fatores de discriminação, como o gênero, as ações, empreendidas com base somente no problema racial, tenderão a resultar no atendimento privilegiado aos pontos de vista e necessidades dos homens negros em detrimento dos interesses das mulheres negras, uma vez que o sexismo confere aos homens maior mobilidade e visibilidade diante das mulheres. Estes privilégios poderão ser potencializados por outros fatores, dando contornos mais complexos às desigualdades. (XAVIER, 2012)

Os prejuízos sociais produzidos pelo racismo e sexismo[27] conferem a determinados grupos na sociedade, acessos diferenciados. A análise da situação do movimento de

[27] Neste texto, o sexismo é entendido como um conjunto de estereótipos sobre a avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado na sociedade, dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo provocando de maneira hostil a diferenciação de gênero. (EXPÓSITO, 1998)

Juventude Negra Feminina dentro do movimento de juventude negra e juventude num sentido mais amplo é central porque nos permite identificar e compreender como essa lógica dos sistemas discriminatórios baseada na raça, gênero, e geração (e mesmo classe), têm influenciado na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas para a juventude na sociedade brasileira. A abordagem interseccional nos permite visualizar, ainda, que esta lógica dos sistemas discriminatórios se dissemina por toda a sociedade, moldando suas expressões sociais, discursos, e instituições, a exemplo dos movimentos sociais e das políticas públicas, por fim, contribuindo inclusive para a produção de situações de marginalização no interior de grupos já excluídos socialmente.

Assim, podemos perceber ainda que a partir da análise interseccional sobre a situação da juventude negra feminina, as mulheres negras jovens têm vivenciado múltiplas e simultâneas formas de discriminação, passando por, pelo menos, quatro eixos centrais de subordinação, a saber – a raça, o gênero, a classe, e a geração. É importante ressaltar que, ainda que não seja foco de nossa análise a estes quatro sistemas, podem se somar vários outros, a exemplo da sexualidade que regulamenta a orientação sexual baseada na lógica do relacionamento heterossexual; em particular esta forma de discriminação também afeta muitas mulheres negras jovens lésbicas.

hooks (1989) revela parte deste dilema que a juventude negra feminina se encontra quando é diluída na universalidade tradicional sobre a juventude negra. A autora argumenta que é como "*fazer parte do todo, porém, fora do corpo principal"*. Nos estudos sobre juventude e sobre as relações étnico-raciais no Brasil, ainda são poucos os que buscam a abordagem interseccional de raça, classe, gênero e juventude.

Nos estudos sobre juventude, essa discussão ainda apresenta grandes desafios, pois estamos em um momento em que a categoria juventude negra ainda se revela diluída na universalidade da categoria juventude. São poucos os estudos que problematizam a existência de uma juventude negra nos debates sobre juventude. Tal circunstância exige no desafio da elaboração analítica dessa pesquisa perceber a juventude negra feminina como sujeito político estratégico por ser, dentre o segmento juvenil, aquele que mais concentra eixos de subordinação; consideramos que esta seja a posição mais estratégica da qual podemos partir para se construir uma análise crítica sobre os impactos, avanços, e benefícios das políticas públicas voltadas para a juventude.

A análise interseccional aplicada às reflexões sobre a juventude negra feminina descortina para nós a questão da promoção de equidade racial no Brasil, que somente poderá ter êxito se conjuntamente buscarmos promover a igualdade de gênero, de classe e geração. Por esta razão, consideramos a centralidade da Juventude Negra Feminina enquanto sujeito político ativo, estratégico, paradigmático e dinâmico que revela a complexidade da produção e reprodução das desigualdades em suas distintas dimensões na sociedade brasileira.

SANTOS (2000) descreve a interseccionalidade e outros conceitos produzidos dentro da compreensão das teorias da Diáspora Africana, e o uso desta, como instrumento teórico e político que auxilia pensar a presença de afrodescendentes no mundo, em que pese às mulheres negras são fundamentais para entendermos o sujeito político juventude negra feminina.

Os estudos sobre juventude que apresentaremos na sessão seguinte, a cerca da perspectiva da interseccionalidade de raça, classe e gênero, nos auxiliam na compreensão e análise da juventude negra feminina, bem como de suas demandas, experiências e projetos políticos no Brasil.

I.2 Juventude Negra Feminina: *uma construção histórica*

> *"É preciso tirar a mulher negra do lugar de vítima e incluí-la como cidadã, pensá-la como parte do processo de desenvolvimento, como parte da construção da democracia, da riqueza do mundo."*
> (LÚCIA XAVIER – CRIOLA, 2012)

A busca pela garantia do acesso aos direitos que impulsiona e fortalece as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais juvenis contemporâneos, em especial o de juventude negra feminina possui uma história longa de lutas, que problematiza o Movimento Social Negro[28] e as políticas públicas específicas no Brasil.

A atuação e a visibilidade destacada das mulheres negras no Brasil resultam na incorporação de suas reivindicações na pauta das agendas de inúmeras políticas públicas, tais como saúde, educação, trabalho e renda. O movimento de mulheres no Brasil é um dos mais respeitados do mundo e tem conseguido avançar e garantir temas importantes de interesse para as mulheres, tanto no plano nacional, quanto internacionalmente. É também um dos movimentos com melhor desempenho dentre os movimentos sociais do país. Dentre os atos que ilustram o potencial deste movimento estão os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das suas propostas, o que mudou radicalmente o *status* jurídico das mulheres no Brasil. (CARNEIRO, 2010)

A intelectual negra CARNEIRO (2010) descreve que:

> *"[...] Esse movimento destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas. Destaca-se, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres. A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. A violência doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas."* (CARNEIRO, 2010, p.2)

[28] Ver RIOS, Flávia Mateus. Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo. Dissertação de Mestrado. USP 2008.

Um exemplo do que descreve a autora pode ser observado no campo da saúde dos direitos sexuais e reprodutivos. A luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, para decidirem sobre quando ter ou não filhos, resultou na conquista de novos direitos para toda a humanidade[29]. Esses e demais direitos específicos abrem espaços para a discussão de temas importantes para as mulheres como a legalização e descriminalização do aborto, assunto que ocupa lugar central no projeto político da juventude negra feminina.

As necessidades específicas dentro das especificidades, que ainda hoje deixam de fora das prioridades de movimento de mulheres e do movimento negro, justificam a importância da atitude da organização de mulheres negras, uma vez que suas demandas em algum momento eram esquecidas em torno das demandas universais.

CARNEIRO (2010) aponta que:

> *"[...] em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade."* (CARNEIRO, 2010, p. 2)

As relações sociais que recaem sobre a Juventude Negra Feminina estão marcadas pela desigualdade da interface gênero/raça e juventude, o que determina a exclusão ou inclusão desse segmento ao acesso aos direitos. É preciso concordar com a socióloga Luiza Bairros (1995), quando, ao analisar as mulheres negras, considera esta categoria como uma construção, a partir da experiência universal de ser negro, que é hierarquizada pelo gênero e, quando analisada na categoria mulher, é hierarquizada pela raça.

A emergência em ter suas demandas específicas atendidas pela sociedade e no interior dos movimentos dos quais participavam – seja o Movimento de Mulheres, o Movimento Negro, ou outro movimento social como o de juventude– fizeram com que mulheres negras feministas e/ou ativistas se organizassem e criassem uma agenda específica que as contemplasse e desse voz aos seus projetos sociais e políticos, uma vez que perceberam que estavam sendo esquecidas ou subsumidas devido às demandas universais de tais movimentos.

A necessidade de quebrar com o silêncio sobre outras formas de opressão, que somadas ao racismo e sexismo desconsideram os projetos políticos da juventude negra feminina, exige a (re)elaboração do discurso e práticas políticas do feminismo negro. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o direito pelo acesso aos direitos, que tem no movimento de mulheres negras um exemplo importante. Uma das respostas

[29] Ver: Plataforma Política Feminista, parágrafo 8 – Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras em 6-7 de junho de 2002. Distribuição CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Brasília, 2002.

encontradas pelas mulheres negras tem sido a experiência do enegrecer o feminismo[30], e pautar o gênero no movimento negro.

Corroborando com CARNEIRO (2010), a partir destas iniciativas, pôde-se criar uma agenda específica que confrontou, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero. Além disso, nesta agenda, as mulheres negras afirmam e tornam visível uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, e delineiam, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil.

A luta pela igualdade de gênero é um fenômeno importante na politização do país. CARNEIRO (2010) escreve que ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular.

Concordando ainda com CARNEIRO (2010

> *"[...] em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A conseqüência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade."* (CARNEIRO, 2010, p. 2)

As relações sociais que recaem sobre a Juventude Negra Feminina estão marcadas pela desigualdade da interface gênero/raça e juventude, o que determina a exclusão ou inclusão desse segmento ao acesso aos direitos. Mais uma vez, é preciso concordar com a socióloga BAIRROS (1995), quando, ao analisar as mulheres negras, considera esta categoria como uma construção, a partir da experiência universal de ser negro, que é hierarquizada pelo gênero e, quando analisada na categoria mulher, é hierarquizada pela raça.

No momento em que este olhar – sobre a raça e o gênero – se soma à dimensão de geração, em particular a de juventude, exercício proposto nesse capítulo, a dificuldade de acesso aos direitos aumenta significativamente. De modo que podemos verificar que as jovens negras (e os jovens negros) vivenciam um processo de inclusão social baseado tanto em seu pertencimento racial, quanto na sua identidade de gênero.

BUTLER (2012) propõe uma análise importante sobre a problemática de gênero e suas interseções. Se alguém "é" uma mulher, isto certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da "pessoa" transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se

[30] *Enegrecendo o feminismo* é a expressão que as mulheres negras têm utilizado para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. (CARNEIRO, 2010)

constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de "gênero" das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2012, p. 20). A dimensão de Juventude também é outra que soma às modalidades acima apresentadas.

Em ambas as colocações, uma lógica racializada e sexista determina o status atribuído a estas mulheres na sociedade e somam-se a estas percepções a condição juvenil que reforça e dificulta a garantia do acesso aos direitos para este segmento.

BUTLER (2012) reforça que:

> *"[...] Seria errado supor de antemão a existência de uma categoria de "mulheres" que apenas necessitasse ser preenchida com os vários componentes de raça, classe, idade, etnia e sexualidade para tornar-se completa. A hipótese de sua incompletude essencial permite à categoria servir permanentemente como espaço disponível para os significados contestados."* (BUTLER, 2012, p. 36)

Pensando a juventude negra feminina sob a ótica da análise de Butler (2012), chama-nos à atenção para lugar subalterno conferido pelos múltiplos eixos de subordinação que recai sobre este sujeito político, os quais nos possibilitam *insights* para pensar na superação dos desafios apresentados ao Estado e no caminho a ser tomado e construído pelas ações das políticas públicas.

Embora haja tensões e negociações nas diversas frentes pela busca por acesso e garantia aos direitos, tais como igualdade jurídica, direitos políticos, direito de ser jovem, entre outros, para a juventude negra feminina o acesso aos direitos parece mais tardia. Contrariamente, o que percebemos é que ainda não houve mudanças estruturais na forma como a política prioriza o foco de suas atenções, no que tange as relações de gênero, persistindo no privilégio dos papéis historicamente desempenhados pelos indivíduos do sexo masculino e suas demandas fazendo com que as propostas das mulheres mantenham-se secundarizadas. É importante ressaltar que uma lógica similar de favorecimento ocorre no terreno das relações raciais, em que tanto os papéis políticos quanto as demandas dos brancos são privilegiados em relação a dos negros.

Ao indagar "*que possibilidades políticas são consequência de uma crítica às categorias de identidade*", BUTLER (2012, p.9) chama à reflexão para a importância de tencionar os conceitos conhecidos que inscrevem e fragilizam o corpo feminino, e, consequentemente, retardam o acesso aos direitos. A autora abre precedente para refletirmos que a condição racial e juvenil são agravantes significativos e precisam ser superados na dimensão cultural, social e política, de modo especial, nas respostas do Estado por meio das políticas públicas

Quando analisamos as políticas endossadas à juventude negra, como veremos no próximo capítulo, as ações desenvolvidas pelo Estado por meio das políticas públicas privilegiam os homens jovens, e essa situação restringe o acesso aos diretos das mulheres negras jovens.

Ao refletir sobre a formação de sua trajetória como intelectual[31] negra americana, hoocks (1991) considera a difícil realidade das mulheres negras jovens, que precisam se esquivar das determinações que a sociedade lhes reserva. Considerando sua própria experiência enquanto jovem negra, a autora revela que o trabalho intelectual exigia tamanho esforço que se apresentava para muitas jovens como ela, enquanto uma orientação vocacional, ou ainda como uma "*busca desesperada de uma posição oposicional que a ajudasse a sobreviver a uma infância dolorosa.*" (hoocks, 1991, p. 465)

A trajetória apresentada pela autora aproxima-se de uma fuga, ou distanciamento das condições impostas para as mulheres negras jovens, que ainda encontram dificuldades no processo de estabilização, enquanto intelectuais. Nesse sentido, o fato de ser mulher e negra inviabiliza a opção de ser intelectual e de acessar os direitos para muitas mulheres negras, e isso pode ser agravado significativamente quando somam a condição juvenil.

A busca pela superação desta realidade, que reduz, categoriza e situa as mulheres negras jovens, encontra nos estudos da ativista negra WERNECK (2010) instrumentos importantes a serem considerados.

> *"[...] As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos."* (WERNECK, 2010, p. 10)

Corroborando com o argumento da autora, é a partir do processo de subalternização que se dá o processo de construção e de "resistência" do sujeito político "mulheres negras". O ativismo político das mulheres negras jovens neste século XXI continua reproduzindo lutas e resistências contra a visão reducionista acerca de sua condição de mulher, negra e jovem. Tais posturas combativas são singulares, para afirmar a cidadania deste segmento, bem como para fortalecê-lo enquanto sujeito social e político, através dos movimentos de que participam como o de Juventudes Negras, criando outros quando necessário em torno da orientação focal de suas pautas políticas.

HONNETH (2007), um dos autores que enfatizam a questão do reconhecimento como algo central para a compreensão das sociedades contemporâneas, apresenta três etapas de reconhecimento, que demarcam o modo como ocorre a negação ou o desrespeito a um

[31] Neste texto, o termo intelectual será compreendido como uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas. (hoocks, 1991, p. 466)

indivíduo ou coletivo. No caso das mulheres negras jovens, corresponde a uma demanda por reconhecimento que resultará no desenvolvimento de uma fase da consciência moral de cada indivíduo e da sociedade como um todo.

> *"[...] A primeira negação seria sentida por meio das humilhações físicas, como a tortura ou estupro, que privam a pessoa humana da autonomia corporal. O reconhecimento positivo viria por meio do cuidado emocional e do amor recebido das pessoas próximas (família, amigos/as), levando ao desenvolvimento da autoconfiança corporal, base para o autorespeito. A segunda negação seria sentida por meio da negação dos direitos e exclusão social que afetam a dignidade daqueles/as impedidos/as de atuar como pessoas plenas na sociedade. O reconhecimento ocorre quando estes indivíduos ou grupos são aceitos ou reconhecidos pela comunidade, como portadores dos mesmos direitos que os outros membros da sociedade. Este é o reconhecimento dos/as sujeitos de direitos, tanto no plano moral quanto no plano material, ou seja, garante-se que o indivíduo seja respeitado, e tenha, também, garantias de sua sobrevivência material. A terceira negação é a da depreciação do estilo de vida dos indivíduos, impedindo que sujeitos obtenham a estima social. O reconhecimento implicaria em auto-estima quando os indivíduos sentem uma aceitação solidária de suas habilidades e de seu estilo de vida."* (HONNETH, p. 35)

A negação de grupos ou de indivíduos, segundo o autor, remete a humilhações, violência física, privação de direitos, discriminação e desencadeiam três padrões de reconhecimento, a saber, amor, ordem legal e solidariedade, que garantem a dignidade, a autoconfiança, o autorrespeito, a autoestima e a autorrealização dos indivíduos.

Ao trazer esta reflexão, acerca da juventude negra feminina, para o contexto do movimento de juventude negra contemporânea é possível identificar que o sentimento de injustiça associado a privações das mais diversas formas, em especial de relações de afetividade, de direitos e de autoestima, criam na sociedade contemporânea circunstâncias injustas para com estas mulheres.

O alto índice de homicídios no Brasil confere à Juventude Negra masculina um lugar singular nas atenções das medidas emergenciais para contenção da violência e garantia do direito a vida. Essa mesma circunstância esvazia ações que localizam os direitos da juventude negra feminina e suas demandas políticas, que também se encontram em condições de vulnerabilidade perante a violência e aos números de homicídios neste país.

Os estudos de ABRAMO (1997) chamam atenção ao identificar as prioridades estabelecidas no Brasil para a juventude e seus possíveis interlocutores junto ao Estado, uma vez que:

> *"[...] os grupos juvenis que atuam na esfera do comportamento e da cultura não têm sido considerados como possíveis interlocutores pelos atores políticos, salvo raras exceções (entre elas assume destaque o movimento negro), seja por se apresentarem como muito difusos e com baixo grau de formalização, seja por levantarem questões não consideradas pertinentes para as agendas políticas em pauta. Os partidos, principalmente os de esquerda, colam-se então, exclusivamente e de um modo sufocante, às entidades estudantis, mas sem conseguir apostar, ao mesmo tempo, em sua capacidade de representação e mobilização."* (ABRAMO, 1997, p. 27-28)

As ações desenvolvidas pelo Movimento Negro, segundo ABRAMO (1997), são exceções na interlocução com o Estado. A partir desse referencial, é possível identificar as ações praticadas pela Juventude Negra Feminina neste século XXI que, sobremaneira, têm contribuído para avanços no que diz respeito à ampliação e garantia dos direitos no Brasil.

A hierarquização das proposições e demandadas nas prioridades da Juventude Negra é um desses exemplos de injustiça. A questão das relações de gênero no movimento de Juventude Negra ainda necessita de maiores atenções, e reflexões que extrapolem a maneira como vem sendo abordada. As mulheres negras jovens militantes vêm-se organizando, a fim de problematizar as práticas excludentes baseadas na discriminação de gênero. (GONZALEZ, 1984)

Para CARNEIRO (2003), as mulheres negras tiveram em um primeiro momento de "enegrecer" a agenda do movimento feminista e "sexualizar" a do movimento negro, promovendo uma diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva, tanto afirmando novos sujeitos políticos quanto exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos.

Em sua compreensão:

> *"[...] Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a "boa aparência", que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras."* (CARNEIRO, 2003, p. 133)

Tais evidências possibilitam entender que o reconhecimento das diferenças não implica fragmentação das lutas, nem dentro do movimento feminista, nem dentro do movimento negro. Ao contrário, aumenta o grau de participação dos diferentes – neste caso, as mulheres negras jovens – da identificação dessas no universo político, desenvolvendo em algumas delas o sentimento de dignidade, bem como a garantia de acesso aos direitos.

Importa considerar que as correntes desenvolvidas pelo feminismo, assim como, no caso do movimento negro, não correspondem integralmente às necessidades da mulher negra. O Feminismo Negro[32] e juvenil é uma proposta que está presente nas lutas por direitos,

[32] Por feminismo negro no Brasil, considerei o movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras, comprometido com a mudança social e atuante num campo ideológico no qual estão inseridas. O feminismo negro é um conceito que vem sendo forjado na luta do movimento de mulheres negras pelo reconhecimento das especificidades do grupo no contexto da luta feminista e do combate ao racismo. (SEBASTIÃO, 2010)

confrontando as tradições que desconsideram as demandas das mulheres no Movimento de Juventudes Negras.

Neste sentido, percebemos que nos últimos anos deste século XX, a necessidade de mobilização e articulação de mulheres negras jovens, organizadas em torno de lutas para dentro e para fora dos movimentos de que participam, é crescente e se apresenta como uma necessidade significativa para o alcance de direitos no Brasil.

É igualmente notável, ao longo desse processo, o esforço dessas mulheres em inserir novas marcas e projetos políticos que simplesmente são ignorados no imaginário coletivo dos movimentos sociais do qual fazem parte. Persiste a imagem cristalizada e superficial da mulher negra e jovem no Brasil que faz com que as demandas apresentadas não apareçam nas políticas púbicas.

Ainda são necessários esforços que enfatizem e sensibilizem a sociedade da importância de articulação política da Juventude Negra Feminina pelos seus direitos. Importa que essas – ainda vistas quase que exclusivamente pela condição de vítimas – possam ser entendidas de fato como cidadãs, como sujeitos sociais que contribuem para o processo de desenvolvimento do país, como partícipe da construção da democracia.

Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo do feminino na sociedade brasileira. Isso é o que determina o fato de o enfrentamento do racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras jovens que se expressam em ações coletivas.

Entendendo a necessidade de refletir mais sobre a categoria Juventudes e Juventudes Negras, a seguir voltaremos nossa reflexão para a identificação desses conceitos, pautando-se em estudos que refletem a temática.

I.3 O sujeito político Juventude Negra Feminina

A compreensão da Juventude Negra Feminina como sujeito político é ainda um desafio que se materializa na superação das críticas por parte de grupos que tentam imprimir a esse segmento um caráter essencialista e reducionista, como bem descreve ROLAND (2000) sobre o movimento de mulheres negras. A autora descreve que a visão que considera ser a mulher negra uma questão específica acaba por se constituir num obstáculo para o progresso da organização das mulheres negras, pois tal visão parte da premissa de que existe uma questão geral, seja ela aos negros ou às mulheres - e acrescentaríamos juventude, da qual as mulheres negras jovens são parte. (ROLAND, 2000)

A Juventude Negra Feminina vista como sujeito político ativo, que constrói conjuntamente os referenciais que se transformam em políticas públicas de promoção da igualdade racial no Brasil, ajuda a dirimir os processos de produção e reprodução de situações de exclusão dentro de grupos já excluídos. O olhar equitativo no desenvolvimento das políticas

públicas possibilita pensar estratégias para garantir o acesso desse segmento aos direitos sociais.

A inserção das demandas da Juventude Negra Feminina na agenda governamental vem sendo conquistada com muita dificuldade. Essa invisibilidade pode ser percebida ainda hoje, devido a insipiente adoção da perspectiva étnico-racial, de gênero e geração nas pesquisas, que fundamentaria a justificativa para a criação de políticas públicas focais de reparação em benefício deste grupo. (CARVALHO & QUINTILIANO, 2009)

Compreender a juventude nega feminina no século XXI, no âmbito da política pública, é um desafio para a própria Juventude Negra, e para a Juventude, e de modo especial, para a academia e o Estado brasileiro. Esse último, responsável pela promoção e desenvolvimento das políticas públicas, necessita de ferramentas analíticas que possibilitem reflexões como esta que identifiquem e problematizem o conceito de Juventude Negra Feminina, a fim de perceber e garantir acesso as suas demandas específicas.

As políticas públicas de juventude no Brasil, embora desafiem ir além, ainda circunscrevem esforços para incidir na criação de legislações que garantam os direitos a este público, justificando-o como segmento social.

A compreensão de Juventude, enquanto categoria sociológica, é fragmentada e diversa, e obedecem a protocolos próprios de cada país. Um exemplo desta situação de fragmentação está no enquadramento da categoria juventude pela faixa etária. Por causa das diversas percepções e entendimento sobre juventude a partir do recorte etário, a Assembléia Geral da ONU, definiu jovens como pessoas entre os 15 e os 24 anos, sem prejuízo de outras definições dos Estados Membros desta organização.

A mesma Assembléia aprovou o Programa Mundial de Ação para a Juventude para além do ano 2000 e reiterou Juventude como sendo de faixa etária entre 15 a 24 anos (PARRA, 2004, p. 133). No Brasil, no entanto, o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE define esta categoria como pessoas entre 15 aos 29 anos, apresentando como justificativas, as experiências comuns a este grupo e a falta de políticas públicas específicas direcionadas para este segmento. Quando se refere a juventude no Brasil, falta a compreensão de que esta categoria é diversa, e que a percepção universal que recai é analisada naturaliza os eixos de subordinação que preterem as jovens mulheres e negras o acesso aos direitos.

O historiador HOBSBAWM (1995) descreve que foi a partir da década de 1950 que viveu-se um momento de expressiva ascensão jovem iniciada nos Estados Unidos, principalmente entre as classes médias e altas. "*A cultura juvenil tornou-se dominante nas economias de mercado desenvolvidas*," (HOBSBAWM, 1995, p. 320). É tecida uma identidade própria em torno dessa fase da vida humana, ainda não vista na história. Começava a constituir-se uma consciência etária que acentuaria a oposição entre os grupos jovens e os não jovens.

A compreensão sobre juventude é, portanto, variável e apresenta incontáveis sentidos, tempos de duração, conteúdos e significados múltiplos que se modificam no interior dos grupos sociais de uma mesma sociedade, bem como em relação às demais sociedades. NOVAES (1998) ressalta que essa perspectiva da agregação arbitrária por idade não resume as identificações possíveis num conjunto determinado de homens e mulheres que se reúnem num universo de pesquisa, mas permite perceber experiências geracionais que atinge um segmento, apesar da diferença de gênero.

Nesse sentido, a compreensão sobre esta etapa da vida tangencia seu aspecto universal, do ponto de vista dos aspectos físicos e psicológicos, e também, seu aspecto particular na diversidade. Esta condição é definida pela experiência social, sexual, de gênero, de cor/raça, de valores, de localização geográfica, de classe social, de grupo étnico de local de moradia, de cotidianos e de projetos futuros (SACRAMENTO, 2011). Referindo-se às mulheres negras e jovens, todos esses e muitos outros fatores influenciam de diferentes formas as vantagens e desvantagens em que vivemos nesta sociedade. (WERNECK; DACACH, 2004, p. 09)

Em seus estudos, o sociólogo BOURDIEU (1980) apresenta essa categoria juventude como socialmente manipulada e manipulável. O autor revela que o fato de se falar dos jovens como uma unidade social, um grupo dotado de interesses comuns, e de se referirem esses interesses a uma faixa de idade, constitui, já em si, uma evidente manipulação. Este precedente trazido pelo autor soma a importância da problematização dessa categoria em um modelo estático universal, dando coerência para um sujeito político Juventude Negra Feminina.

Para o estudioso em juventude PAIS (1990), suas análises igualmente nos ajudam a pensar a juventude na realidade brasileira, pontuando que:

> *"[...] nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil «unitária». No entanto, a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também - e principalmente - as diferenças sociais que entre eles existem."* (PAIS, 1990, p. 140)

A valorização da diferença é fundamental para que a Juventude Negra Feminina seja identificada. CASTELLS (2001) defende que a perspectiva que recai sobre os jovens – a depender do contexto em que se inserem e dos tipos de manifestações identitárias produzidas, possibilitam sentidos e expectativas de manutenção ou renovação social que os situam como *atores-chave* nos grupos sociais.

PAIS (1990) ainda pontua que a própria sociologia da juventude tem cometido erros e, portanto, é necessário cuidado para não cometer equívocos ao se pensar juventude. Buscando identificar esta problemática, o autor identifica duas tendências:

> *"[...] a) Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada «fase da vida», prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogéneos que caracterizariam essa fase da vida - aspectos que fariam parte de uma «cultura juvenil», específica, portanto, de uma geração definida em termos etários;*
> *b) Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Nestoutro sentido, seria, de facto, um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de juventude universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum."* (PAIS, 1990, p. 140)

Ainda segundo o autor, a construção sociológica da juventude é paradoxal. Ele afirma que histórica e

> *"[...] socialmente, a juventude tem sido encarada como uma fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados «problemas sociais». Se os jovens não se esforçam por contornar esses «problemas», correm mesmo riscos de serem apelidados de «irresponsáveis » ou «desinteressados»."* (PAIS, 1990, p. 145)

Considerando estas ideias, pensar a Juventude Negra Feminina como sujeito político, ajuda a compreender as ações deste segmento junto ao Estado, em busca de inclusão social e garantia do acesso aos direitos Constitucionais. Em consonância com essas ideias, ao refletir sobre políticas públicas e juventude no Brasil, ABRAMO (1997) ressalta que,

> *"[...] é necessário notar que, no Brasil, diferentemente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado do das crianças, para além da educação formal. Na Europa e Estados Unidos a formulação de políticas para jovens e a designação de instituições governamentais responsáveis por sua implementação têm se desenvolvido ao longo do século; nos países de língua espanhola da América Latina, esse fenômeno, de modo geral, ganha significação a partir dos anos 80, principalmente estimulado por organismos como a CEPAL, ONU e o governo da Espanha, gerando algumas iniciativas de cooperação regional e Ibero-americana, com intercâmbio de informações e experiências, promoção de capacitação técnica, de encontros para realização de diagnósticos e discussão de políticas."* (ABRAMO, 1997, p. 25-26)

Ainda segundo essa autora, ao relatar sobre como a temática juventude é abordada

> *"[...] na academia, depois de anos de quase total ausência, os jovens voltam a ser tema de investigação e reflexão, principalmente através de dissertações de mestrado e teses de doutorado — no entanto, a maior parte da reflexão é ainda destinada a discutir os sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens (notadamente as instituições escolares, ou a família, ou ainda os sistemas jurídicos e penais, no caso de adolescentes em situação "anormal" ou de risco), ou mesmo as estruturas sociais que conformam situações "problemáticas" para os jovens, poucas delas enfocando o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações. Só recentemente tem ganhado certo volume o número de estudos voltados para a consideração dos próprios jovens e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação."* (ABRAMO, 1997, p. 25)

Considerando “juventudes” no plural, como ressalta BOURDIEU (1983, p. 17), ao atentar-nos para o “*erro de pensarmos em jovens como se estes fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, ressaltando a não existência de uma única juventude, mas multiplicidade delas*”. Ao segmentar a juventude em juventudes é possível dirigir um olhar às juventudes negras e por sua vez dentro desta enfocar especificamente na investigação sobre a Juventude Negra Feminina. O pensamento do autor ajuda a questionarmos um modelo universal de juventude negra e encontrar outros sujeitos políticos como a Juventude Negra Feminina.

Ao considerar Juventudes Negras, percebemos que esta categoria também abriga múltiplas identidades de juventudes, e é precisamente uma delas que estamos definindo como Juventude Negra Feminina, cuja existência enquanto sujeito político e suas demandas e especificidades se constituem no ponto focal desta pesquisa.

Ao refletirmos sobre os direitos da juventude negra, em especial da Juventude Negra Feminina, seu lugar na sociedade, é necessário estar diante desses sujeitos que, em alguma medida, vivenciam espaços, tempos e características comuns da forma como os eixos de subordinação do racismo e sexismo atuam diferenciadamente sobre esta juventude. Assim é possível identificar suas experiências, seus saberes, memórias, histórias e culturas, de modo a extrair um retrato de suas necessidades e de suas proposições, para melhoria da realidade na qual estão inseridas.

Os muitos desafios que ainda existem sobre as formas mais adequadas para analisarmos a Juventude Negra Feminina possibilitam pensarmos o limite dessa pesquisa e desta categorização, levando-nos a refletir sobre outras possibilidades analíticas de problematizar a atenção das políticas públicas quando suas ações são voltadas para a juventude negra no Brasil, como veremos no próximo capítulo.

A análise da violência seguida de mortes evitáveis, pensada a partir do que descrevemos até o momento, será o ponto de partida para identificar a juventude negra feminina como sujeito político também importante frente às prioridades das políticas públicas no Brasil.

I.4. A Juventude Negra Feminina e a Violência no Brasil

“Seja ela perpetrada pelo Estado, ou simplesmente facilitada por este, a violência nos atinge de diversas maneiras.”
(ROCHA, 2013)

No texto que segue, buscamos analisar os estudos sobre juventude e violência, a partir da perspectiva da interseccionalidade de raça, classe e gênero. Ao analisarmos a violência seguida de mortes evitáveis obedecendo aos critérios já descritos, buscaremos conferir como as políticas públicas têm percebido e incorporado as demandas, experiências e projetos

políticos da juventude negra feminina. Identificamos que este segmento também é alvo da violência e vítima de homicídio, portanto, necessita de atenção das políticas publicas.

A literatura que reflete sobre juventude em interseção com as discriminações baseadas na raça, classe e gênero focam suas análises no fenômeno da violência no Brasil, por ser esta um fenômeno crescente entre os jovens. Os números da violência, em especial os de homicídios, apresentam coeficientes de genocídios. Esse fenômeno tem provocado a organização de pesquisas e análises como esta, que procuram trabalhar sob a perspectiva do recorte por raça/cor, apresentando um cenário desafiador para a juventude negra brasileira, e de modo especial para a juventude negra feminina.

Os estudos da Diáspora Africana revelam que a comunidade negra possui a experiência do contato direto com a violência e o terror racial, que caracteriza e define a presença de afrodescendentes no mundo (NASCIMENTO, 1978, GILROY, 1993; HAMILTON, 2007). Essa experiência pode ser medida, ainda hoje, pela forma como o corpo negro é interpelado.

A interpelação do significado atribuído ao corpo negro jovem é um ponto importante nas reflexões sobre a juventude negra feminina no Brasil. Em outras palavras, a forma como a juventude negra é vista hoje no Brasil determina a como ela é apresentada nas políticas públicas. Se, para homens negros jovens, o perfil de suspeito e o terror da violência acompanha esse corpo diariamente nas ruas, e essa condição justifica as políticas públicas, para as mulheres negras jovens esta situação não é diferente. O medo e o terror se instauram por representar este corpo, construído social e historicamente, o território propenso a diversas formas de opressão e violência, a exemplo da sexual. Os números de negligência médica no atendimento às das jovens negras se traduzem em índices dramáticos de mortalidade materna e passam a compor o quadro mais amplo de mortes entre jovens no Brasil.

Dentre as pesquisas que analisam a Juventude, poucas apresentam as desigualdades raciais, e, menos ainda, desafiam compreender os impactos que se estabelecem com o problema da desigualdade de gênero. A não atenção favorece o processo de exclusão da juventude negra feminina como sujeito político detentor de direitos específicos por meio das políticas públicas.

Fenômenos como o da violência entre jovens tem tencionado a temática racial, impressionando pela quantidade de homicídios que atinge a juventude negra brasileira, apresentando um cenário desfavorável para a juventude negra e a juventude negra feminina.

Um dos estudos pioneiros que influenciou o desenvolvimento de reflexões com recorte de raça/cor, violência homicida e gênero no Brasil, foi realizado por BARBOSA (1998). A pesquisadora coletou dados quantitativos relativos à raça/cor, formando uma amostra aleatória das declarações de óbito do município de São Paulo em 1995.

O trabalho crítico de BARBOSA (1998) avaliou a conexão existente entre racismo e saúde, e calculou anos potenciais de vida perdidos por homens brancos e negros; e mulheres

brancas e negras demonstrando que a mortalidade é mais precoce na população negra. A pesquisa averiguou que no município de São Paulo:

> *"[...] A análise da distribuição dos óbitos, segundo os grandes grupos de causa de morte por raça, expõem as disparidades do perfil de mortalidade entre brancos e negros, onde o grupo de causas externas é o grande divisor de águas, seu peso relativo depende da população analisada, corresponde a 14,1% para o conjunto da população negra e branca; 11,4% para a população branca, e 23,4% para a população negra."* (BARBOSA, 1998, p.68)

Outro estudo interessante foi desenvolvido por BATISTA (2002), ao pesquisar a mortalidade de mulheres e homens pretos. Nesta pesquisa, foi realizada uma análise comparativa na perspectiva sociológica da mortalidade de homens em relação às mulheres e de brancos em relação aos pretos residentes no Estado de São Paulo. Os esforços das pesquisas citadas revelam a vulnerabilidade da mulher e do homem negro frente às mortes evitáveis, quando comparado aos pares brancos. Foram utilizadas como fonte para estas análises as declarações de óbito já sistematizadas quanto à raça/cor do Ministério da Saúde. Concluiu-se que no estado de São Paulo a taxa de mortalidade era maior para homens pretos e mulheres pretas no que diz respeito às seguintes causas de morte: tuberculose, alcoolismo, hipertensão, doença cérebro-vascular, diabetes, causas mal-definidas e externas, no período que já existiam informações sobre raça/cor, 1996 a 1999. (BATISTA, 2002)

As publicações do Ministério da Saúde sobre a Saúde da População Negra (BRASIL; FUNASA/MS, 2005) são importantes suportes técnico para elaboração de estudos que direcionam foco de análise para as desigualdades raciais com interface para as reflexões de gênero, geração na interface com a saúde da população negra no Brasil.

No *Relatório de Direitos Humanos no Brasil: Racismo, pobreza e violência*, LOPES (2005) aprofunda a discussão sobre as relações entre racismo e risco da violência. A autora analisou os diferenciais de raça/cor na distribuição dos óbitos por homicídio em âmbito nacional e constatou que as taxas de mortalidade por homicídios calculados para o ano base de 2001, na metade dos estados pesquisados, apresentavam uma incidência de homicídios para negros que se constituía em mais que o dobro da verificada para brancos. Em alguns locais, essa desigualdade chega a ser seis vezes maior, o que demonstra que as diferenças entre brancos e negros ocorrem também no sexo feminino e que são os jovens negros do sexo masculino as maiores vítimas de homicídios em todo o Brasil na faixa de 15 a 29 anos. (LOPES, 2005)

Os índices de homicídios no Brasil são contabilizados pelo Ministério da Saúde e disponibilizados no portal eletrônico atualizados anualmente. Em 2010 foram 192.804 homicídios no Brasil. Esses são superiores a somatória dos números de homicídios de países que estiveram em conflito armado, como Israel/Territórios Palestinos, Iraque, Afeganistão, Colômbia, Paquistão, Índia, Somália e Sudão, entre 2004 a 2007 que somam juntos 157.332. (MINISTÉRIO DA SAÚDE – SIM, 2012)

Esses dados, refletidos no estudo *Mapa da Violência 2011, Os Jovens do Brasil* (WAISELFISZ, 2011), revelam que, no total da população, o número de vítimas de homicídios de cor ou raça branca diminuiu em 22,3%, entre 2002 e 2008. Entre os negros (pretos e pardos), o percentual de vítimas de homicídio cresceu em 20,2%, no mesmo período. Em 2002, foram vítimas de homicídios, proporcionalmente, 45,6% mais negros do que brancos. Em 2005, pelo mesmo motivo, morreram 80,7% mais negros que brancos e, em 2008, morreram 111,2% mais negros que brancos, situação que é traduzida em todo o país com raras exceções.

No *Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil* os números de homicídios estagnaram, porém as taxas ainda são altas. Esse cenário piora, quando se nota que esse tipo de violência aumentou em áreas de menor densidade e peso demográfico, conhecidas como regiões pacíficas, como cidades de médio e pequeno porte. É possível verificar o número total de homicídios no país que subiu de 13.910, de 1980, para 49.932, em 2010. O aumento foi de 259%. Quando se analisa a evolução das taxas de homicídio verifica-se que entre os anos 2003 e 2010, houve decréscimo no número de mortes entre jovens e estudo comenta que as quedas significativas aconteceram em 2004 e 2005.

Os fatores que podem ter contribuído para a redução são muitos, como: políticas de desarmamento, planos e recursos federais e estratégias de enfrentamento de algumas unidades federativas. Nos 30 últimos anos, o Brasil já ultrapassou um milhão de vítimas de homicídio. Vemos que a média anual de mortes por homicídio no país apresenta números preocupantes que exigem ações rápidas que contenham este fenômeno, crescente entre as jovens mulheres.

O estudo ainda afirma que:

> *"[...] A gente não consegue ver a concreticidade dos fatos. Em 30 anos, está o número total de mortos igual a uma cidade inteira morta com uma bomba atômica, por exemplo. No Brasil, um País sem conflitos políticos, nem étnicos e religiosos, nem de fronteira, mataram mais gente do que esses países em conflito, em guerra, ou em guerrilha."* (WAISELFISZ 2012, p. 63)

Nesse sentido, a interpretação dos índices de vitimização por raça/cor se apresenta como um desafio que precisa ser mais debatido na sociedade, bem como mais explorado pelas análises sobre Juventude Negra no Brasil.

É possível notar nos estudos de WAISELFISZ (2012) que apenas no Paraná morre mais pessoas brancas do que negras. Em todos os outros estados, negros morrem mais do que brancos. Na Paraíba, o percentual para cada branco morto, é de 17 negros. Revela a pesquisa, que a morte do branco é um crime mais visível. Negros mortos em bairros mais afastados não repercutem tanto na mídia. No ano de 2010, o estudo revela que ocorreram no Brasil 50 mil assassinatos, com um ritmo de 137 homicídios diários e o público majoritário é a Juventude Negra.

Chama atenção neste estudo o crescente número de vítimas por homicídios entre as mulheres jovens. Embora morra mais jovens homens que mulheres, o estudo afirma no Anexo I *Homicídios de Mulheres no Brasil* que a vitimização de mulheres também é crescente e requer ações específicas para contenção.

Entre as mulheres, os homicídios concentram-se na faixa dos 15 aos 29 anos de idade, com preponderância para o intervalo de 20 a 29 anos, sendo que foi à faixa etária que mais apresentou crescimento na década analisada. O estudo revela que, em todas as faixas etárias, o local de residência da mulher é o que decididamente prepondera nas situações de violência, com maior incidência até os 10 anos de idade, e a partir dos 40 anos, representando 68,8% dos incidentes[33].

Uma abordagem diferenciada sobre as mortes femininas por homicídio é a que o termo femicídio nos traz ao abordar o caráter sexista implícito nos assassinatos. O Femicídio ajuda a compreender que a violência sexual pode ser considerada como qualquer tipo de ataque físico, visual, verbal ou sexual sofrido por mulheres ou meninas que tenha gerado qualquer efeito que fira, degrade ou tire as habilidades de controlar contatos íntimos.

ALMEIDA (1998) explica que a expressão “femicídio intimo” foi introduzida em 1976, no Tribunal Internacional de Crimes contra a Mulher, voltando a ser utilizada apenas nos anos 1990, para evidenciar a “não-acidentalidade” da morte violenta de mulheres, que envolveria, inclusive, estupros seguidos de assassinato, casos de assassinato de prostitutas por seus clientes e assassinatos conjugais. Femicídio para a autora explicita o caráter sexista dos crimes conjugais, e desmascara a aparente neutralidade dos termos homicídio e assassinato.

ALMEIDA (1998) ainda se refere ao femicídio como sendo tão antigo quanto o patriarcado. E segundo ela, outra face deste fenômeno, referindo-se às violências domésticas sofridas diariamente pelas mulheres, é o homicídio de homens como conseqüência da estratégia de sobrevivência de mulheres, forjada no conflito, numa tentativa de auto-defesa. (ALMEIDA, 1998)

Embora este termo mereça melhor especificação, é preciso destacá-lo ao estudo de violência contra a mulher, em especial contra vítimas mulheres negras jovens, para ressaltar que esse grupo de vítimas está exposto tanto aos crimes relacionados à sua condição de gênero (*femicídio*s), quanto àqueles casos ligados a situações urbanas de vulnerabilidade social e racial, chacinas, violência policial, envolvimento com drogas. (ROMIO, 2009)

Alcançar a dimensão da forma como a violência atinge as mulheres, em especial as jovens negras, é importante, pois, ao fazê-lo reconhecemos a dissonância entre a percepção dos homens e das mulheres sobre suas próprias experiências com a violência, que para as mulheres soma a violência sexual. Esta abordagem faz sentido ao percebermos os inúmeros

[33] O Estudo ainda aponta que no sexo masculino, o local de residência, apesar de também ser um índice elevado, representa 46% dos atendimentos de incidentes de homicídios.

assassinatos de mulheres cometidos por ex-companheiros, aumentando a violência doméstica. (WAISELFISZ 2012)

ROCHA (2013) revela que as experiências das mulheres negras com a violência têm sido pouco analisadas e/ou invisibilizadas nos estudos de violência urbana em detrimento da valorização masculina. Essa realidade nos provoca a pensar na necessidade de ações que busquem conter a violência e também a mortalidade sobre e na juventude negra feminina. O cenário propício para isso se faz também na definição das prioridades, no momento em que se projetam as políticas públicas de combate à violência no Brasil.

O panorama observado no estudo que considera raça/cor e o recorte de gênero em sua abordagem revela a necessidade de reflexões mais profundas sobre o direito de acesso as políticas públicas, de modo especial, para a juventude negra feminina que não tem sido contemplada nas ações estratégias.

ROCHA (2013) ainda nos possibilita argumentos para refletir sobre os desdobramentos dos altos números de homicídio no Brasil. A autora argumenta que aos sobreviventes da violência que se propaga hoje no Brasil, produz outras violências que atingem mães, esposas, filhos e filhas, que também morrem um pouco com cada pessoa que é enterrada, gerando na maioria das vezes um longo sofrimento, silêncio e solidão.

Como veremos no capítulo II, a juventude negra feminina continua sendo silenciada no acesso às políticas públicas, mesmo quando se estrutura políticas focadas à juventude negra, uma realidade que evidencia a importância de se perceber este grupo sob os vários eixos de subordinação que o envolve.

A política pública é um veículo importante para a garantia de acesso aos direitos no Brasil, mas é importante ressaltar que é uma ferramenta que carrega e reproduz ideologias. Este instrumento de garantia de acesso aos direitos ainda requer melhorias, exigindo outras e mais amplas reflexões que problematizem a visão universal que esta tem e reproduz dos sujeitos centrais de suas ações.

No próximo capítulo apresentaremos um conjunto de reflexões sobre as duas políticas públicas escolhidas para desenvolver as análises desta pesquisa, o *Projeto Farol em Ação e Plano Nacional Juventude Viva: plano de enfrentamento a violência contra a juventude Negra*. Novamente utilizamos a interseccionalidade de gênero, classe, raça e geração com o intuito de compreender de forma mais detalhada como estas políticas e suas interfaces e ações estratégicas têm incorporado as demandas, experiências e projetos políticos da juventude negra feminina brasileira neste século XXI.

Capítulo II – A Juventude Negra Feminina e as Políticas Públicas de Juventude

"As políticas públicas são ferramentas sociais que cumprem um papel na sociedade. Como toda ferramenta social carregam ideologias, e buscam objetivos bem definidos em suas ações para manutenção ou problematização de hegemonias. Resta saber, de que lado queremos que as políticas públicas que construímos conjunto estejam."
(PEREIRA, 2011)

Neste capítulo, pretendemos analisar duas políticas públicas: o *Projeto Farol em Ação* e o *Plano Juventude Viva: Plano de Enfrentamento a Violência contra a Juventude Negra*, com o propósito de identificar se estas contemplam a juventude negra feminina quanto à elaboração de suas estratégias e ações. Ambas as políticas se constituem em intervenções do governo federal; a primeira desenvolvida e encerrada no governo do Presidente Lula, e a segunda ainda está em andamento no governo da Presidenta Dilma. Estas políticas foram escolhidas por terem como foco central a juventude negra. Buscaremos, neste texto, problematizar a ausência da discussão sobre as questões de gênero, e de estratégias voltadas para as mulheres negras jovens nas ações destas políticas.

Ao discutir gênero e raça nas políticas públicas para juventude negra também discutiremos a participação política das jovens mulheres negras, que é um desafio diante de um cenário em que estas não dispõem de visibilidade como grupo político.

Historicamente, o racismo e o sexismo presentes na sociedade brasileira não têm dado visibilidade às experiências, práticas, e demandas das mulheres negras, sejam estas adultas ou jovens. Entretanto, estas mulheres vêm notoriamente se inserindo na vida pública e, por consequência, na política, ainda que se deparando com muitos obstáculos e empecilhos. Assim, não faltam exemplos de resistência, e em alguns casos de quebra de paradigmas, onde este grupo têm se destacado dentre aquelas expressões do movimento social que mais tem lutado por direitos no país. (CARVALHO & QUINTILIANO, 2009)

A discriminação de gênero se expressa através do tratamento desigual entre os sexos, de modo que, tanto as mulheres quanto homens podem ser afetados. A discriminação racial ocorre por meio de tratamento que distingue, exclui, restringe ou dá preferência, baseando-se na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, tendo por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de sua vida[34].

Deste modo, no caso das mulheres negras jovens, soma-se a desigualdade de gênero, o racismo, o preconceito geracional, e a discriminação de classe, visto que a população negra ainda se encontra majoritariamente entre os seguimentos mais pobres da sociedade. Este

[34] Artigo 1º, parágrafo 1 da Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.

conjunto de situações discriminatórias atinge o grupo em distintas circunstâncias e esferas da sociedade, conformando comportamentos individuais e institucionais.

Ainda mais revelador para nosso estudo é poder constatar que a situação de subordinação das mulheres negras, e em especial das jovens, nos permite perceber em que lógica a política pública, bem como seus formuladores e instituições proponentes, têm operado no Brasil. Adicionalmente, este exemplo, nos possibilita evidenciar que os agentes e instrumentos políticos não são imunes às influências discriminatórias, e acabam por (re)produzir tal lógica desigual que na prática, este processo excludente têm se traduzido em escolhas, favorecimentos e posicionamentos tomados, em primeira instância, como parâmetros para a elaboração de políticas e benefícios públicos, as perspectivas e demandas dos brancos, dos homens, dos grupos mais favorecidos social e economicamente, dos indivíduos adultos, dos heterossexuais, dentre outros pertencimentos de expressão dominante.

Considerando o caso da juventude negra feminina neste contexto de exclusão perpetuado pelas políticas públicas, percebemos que o processo desigual resulta, por um lado, de um maior direcionamento e favorecimento das estratégias e ações governamentais para o atendimento das demandas da juventude negra masculina, muitas vezes, compreendido como o único segmento mais vulnerável dentre a população negra; e por outro, e em consequência ao posicionamento político anterior, de uma desconsideração e desvalorização, e por vezes negligência, das demandas e especificidades das jovens negras.

No âmbito das políticas voltadas para a juventude negra, o foco tem sido direcionado para a juventude negra masculina, sob a justificativa de este segmento ser o que mais concentra os índices de mortalidade decorrente de homicídio, como revela o Sistema de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Entretanto, vale ressaltar que as mulheres negras jovens também morrem por homicídio, e estes números tem aumentado no Brasil; adicionalmente, estas são também vitimadas por múltiplas violações, tais como: a mortalidade materna devido à precariedade da atenção em saúde sexual e reprodutiva, pela violência doméstica e de gênero num sentido mais amplo, dentre outros, colocando este grupo numa condição vulnerável peculiar.

CRENSHAW (2001) afirma que o pensamento universalista contribui para a perpetuação das desigualdades existentes entre homens e mulheres; entre brancos e negros; asiáticos e europeus. Essas desigualdades são construídas a partir de diferentes padrões de hierarquização, constituídas pelas relações de gênero, de raça, de classe social, que produzem profundas exclusões.

Ainda, segundo a autora, é importante a ampliação do enfrentamento do abuso dos direitos relativos às mulheres, no campo dos direitos humanos e entendemos que as políticas públicas são centrais nessa garantia. Para tanto, ela desenvolve uma reflexão, partindo da

existência da interseccionalidade entre gênero e raça, e somamos classe e geração para pensarmos a juventude negra feminina.

> *"[...] De fato, ao mesmo tempo que a diferença deixou de ser uma justificativa para a exclusão do gênero dos principais discursos dos direitos humanos, ela, em si mesma, passou a servir de apoio à própria lógica de incorporação de uma perspectiva de gênero. Tal incorporação baseia-se na visão de que, sendo o gênero importante, seus efeitos diferenciais devem necessariamente ser analisados no contexto de todas as atividades relativas aos direitos humanos."* (CRENSHAW, 2001 p. 172)

No que se refere aos estudos sobre juventude no âmbito das ações das políticas públicas[35], notamos que há uma coincidência temporal nos debates sobre gênero e raça. A análise interseccional nos auxilia a pensar neste entrecruzamento, não só entre as discriminações de raça, gênero, mas também, de classe e geração e seu efeito sobre a questão do acesso aos direitos para a juventude negra feminina.

De acordo com o Dicionário de Política[36], a política pública se constitui num conjunto de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público, atuando e influindo sobre a realidade econômica.

Segundo SOUZA (2007) "as políticas públicas, portanto, podem ser definidas como um conjunto de ações ou atividades desenvolvidas diretamente pelo governo ou por organizações por ele delegadas, com a intenção de produzir efeitos específicos sobre a vida dos cidadãos" (p. 68). Neste sentido, cabe pensar sobre as políticas públicas como ferramentas importantes para a garantia dos direitos da juventude negra feminina.

Quando buscamos relacionar as discriminações de raça, gênero e geração que atingem simultaneamente as jovens negras, observamos que a elaboração de políticas públicas para este segmento apresenta grandes desafios.

Quando garantimos o acesso diferenciado aos direitos sociais e políticos, asseguramos os direitos humanos, esse é o princípio da equidade na política. Os aspectos da discriminação racial que mais se assemelhavam à negação da cidadania plena foram enquadrados nos parâmetros prevalecentes dos direitos humanos. Entretanto, como no caso da discriminação de gênero, classe e geração, as noções de diferença também limitam a possível expansão das garantias de direitos humanos ligados à raça aos contextos em que a discriminação atua.

Neste sentido, o direito à diferença e a especificidade são importantes para identificar a necessidade de inclusão das demandas da juventude negra feminina. Esta atenção orienta

---

[35] Entendida aqui como a tradução das ações do governo (municipal, estadual ou federal) para garantir seu plano de governo, por meio de leis, medidas reguladoras, decisões e ações. (...) "A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real." (SOUZA, 2006)

[36] BOBBIO, MATTEUCI E PASQUINO, 1995, apud VIANNA d'AVILA, 2009.

para a compreensão da diversidade, ou seja, afirma que a igualdade pode desconsiderar ou negar proteção aos direitos políticos e humanos, de mulheres, das negras e das jovens.

As discriminações que não se enquadram nesse modelo-padrão e desconsideram as diferenças em momentos como: nas escolhas das prioridades para ações das políticas públicas, precisam ser problematizadas para que se alcance a garantia do acesso aos direitos no Brasil para as mulheres, em especial paras as negras e jovens.

Por fim, reconhecemos que as diferenças são elementos importantes que ajudam na identificação das particularidades, e estas, precisam ser consideradas quando se objetiva combater o racismo e o sexismo e seus efeitos na sociedade e nas políticas públicas. A forma sutil como o racismo se reproduz e se articula com outras formas de discriminação, gera a negação das particularidades e das diferenças, o que tem postergado o direito da juventude negra feminina de ter suas necessidades e projetos compreendidos e incluídos como prioridades das políticas públicas.

II.1 A Juventude Negra Feminina e sua dimensão de raça

"A tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial"
(LÉLIA GONZALEZ)

Segmentos da sociologia e antropologia contemporâneos têm utilizado raça não mais como principio biológico de distinção entre diferentes grupos, mas como uma categoria construída histórica e socialmente. Assim, nesta discussão, raça se refere a uma categoria de análise pelo qual se procura entender o fenômeno social no qual os indivíduos são classificados e segregados a partir de seu pertencimento racial/étnico e de suas características físicas, tais como: cabelo, cor da pele, traços faciais, culturais e linguísticos.

Julgamos como fundamental a incorporação desse conceito nos estudos sobre juventude, a fim de melhor compreender as discussões sobre a constituição deste sujeito num sentido mais amplo e, em específico, identificar a juventude negra feminina como segmento que possui especificidades e experiências distintas na sociedade.

Do ponto de vista biológico, não existem raças, há apenas a raça humana. No entanto, da perspectiva social e política é possível (e necessário) reconhecer a existência do racismo enquanto ideologia e atitude que produz e determina processos de desigualdades. Assim, só há sentido em utilizar o termo raça em uma sociedade racializada, ou seja, que define a trajetória social dos indivíduos em razão de seu pertencimento racial/étnico.

Segundo o professor de Antropologia MUNANGA (2006), ao refletir sobre o conceito de raça, destaca que:

> *"[...] raça tal qual empregado hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, como todas as ideologias ele esconde algo não proclamado: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, naturalizada é de fato uma categoria etno-semântica.*

> *De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco, mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isto, o conteúdo dessas palavras é etnossemântico, político-ideológico e não biológico."* (MUNANGA, 2006, p. 27)

Em outras palavras, a "raça" tratada neste estudo, é um conceito que indica apenas uma construção social, que persiste em nossas sociedades, recriando e conservando desigualdades, que podem ser observadas em diversas esferas da vida (no mercado de trabalho, na educação, nos índices de mortalidade, pobreza etc.) com nuances especificas para cada sociedade (HASENBALG, 1992; GUIMARÃES, 2002). Este conceito é fundamental para diferenciar localizar a juventude negra feminina nas reflexões sobre juventude, possibilitando identificar seu lugar social e político na sociedade brasileira.

De acordo com HALL (2009) na obra *Da Diáspora,*

> *"[...] A categoria "raça" não é científica. As diferenças atribuíveis à "raça" numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. "Raça" é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo.*" (HALL, 2009, p. 66)

Importante destacar que os debates e reflexões sobre raça e as relações étnico-raciais no Brasil, não se constituem como uma questão recente, visto que diversas pesquisas já abordavam o assunto, principalmente do campo das ciências sociais e da história.

Outro conceito fundamental nesta discussão sobre a discriminação racial é o racismo institucional[37]. Este não é um fenômeno de fácil identificação, por estar contido em atitudes e ações sutis institucionais, que priva o acesso aos direitos, ou possibilita o acesso de forma diferenciada. As expressões deste conceito associado ao sexismo, e à discriminação por idade, compromete o acesso à juventude negra feminina a direitos sociais, como por exemplo, no atendimento qualificado à saúde.

O racismo institucional se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer situação, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições organizadas (PCRI, 2005). O racismo institucional produz, além da invisibilidade de determinados corpos em lugares públicos, o tratamento diferenciado de uma maneira que dificilmente é percebido na sociedade. Este conceito nos ajuda pensar sobre a presença das

[37] Neste estudo, o racismo institucional é compreendido como o fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes ou comportamentos que denotam discriminação resultante de preconceito inconsciente, ignorância, falta de atenção ou de estereótipos racistas que coloquem minorias étnicas em desvantagem. (LOPES, 2005)

experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina nas políticas públicas que logo serão apresentadas.

A ativista militante e intelectual negra Lúcia Xavier, em depoimento dado a AMILCAR, (2007) relata que o racismo é como se fosse o ferro que sustenta uma pilastra. Lucia Xavier relata que:

> *"[...] Descreve que ao olhar uma pilastra o ferro não é percebido, mas é ele que sustenta a pilastra, e com o concreto ele fica mais forte. Relata que os componentes do concreto são o sexismo, machismo, homofobia e todos os tipos de discriminação que definem pessoas em lugares. Quando se olha de fora você só vê a pilastra, e não ver o racismo. O ferro vive sozinho, mas com o concreto e o cimento por cima ele fica pior. Então racismo com homofobia e sexismo é uma arma poderosíssima."* (XAVIER, 2007, p. 299-302)

Ao transferir esse pensamento e localizá-lo na realidade da juventude negra feminina, as condições de classe, raça, gênero e juventude, que definem esse segmento, se apresentam como correntes que determinam seus corpos e existência, gerando exclusão e esquecimento. Este efeito pode ser percebido na forma como as instituições sociais se relacionam com as mulheres negras jovens e com as políticas públicas.

Finalmente, quando pensamos em políticas destinadas a juventude negra, imaginamos ações que atinjam todas a(s) juventude(s) negra(s) independente do sexo, orientação sexual, dentre outros, mas, como veremos, nas políticas públicas estudadas, o foco de suas ações estratégicas têm beneficiado o sexo masculino.

II.2 Políticas Públicas: *uma representação hegemônica*

> *"parece-me que a visão que considera ser a mulher negra uma questão específica acaba por se constituir num obstáculo para o progresso de organizações das mulheres negras, pois tal visão parte da premissa de que existiria uma questão geral, seja ela nos negros ou as mulheres, da qual as mulheres negras são parte."*
> (ROLAND, 2000)

Ainda é um desafio pensar a Juventude Negra Feminina como grupo político dotado de capacidades e com direitos específicos no Brasil. Os obstáculos para o pleno reconhecimento deste grupo, ainda são muitos, mas reverter este processo de exclusão e invisibilidade, não é um empreendimento impossível.

As políticas públicas são ferramentas importantes para transformar a realidade histórica de exclusão das mulheres negras e jovens. A este segmento, envolvem realidades como desemprego, o analfabetismo, as moradias precárias, a falta de saneamento básico, entre outras, que fazem de suas disputas políticas, a busca por direitos primários como saúde, educação e trabalho, segurança e o direito a vida.

Importa considerar que, ao se tratar de direitos, é preciso desconstruir o universo inscrito a esse segmento, em especial para a Juventude Negra Feminina. Ao fazer esse exercício, problematizamos o lugar de vítima em que muitos pesquisadores(as) e ativistas têm

colocado as mulheres negras, e passamos a compreendê-las como cidadãs, pensá-las como parte do processo de desenvolvimento e construção da democracia, da riqueza do mundo, para assim conseguir alcançar uma sociedade mais justa e equânime. (XAVIER, 2012)

O desafio atual é o de garantir uma compreensão mais elaborada sobre Juventude Negra Feminina e toda complexidade que a envolve. Os estudos e pesquisas que se propõem a analisar a Juventude, atentando para o recorte racial, precisam considerar o protagonismo político da Juventude Negra Feminina, que se revela no processo de constituição da identidade, de seus objetos de lutas, e das plataformas políticas deste movimento.

Assim, é importante que, ao buscar ações que dialoguem com as estratégias e instrumentos que visam à garantia de direitos para a Juventude Negra, se considere sua diversidade social, racial/étnica, de gênero, classe, orientação sexual, dentre outros, na orientação e elaboração de políticas.

O desafio de refletir sobre a Juventude Negra Feminina e de considerar a diversidade que essa categoria representa exige a aplicação de outras abordagens capazes de identificar o lugar social destinado a este grupo na sociedade brasileira. A falta de uma abordagem que se aproxime da realidade de determinados grupos, a exemplo dos grupos de jovens negras, revelam os desafios com os quais devemos nos debruçar no campo da sociologia e da antropologia da juventude. Em especial, precisamos de abordagens que permitam identificar e compreender as contradições existentes nas relações internas do movimento de Juventude Negra que centram suas prioridades em ações que não reconhecem a condição peculiar das jovens negras marcada por múltiplas formas de opressão, já apontadas por este estudo.

A convergência dos esforços e os estudos sobre a temática Juventude Negra Feminina, apesar de serem ainda poucos, têm possibilitado o desenvolvimento de pensamentos que alcancem uma percepção plural sobre a categoria juventude, e esta pesquisa soma-se os estudos que buscam uma compreensão mais detalhada deste conceito no Brasil.

Quando tentamos definir o conceito de juventude negra feminina para fins de políticas públicas, podemos utilizar como referencial o Estatuto de Promoção da Igualdade Racial (2010), que para identificação de negro/a no Brasil, considera-se o somatório dos/as autodeclarados pretos e pardos nos recenseamentos demográficos, e de juventude, o que considera o CONJUVE (2010) que entende como a classificação etária de 15 até 29 anos. Dessa forma, considerando a fusão destes dois conceitos, a categoria Juventude(s) Negra(s)[38], é compreendida como os/as que se autodeclaram negros, com idade entre 15 e 29 anos.

Ao pensar na autodeclaração, requisito primordial para seleção do grupo de jovens negras voluntárias que foram ouvidas neste estudo, como veremos no capítulo III, importa levar em consideração os estudos de SOARES (2008) que diz:

[38] Apresentamos este conceito no plural, a fim de, demonstrar que dentro do movimento de juventude negra há diversos grupos, com distintos interesses e projetos políticos, e que compõe esta categoria analítica.

> *"[...] a identificação racial, a mesma não a define como mera consequência da cor herdada das características genéticas dos pais, esta é também uma construção social para a qual contribui o lugar que as pessoas ocupam na sociedade, sua condição socioeconômica e como as próprias pessoas se veem."* (SOARES, 2008, p. 108 -111)

Neste sentido, ao considerar as relações vigentes estabelecidas na compreensão da Juventude Negra Feminina como categoria sociológica, incorre-se no risco de aprisionar esse conceito em dimensões universais e desconsiderar suas diversidades, acirrando ainda mais o processo de exclusão das jovens negras na agenda das políticas públicas destinadas à juventude no país.

O desafio, por hora, é compreender onde as demandas, experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina têm sido incorporados e contemplados nas políticas públicas destinadas à juventude negra. Em face ao exposto, importa que a temática de gênero seja de modo justo contemplada na agenda do movimento de Juventude Negra, e que receba a atenção das políticas públicas de modo adequado. Desse modo, as mulheres negras jovens, atentas às diversas formas de discriminação e inseridas no seu ativismo político, denunciam o racismo e o sexismo como afirma WERNECK (2003) "*O principal é dizer que o tempo da inocência já passou*. Aquilo *que não se via ou se fingia não ver/dizer está dito: racismo*". (p. 40)

Outro aspecto importante a ser considerado e compreendido, diz respeito às influências do patriarcalismo[39] nas relações do movimento de Juventude Negra, no geral, com sua vertente feminina negra. Temos observado a forte presença de práticas e discursos patriarcais mediando e orientando a relação negros e negras jovens dentro do movimento, o que favorece o isolamento e a invisibilidade das demandas das jovens ativistas, de seus projetos políticos; e de forma contundente dificulta o reconhecimento da cidadania deste grupo.

Portanto, é importante compreender a Juventude Negra Feminina e suas demandas, como um segmento integrante estratégico e fundamental do movimento de Juventude Negra e reconhecer suas prioridades no desenvolvimento das políticas públicas que visam à garantia de direitos para a Juventude Negra.

No texto que se segue, buscaremos aprofundar as duas políticas públicas escolhidas para serem analisadas nesse estudo e sua interface com as demandas da Juventude Negra Feminina.

II.3 Projeto Farol – Oportunidade em Ação

[39] Neste texto entendemos patriarcalismo como regime que ancora-se em uma maneira dos homens assegurarem para sim mesmos e para os seus dependentes, os meios necessários à produção diária da vida e sua reprodução. O patriarcado é um caso específico de relações de gênero. (SAFFIOTI. 2009. p. 10)

O Projeto Farol – *Oportunidade em Ação* foi uma política pública desenvolvida no Governo do Presidente Lula entre 2009 e 2010, em resposta à reivindicação da juventude brasileira, em especial da prioridade 01 da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. Esta política se estrutura a partir da temática Jovens Negros e Negras, eleita como prioridade 01 da I Conferencia Nacional de Políticas Públicas de Juventude – mais votada na conferência, recebendo 634 votos. Ela apontava, para o poder público, a necessidade do reconhecimento e aplicação das resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), transformando em políticas públicas de juventude as prioridades deste segmento, priorizando como diretrizes étnico/raciais de/para/com as juventudes.

As Resoluções do ENJUNE são resultados da articulação do movimento de juventude(s) negras(s) entre 2006 e 2007 em âmbito municipal, estadual, com culminância no encontro nacional em 2007, em Lauro de Freitas - BA onde reuniu mais de 700 pessoas entre delegados, observadores e palestrantes. (ZIMBWE & THOMAS, 2007)

Este espaço reconhece a importância das lutas e ações anteriores, que são vistas como fundamentais e importantes para as lutas contemporâneas protagonizadas pela Juventude Negra. O I ENJUNE, conforme informações recolhidas de sua plataforma virtual[40], e em especial presente no documento *Relatório Final do ENJUNE: Novas perspectivas na Militância Étnico-racial,* foi um espaço onde a juventude negra representada por diversos grupos de brasileiros construiu sua plataforma política e organizou sua agenda política. Neste espaço, estava presente a juventude negra feminina com suas experiências, práticas e discursos políticos.

O ENJUNE, como descrito ainda no documento citado, possibilitou o "mapeamento nacional expressivo das demandas, questões e perspectivas da juventude negra", sendo um instrumento importante para potencializar o debate nacional e as intervenções dos/as novos/as ativistas nos espaços de poder. Insiste o documento que as demandas da

> *"[...] juventude negra desse país é inúmeras, só conseguiremos saná-las através da pressão exercida contra o Estado e a sociedade. O ENJUNE se consolidou como um espaço nacional que se mostra como ferramenta reivindicatória e de intervenção efetiva rumo à construção de novas perspectivas de atuação social."* (ZIMBWE, THOMAS,p. 9)

O ENJUNE foi a maior reunião de Juventude Negra na história do Brasil. Juliano Pereira (2011) enfatiza que, através deste documento, se evidencia o problema do preconceito como se constituindo no principal elemento de produção de vulnerabilidades. A conjugação perversa de diversos fatores, tais como racismo, pobreza, discriminação institucional e impunidade, contribuem para dificuldades na implementação de políticas públicas capazes de assegurar os direitos constitucionais, em especial para a Juventude Negra. O autor atribui essa relação às distorções do imaginário popular que estruturam a existência de um "perfil suspeito", que

[40] Disponível em: http://br.groups.yahoo.com/group/ENJUNE

“naturalmente” recai sobre os negros/as, resultando em ações que promovem a eliminação/execução sumária dos autos de resistência suspeitos, violando os direitos humanos e constitucionais desses jovens.

Ainda segundo PEREIRA (2011), o ENJUNE é o marco central, onde o sujeito político Juventude Negra aparece em cena na sociedade brasileira e apresenta suas demandas e contribuições específicas para o direcionamento das políticas públicas neste setor no país. O ENJUNE foi o espaço que possibilitou a formatação da plataforma política deste grupo que em 2008 veio a se tornar a prioridade 01 da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude.

O Projeto *Farol – Oportunidade em Ação*, se apresenta como a primeira resposta para a prioridade 01 da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude, e teve como finalidade de suas ações ressocializar jovens entre 15 e 24 anos, em cumprimento de medidas sócio-educativas por meio da implementação de projetos educativos e profissionalizantes; permitir o acesso dos jovens e das famílias às políticas sociais governamentais; promover os direitos humanos, considerando as dimensões de gênero, etnia, raça, classe, orientação sexual e diversidade cultural.

As ações abarcam questões complexas a serem tratadas e o envolvimento de um conjunto de atores nem sempre habituados a refletir, conjuntamente, sobre suas ações. Mobilizam paixões, sentimentos de revolta, constrangimento, entre outros aspectos. Lidar com essa situação demanda o desenvolvimento de metodologias específicas que facilitem o diálogo, a participação, estimulem a colaboração e a troca de experiências entre os diversos profissionais das diferentes esferas da administração pública, usuários dos serviços, da sociedade civil organizada envolvida com as questões.

O Projeto Farol ainda pretendia reverter situações de racismo institucional que implica em imprimir mudança de mentalidade e de comportamento o que se torna mais difícil quando o público envolvido é na sua maioria de adultos(as). Segundo o documento Termo de Referência do Projeto Farol, estes indivíduos já têm respostas prontas para justificar os comportamentos e crenças acerca da sua atuação e dos demais. A disposição em rever comportamentos, procedimentos, rotinas, normas racistas e discriminatórias virá a partir de atividades de sensibilização que considere que as instituições são feitas de/e por pessoas com experiências diferentes, que propicie a escuta dos diferentes pontos de vista, a busca de soluções dialogadas, possibilitem que os atores se coloquem no lugar um do outro(a) em um ambiente seguro, com objetivos e regras bem definidas, e principalmente comprometa cada um dos envolvidos(as) com as mudanças necessárias.

O Termo de Cooperação Técnica entre a SEPPIR e o Ministério da Justiça – MJ 01/2008, assinado em 2008, possibilitou, no ano seguinte, a estruturação do *Projeto Farol – oportunidade em ação*, que é uma política de ação afirmativa para inclusão de jovens negros

em situação de vulnerabilidade social e desestrutura familiar, em parceria com alguns municípios do país. Esta iniciativa buscou o desenvolvimento das ações conjuntas que contribuiriam para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania – PRONASCI, garantindo a promoção da igualdade racial através da ampliação e apoio às políticas públicas de segurança que desenvolvem atividades voltadas para jovens negros em situação de vulnerabilidade social e exclusão familiar. As ações que foram pactuadas neste documento orientam as intervenções estratégicas desta política de forma que ela ocorresse sem grandes transtornos e sua execução junto à juventude negra conseguisse alcançar os objetivos desejados.

Analisando as ações ocorridas posteriormente à assinatura do acordo interministerial, PEREIRA (2011), ao relatar sobre a avaliação desta política, percebeu que apesar do repasse do Ministério da Justiça a SEPPIR, este não se responsabilizou em conjunto com a elaboração e qualificação dos municípios para desenvolver intervenções junto à juventude negra. O processo se fez por meio de financiamentos de iniciativas em âmbito municipal, por meio de um edital lançado pela SEPPIR, onde as prefeituras concorreram e as selecionadas receberam o recurso diretamente do Governo Federal.

Tem sido um desafio refletir sobre como essa política incorporou as experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina. Antecipando as discussões dos relatos das mulheres negras jovens entrevistadas, presentes no capítulo III, poucas conheciam sobre esta política e, quando apresentavam alguma informação sobre ela, era de modo superficial, o que nos leva a pensar na dificuldade desta política em chegar até a juventude negra feminina.

A falta desta política nos depoimentos recolhidos durante as entrevistadas revela que, embora estas mulheres negras tenham atuado na construção conjunta das plataformas políticas específicas da juventude negra, o que justificou o desenvolvimento desta ação política, a mesma não considerou as especificidades das mulheres negras jovens.

A apropriação governamental do Relatório Final do ENJUNE para transformação deste em políticas públicas, conforme orienta a demanda 01 da I Conferencia Nacional de Políticas Públicas de Juventude, não seguiu um caminho que possibilitasse as mulheres negras jovens entrevistadas nesta pesquisa perceberem, nesta política, suas demandas específicas.

O monitoramento e análise dos impactos das políticas públicas hoje no Brasil é um desafio para o controle social. A falta de prática em acompanhar e monitorar os impactos das intervenções desenvolvidas através das políticas públicas dificulta incorporar as demandas da juventude negra feminina nesta política. Nesse sentido, faz-se importante a prática do

accountability[41] no movimento de juventude deste país, a fim de, problematizar a ausência das especificidades das mulheres negras em políticas como esta.

PEREIRA (2011) descreve que a falta de informações precisas, organizadas pelos órgãos executores das políticas junto ao público alvo, somadas à falta de recorte de mensuração de impactos, se agravam quando as políticas públicas analisadas estão na área de segurança pública que possui uma mentalidade ainda tradicionalista e autoritária.

Ainda segundo o autor, análises e estudos como este tendem a ficar comprometidos pela dificuldade de acompanhamento, sistematização e agrupamento de informações que deveriam ser levantadas no desenvolvimento das políticas públicas, e quando conseguem, acabam sendo perdidas em meio à burocracia brasileira.

A análise da assimilação e tradução do Projeto Farol, em cada região onde houve repasse de recursos, se constitui num empreendimento desafiador devido ao modo pelo qual esta política foi pensada e articulada e pelo fato de ser uma iniciativa do Governo Federal realizada em parceria com os Governos Municipais.

Analisando o Documento Técnico produzido pela consultoria em racismo institucional, segurança pública e acesso à justiça, percebemos que esta política enfrentou sérios problemas em seu desenvolvimento, como dificuldade de comunicação entre as prefeituras e o Governo Federal; situação que postergou o início das ações e o alcance dos objetivos junto à juventude negra.

PEREIRA (2011) ressalta que as falhas que dificultaram a execução e implantação das ações dos projetos Farol segundo seus prazos, podem ser associadas a diversos fatores, que se estruturam desde a falta de comunicação e articulação dos técnicos/as responsáveis pela realização das atividades nos municípios, a sobrecarga de trabalho dos técnicos que discutem a Política de Promoção da Igualdade Racial na SEPPIR, que tiveram dificuldade de acompanhar o desenvolvimento de todas as ações do Farol.

Isso revela a necessidade de outros estudos, com demandas específicas de análises e trabalho de campo mais precisos, para percepção mais profunda sobre os impactos das ações do Projeto Farol. Importante observar e acompanhar de forma mais incisiva o desenvolvimento e término dos projetos em vigor, para que seja possível mensurar e diagnosticar os verdadeiros impactos desta política junto ao público alvo juvenil e negro. As ações se resumiram em oficinas desenvolvidas pela assistência social e, em nenhum caso descrito no relatório, se pode perceber a presença de intervenções junto à juventude negra feminina.

[41] Accountability – Este termo expressa o controle do poder político. Para Guilhermo O'Donnell, politólogo argentino, há o controle ou accountabitily vertical, que se concretiza por meio do voto e da burocracia, e o controle ou accountabitily horizontal, exercido por meio da mútua vigilância entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em que um controla o outro. Há ainda o controle ou accountability societal, que acontece por meio de plebiscitos, referendos, participação em conselhos, audiências públicas e que requer uma sociedade civil bem organizada e a existência de espaços de democracia participativa. (MIGUEL, 2005)

PEREIRA (2011) descreve que os depoimentos dos gestores/as nos municípios onde a política foi desenvolvida, revelam que a existência de uma política específica a ser executada com/para jovens negros é de fundamental importância para a ampliação das oportunidades entre a população jovem negra e não negra, porém reconhece a falta de habilidade técnica para implementar as ações com este grau de especificidade, em particular para dialogar com as demandas da juventude negra feminina.

Essa realidade nos leva a refletir sobre a dificuldade de inclusão da temática juvenil negra na política pública, e de maneira mais peculiar, a inclusão das demandas, projetos e experiências da juventude negra feminina. As dificuldades encontradas no desenvolvimento desta política, que se ateve a um olhar universal no que tange a compreensão da juventude negra revela que a política de inclusão possui falhas graves, que necessitam ser revistas e aprimoradas para que a realidade de vulnerabilidade da juventude negra brasileira seja transformada, em especial, das jovens negras. (PEREIRA, 2011)

A juventude negra e notadamente a juventude negra feminina, portanto, se encontram em estado de grande vulnerabilidade, que as iniciativas desenvolvidas por políticas públicas como o *Projeto Farol em Ação* não têm sido suficientes no sentido de promover mudanças significativas que beneficiem estes segmentos de jovens. Apesar destas dificuldades, consideramos que tal política produziu resultados significativos e de relevante aspecto, que justificava sua continuidade mesmo sem apresentar, muitas vezes, instrumentos técnicos consistentes para o desenvolvimento das ações propostas.

Por fim, os jovens beneficiados pelas ações do Projeto Farol em Ação estão tão à margem de todas as políticas públicas brasileiras, e vivenciam deficiências tamanhas que qualquer assistência acaba por fazer alguma diferença em suas condições de vida. Apesar de todas as justificativas, a política encerrou em 2011, com a entrada da gestão do governo da Presidenta Dilma. Neste governo, o Plano Juventude Viva foi desenhado juntamente com a sociedade civil e está em fase de implementação, como veremos abaixo.

II.4. Juventude Viva: Plano de Enfrentamento à Violência contra a Juventude Negra

A estratégia *Juventude Viva: Plano de Enfrentamento a Violência contra a Juventude Negra* é uma política que se soma aos esforços governamentais para dar respostas à prioridade 01 da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude como já descrito anteriormente. Esta política nasce de iniciativas desenvolvidas pela Juventude Negra com o intuito de cobrar do Estado brasileiro ações que busquem garantir o acesso aos direitos deste segmento, como o ENJUNE, o Fórum Nacional da Juventude Negra e campanhas contra o Extermínio da Juventude Negra. É uma política pública desenvolvida pelo governo federal em parceria com os estados e os municípios.

Esta estratégia parte do reconhecimento da mortalidade entre jovens negros como um problema e fator a ser priorizado na agenda do governo federal que deve buscar desenvolver ações de prevenção para contenção das mortes por homicídios que afetam diretamente este segmento. Parte dos dados produzidos pelo Sistema de Vigilância Sanitária (Ministério da Saúde) acerca da ocorrência de mortes no país, revela que os homicídios se concentram sobre a população jovem, negra, com baixa escolaridade, residentes em bairros pobres. Tais mortes por agressão são a expressão extrema de um problema mais amplo de manifestações de violência física e simbólica que crescentemente afligem a sociedade brasileira. Neste contexto cor/raça, idade e território são aspectos determinantes. (JUVENTUDE VIVA, 2013)

O Plano Juventude Viva tem como principal objetivo reduzir a vulnerabilidade da juventude negra à violência e prevenir a ocorrência de homicídios. Para tal, este busca promover e integrar ações do Governo Federal com foco na transformação de territórios vulneráveis, na criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens nas regiões selecionadas e no enfrentamento ao racismo nas instituições, articulando as ações com estados, municípios e sociedade civil e firmando parcerias com Judiciário, Ministério Público e Defensorias.

A estratégia governamental de concentração de ações em territórios de maior vulnerabilidade social levou a identificação dos 132 municípios que concentraram 70% dos homicídios de jovens negros com idade de 15 a 29 anos até 2010. Nestes, os números de violência, e homicídios entre as mulheres jovens são elevados, e apesar de haver reivindicação por parte do movimento de mulheres frente a esta problemática, suas prioridades não fizeram presentes nas estratégias de ação desta política pública.

Todas as capitais foram incluídas no plano. A partir deste mapa, são empreendidas ações caracterizadas como políticas universais, para incidir em problemas relativos à população em situação de vulnerabilidade social de maneira geral, e ações afirmativas, para incidir em problemas relativos exclusiva ou preponderantemente à população jovem negra (JUVENTUDE VIVA, 2013). Entretanto, como veremos, a juventude negra feminina não faz parte da centralidade das ações.

Para esta estratégia, os jovens vulneráveis e expostos à violência são também jovens em situação de vulnerabilidade social. A estratégia de ação e identificação da juventude foco desta política não desagrega os dados por sexo. Estes possuem características peculiares, identificadas como pessoas com idade entre 15 a 29 anos, negros, moradores dos bairros com alto índice de violência, cuja renda per capita familiar é de até R$140,00. A política percebe adolescentes masculinos que estão fora da escola ou com defasagem escolar e jovens homens com baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto, desempregados e/ou trabalho precário, como se as mulheres negras jovens não fizessem parte deste contexto.

A iniciativa do Plano Juventude Viva ainda percebe estes adolescentes e jovens do sexo masculino como pessoas que estão ameaçados de morte, em situação de violência doméstica ou urbana, em situação de rua, cumprindo medidas sócio-educativa ou egressos de internação e/ou do sistema penitenciário, usuários de crack, em tratamento e em situação de prostituição. Embora mencione a violência doméstica e a prostituição que remete de forma mais preponderante às jovens negras, as ações priorizam o combate da mortalidade de homens negros jovens.

Esta política foi estruturada considerando quatro eixos estratégicos: Desconstrução da Cultura de Violência; Inclusão, Emancipação e Garantia de direitos; Transformação de territórios e Aperfeiçoamento institucional.

No eixo *Desconstrução da Cultura de Violência*, o plano entende a importância de sensibilizar a opinião pública sobre a banalização da violência e valorização da vida de jovens negros, por meio da promoção de direitos e mobilizar atores sociais para apresentar os direitos das juventudes negras a partir das ações previstas no Plano.

No eixo *Inclusão, Emancipação e Garantia de direitos* busca a destinação de programas e ações específicas para os jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade para fomentar trajetórias de inclusão e autonomia e criação de oportunidades de atuação dos jovens em ações de transformação da cultura de violência e reconhecimento da importância social da juventude.

No eixo *Transformação de territórios* o plano busca atuar sobre os territórios mais violentos dos municípios, por meio da ampliação dos espaços de convivência, da oferta de equipamentos, serviços públicos e atividades de cultura, esporte e lazer.

E por fim, no eixo *Aperfeiçoamento institucional* a estratégia é o enfrentamento ao racismo nas instituições que se relacionam com os jovens, como a escola, o sistema de saúde, a polícia, o sistema penitenciário e o sistema de justiça, bem como, a busca por reversão do alto grau de letalidade policial por meio de formação, fortalecimento do controle externo e redução da impunidade. (JUVENTUDE VIVA, 2013)

A forma encontrada pelo governo para alcançar os objetivos de cada eixo estratégico são diversas. Para o eixo *Desconstrução da Cultura de Violência*, a estruturação da “Rede Juventude Viva” é um exemplo. Esta reúne rede de entidades, grupos sociais e universidades, engajados na prevenção da violência contra a juventude negra e que apoiará a disseminação de informação, de atividades de sensibilização comunitária e de diálogo com os poderes públicos locais para implementação do Plano. Sua mobilização virtual se dará por meio do Participatório. A ação desta rede busca a criação/consolidação de redes de jovens e de outros segmentos engajados no tema para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência, nos territórios vulneráveis e no diálogo com poder público e grupos

diversos e sua meta é mobilizar instituições sociais e promover projetos nos 132 municípios do Plano até 2014. (JUVENTUDE VIVA, 2013)

Outra ação neste eixo é a “Campanha de Combate à Banalização da Violência contra Jovens negros” que busca discutir valores para sensibilizar a opinião pública sobre banalização da violência e promover a valorização da vida de jovens negros. Sua ação visa promover uma campanha nacional em parceria com a sociedade a ser veiculada nos meios de comunicação de massa, alternativos e comunitários e potencializada com atividades e projetos da Rede Juventude Viva e Participatório. Sua meta é lançar a campanha em 2012 e levá-la a todos os municípios do Plano até 2014.

O “Participatório” é outra ação estratégica que se fundamenta no Observatório Participativo de Políticas Públicas de Juventude e associa produção de conhecimento colaborativa sobre a juventude brasileira, com participação, mobilização e disputa de valores, por meio de uma plataforma web 2.0. Sua ação busca divulgar ações e mobilizar grupos juvenis, pesquisadores e gestores de Políticas Públicas de Juventude - PPJ para intervenção social relacionada ao plano. A meta desta ação é articular, via plataforma virtual, grupos juvenis nos 132 municípios da agenda

As ações do eixo *Inclusão, Emancipação e Garantia de direitos* trabalham com a ideia da apresentação de novas perspectivas de vida por meio de formação educacional, profissional e para a cidadania. Neste eixo, além de buscar a ampliação da oferta de programas e ações específicas para jovens de 15 a 29 anos, em situação de vulnerabilidade, busca fomentar trajetórias de inclusão e autonomia juvenil, bem como, a criação de oportunidades de atuação dos jovens em ação de transformação da cultura de violência. Busca-se com estas ações a valorização e o reconhecimento da importância social juvenil. Esta iniciativa busca envolver ações de projetos com foco na juventude já existentes como: PROTEJO, Projovem Urbano, Vivajovem.com, PRONATEC, Edital Juventudes, Prêmio Hip Hop, Prouni, Agentes Culturais Jovens Negros. (JUVENTUDE VIVA, 2013)

As ações do eixo *Transformação de territórios* atuam com a questão da ampliação da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência nos territórios mais violentos dos municípios do Plano e o fortalecimento da atuação da escola como espaço implementador de novas práticas, as quais contribuem para a superação da cultura da violência. Espera-se ainda a promoção de atividades de cultura, esporte e lazer nos territórios selecionados. A transformação do território busca articular ações de diversa áreas com ênfase no jovem, tais como Usinas Culturais, Praças do Esporte e Cultura, Estação Juventude, Núcleos ECOSOL para Juventude, Mais Educação, Escola Aberta, Ensino Médio Inovador, Segundo Tempo, PELC, Legados da Copa, Academias de Saúde e Consultórios de Rua.

A iniciativa Estação de Juventude é uma ação que terá destaque por ser um espaço de informação, convivência, construção de redes e formação de jovens nos territórios de maior

vulnerabilidade. Neste espaço, busca oferece informação qualificada sobre os serviços e programas disponíveis para a construção da sua trajetória de inserção e participação social. Localizado em espaços como Usinas Culturais, Praças de Esporte, Lazer e Cultura, Centros de Juventude ou Unidades Móveis da Estação Juventude. Com isso, a ação visa criar unidades da Estação Juventude em territórios violentos dos municípios do Plano. A meta era a de inaugurar 30 estações em 2012 e, até 2014, estima-se a criação de 80 unidades em funcionamento nos municípios da agenda.

Por fim, no eixo *Aperfeiçoamento da atuação institucional*, espera-se promover o aprimoramento do trabalho institucional por meio de ações de sensibilização de agentes para o enfrentamento do racismo e de estigmas contra a juventude, fortalecer os mecanismos de controle externo e interno das polícias; disseminar orientações de referência; e coibir os autos de resistência e garantir a redução da letalidade policial. Esta é uma das ações fortes do Plano, por atuar diretamente com a polícia. Nesse sentido, os investimentos objetivam a formação de agentes de segurança e agentes penitenciários, lançamento de novos Procedimentos Operacionais Padrão, como o POP Abordagem Policial, atuar na Matriz Curricular renovada das Polícias, PL Auto Resistência, Disque Igualdade Racial e garantir o acesso à justiça.

Merece destaque a ação Disque Igualdade Racial que é um serviço de atendimento telefônico gratuito, com previsão inicial de 90.000 atendimentos por mês, destinado a receber denúncias e reclamações na temática racial, garantindo o sigilo da fonte das informações, orientando o cidadão e encaminhando à adoção de providências para o adequado tratamento dos casos. A ação estratégica desta iniciativa busca implementar o Disque Igualdade Racial no âmbito da Ouvidoria Nacional de Promoção da Igualdade Racial e possui meta de implantação até 2015 de quatro módulos, sendo um módulo destinado especificamente a questão da violência contra jovens negros. (JUVENTUDE VIVA, 2013)

A Produção de informações e indicadores é outra iniciativa que busca o levantamento e estabelecimento do perfil epidemiológico dos homicídios cometidos nos municípios selecionados, com destaque para aqueles cometidos contra jovens negros pelo Ministério da Saúde. Busca ainda diagnosticar o perfil epidemiológico estabelecido nos municípios do Plano e desenvolver processos de monitoramento da evolução da situação, bem como, a atualização constante do Índice de Vulnerabilidade Juvenil - IVJ do Ministério da Justiça. A publicação da versão atualizada do IVJ é importante para diagnóstico da realidade da violência sobre a juventude negra e feminina, incorporando suas variáveis na agenda estratégica do plano.

O Encontro *Juventude Negra, Juventude Viva: Diálogos Governo e Sociedade Civil,* realizado entre os dias 27 e 28 de novembro de 2012, foi um espaço utilizado como campo de investigação para esta pesquisa. O propósito do encontro foi apresentar a devolutiva do Governo Federal ao conjunto dos representantes de entidades da sociedade civil e conselhos de políticas públicas que contribuíram com o processo de formulação do Plano Juventude Viva.

Considerando os propósitos de nosso estudo, buscamos observar como esta política pública concebia a incorporação das experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina. Nesse sentido, percebemos que embora nesta política haja aberturas interessantes, se comparada ao Projeto Farol, que alcança as demandas específicas das mulheres negras jovens, esta se concentra na contenção da mortalidade juvenil negra masculina.

No encontro, foi debatido o conteúdo atual do Plano, os próximos passos da sua construção e os canais de engajamento da sociedade civil, tais como o Fórum de Monitoramento Participativo Juventude Viva, a Rede Juventude Viva e a Campanha, havendo espaço para problematizações como pensar as demandas da juventude negra feminina no plano, já que a violência neste segmento é crescente como relata o estudo Mapa da Violência 2013. Apesar de todos os esforços no intuito de problematizar a presença das mulheres negras nas ações estratégias desta política, e de apresentar justificativas cabíveis para intervenções específicas junto a este segmento, a mesma tem sido desenvolvida e centrada na contenção da mortalidade dos homens, o que nos remete a pensar no racismo institucional e no patriarcalismo agindo de forma conjunta e articulada com o sexismo, o que dificulta o foco nas demandas específicas das jovens negras nas políticas públicas de juventude.

O processo participativo de discussão e elaboração do Plano Juventude Viva iniciou-se em julho de 2011 no Fórum de Direitos e Cidadania, instância do Governo Federal responsável por promover a articulação política e gerencial das ações voltadas para a garantia e expansão do exercício da cidadania. A Violência Contra Jovens Negros foi eleita, pelo conjunto de Ministros e Ministras que compõem o Fórum, como uma das questões sociais prioritárias a serem enfrentadas. Ao longo de 2011, o Fórum de Direitos e Cidadania debruçou-se sobre o tema. No processo de mobilização e participação social, foram realizadas consultas envolvendo a participação de diversas organizações da sociedade civil e, em todas as consultas, o lugar da mulher jovem negra nesta política foi questionado.

O Plano circulou ainda em espaços como o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE. No dia 25 de novembro de 2011, foi apresentado na agenda do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR. No dia 29 de novembro de 2011, na Reunião Interconselhos e no dia 16 de dezembro de 2011 contou com a participação de representantes da sociedade civil de organizações convidadas e dos seguintes colegiados: CNPIR, CONJUVE, Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP, Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, Conselho Nacional de Saúde – CNS e Comissão Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional.

Ainda esteve no Encontro com os representantes do Movimento Hip Hop, nos dias 15 e 16 de janeiro de 2012, na II Reunião Interconselhos, dia 28 de fevereiro de 2012, que contou com a participação de representantes da sociedade civil de organizações convidadas e dos

seguintes colegiados: CNPIR, CONJUVE, Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP, Conselho Nacional de Saúde – CNS, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e Comissão Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional, na reunião com especialistas em segurança pública e juventude, em 11 abril de 2012 e na oficina Participativa de Construção do Conceito da Campanha Juventude Viva, em 26 e 27 julho de 2012[42].

Além destes espaços estratégicos apresentados pelo governo federal, o campo desta pesquisa buscou identificar outros espaços de reflexão como o encontro *Interseccionalidade de raça, gênero e geração nas Políticas e no Orçamento Público, com foco na saúde das mulheres negras,* promovido pela ONG CRIOLA em parceria com o UNFPA/ONU, ocorrido entre 26 a 31 de março de 2012 em Brasília/DF. Este evento foi fundamental para ajudar a pensar na situação das jovens negras e a forma como suas demandas específicas se apresentam na sociedade brasileira. Foi, ainda, um ambiente importante para perceber como as mulheres negras se articulam para pensar a sociedade, as prioridades coletivas e as formas de incidirem com seus projetos, além disso, ajudou este pesquisador a compreender a amplitude que tem os desafios postos para as jovens negras e pensar em como as políticas são ferramentas que reproduzem/fortalecem os eixos de subordinação que recaem sobre este segmento.

Este espaço no conjunto da experiência de campo foi sem dúvidas o mais importante para esta pesquisa, porque, além de chamar atenção e identificar o interesse para este objeto de estudo, norteou esta investigação, pois, foi onde a juventude negra feminina passou a ser percebida como sujeito político e objeto importante para estudo.

Outro espaço importante usado como campo desta pesquisa foi *II Seminário Saúde da População Negra em Debate*, realizado nos dias 09 e 10 novembro de 2012 na Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FioCruz - Rio de Janeiro/RJ. Neste, novamente foi realizada a apresentação do Plano Juventude Viva, e outra vez foi questionada a presença das demandas específicas das mulheres negras jovens nesta política, com indicações de onde poderiam entrar ações estratégias que contemplavam a juventude negra feminina. Mais uma vez, as recomendações foram recolhidas e enfatizadas pela representante governamental presente, que o governo naquele momento tinha como prioridade e foco das intervenções do plano, a contenção da mortalidade de homens jovens negros.

Por fim, no encontro *Sou Negro, Sou Jovem e Favelado: Quero e tenho o direito de viver* realizado na ENSP/FioCruz, no dia 05 de março de 2013, o Plano foi debatido e novamente surgiu o questionamento sobre a falta de ações nesta política que atentassem à violência contra a juventude negra feminina. O Plano que traz, em seu histórico, a informação de ter sido construído de forma participativa e ampla, esbarra nos detalhes apresentados

[42] Relatoria do Evento Juventude Negra, Juventude Viva: Diálogos Governo E Sociedade Civil, 2013.

nestes espaços estudados como metodologia fechada, que embora apresentados em espaços diversos, não se mostra aberto as diversas recomendações que ajudaria sua ampliação e eficácia social.

Para iniciar a implementação do Plano, foi escolhido o Estado de Alagoas, que apresenta, atualmente, a maior taxa de homicídios contra a população em geral e contra negros no país. A partir de então, a Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial organizaram reuniões com representantes da sociedade civil de Alagoas para dialogar sobre o Plano Juventude Viva[43].

No encontro *Juventude Negra, Juventude Viva: Diálogos Governo e Sociedade Civil*, realizado entre os dias 27 e 28 de novembro de 2012, foi apresentada a devolutiva em relação às demandas discutidas e apresentadas ao longo do período de elaboração do Plano. Do total de 160 propostas registradas, 80% foram incorporadas ao Plano, conforme apresentado pelo Relatório de Devolutiva. Não se percebe a presença de alguma intervenção incorporada que perceba as experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina.

A secretária nacional de juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República Severine de Macedo apontou a crescente importância dada ao tema da defesa dos direitos dos jovens e da população negra nos últimos anos, tanto no âmbito da sociedade civil quanto no governo federal. Ressaltou que o enfrentamento da violência depende de ações concretas de ampliação de oportunidades e direitos para a juventude, da implementação efetiva dessas ações e do comprometimento dos governos federal, estadual e municipal e da sociedade civil.[44]

A Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sra. Luiza Bairros saudou os que, ao longo do processo, se propuseram a discutir e apontar caminhos para o Plano Juventude Viva. Além disso, apontou que a resposta dos esforços coletivos para a formulação do plano é importante para apresentar desenvolvimento da forma com o Plano em Alagoas tem se dado após os poucos meses de sua implementação. "*Este Plano representa um desafio ao governo federal, uma vez que essa temática ainda não havia sido desenvolvida plenamente*", disse a ministra (BAIRROS, 2012). O DataSenado, instituto de pesquisas do Senado Federal, evidencia as ambiguidades das concepções no que se refere à mortalidade de jovens negros. 70% dos entrevistados concordaram que a morte de um negro é menos chocante do que a morte de um branco[45].

Tal constatação torna evidente a dimensão mais profunda do racismo. Para além do papel de atender às demandas que emanam da sociedade, o governo tem a função de modificar a consciência social sobre a temática do racismo. Pensado sobre a ótica da interseccionalidade, o racismo juntamente com o sexismo e machismo, se torna uma arma poderosa de exclusão de direitos como tem acontecido com a juventude negra feminina e a

[43] Idem 8.
[44] Idem 8.
[45] Idem 8.

ausência de sua demanda, experiências, práticas e discursos políticos nas políticas públicas. Estes fenômenos analisados conjuntamente possibilitam perceber que o que retira as demandas das mulheres negras jovens das ações estratégias das políticas públicas são pensamentos e práticas das quais as mulheres negras estão calejadas em denunciar e buscar meios de superação. Cabe a novos autores e novos estudos somarem-se às estratégias políticas destas mulheres, a fim de denunciar e combater este fenômeno que é nocivo a homens e mulheres, dificultando a vida em sociedade.

Tanto o Plano Juventude Viva como o Projeto Farol em Ação, representam um avanço ao direcionar-se a essa questão da especificidade da juventude negra, no entanto, ainda mantém um olhar universal sobre o segmento juventude negra, o que acarreta hierarquias no acesso ao direito. A socióloga BAIRROS (2005) descreve que o maior dos desafios é reconhecer que a dimensão racial é fator determinante nesse quadro e, dessa forma, as ações devem tratar do racismo como eixo estruturante.

Somamos a esta percepção as condições de classe, gênero e geração, exercício que temos feito durante toda esta pesquisa na tentativa de compreender como as especificidades da juventude negra feminina são incorporadas nas políticas públicas, e ao fazer este exercício percebemos as maneiras distintas de discriminação que a acentuam neste segmento de jovens negras, produzindo experiências pessoais distintas das que ocorrem com outros segmentos na sociedade brasileira. Esta especificidade de como o racismo patriarcal age sobre a juventude negra feminina necessita ser mais estudadas, e analisadas a partir de outros contextos, já que ainda pouco se sabe, porque pouco se estuda sobre estas questões.

A Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ângela Nascimento, respondeu a questionamentos no que tange às populações ainda não contempladas pelo Plano, como a juventude negra feminina. Ressaltou que é necessário estabelecer um foco. Disse a secretária que,

> *"[...] O Plano foi pensado tendo em vista que os índices de mortalidade são expressivos no que se refere a jovens, negros, do sexo masculino. O Plano, portanto, está voltado à redução desses índices, que apontam para a urgência de ação focalizada para esse público."* (NASCIMENTO, 2013)

As palavras da Secretária Ângela Nascimento não deixam dúvidas quanto ao foco preferencial do Plano Juventude Viva. Também possibilita-nos identificar como a instituição, que representa, possui dificuldade de reconhecer que incorporando as experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina no Plano, o mesmo cumpre com os objetivos norteadores que fundamenta a iniciativa. O conceito de racismo institucional somado ao sexismo é um elemento importante que ajuda a descortinar a ausência das especificidades das mulheres negras jovens nesta política.

Severine Macedo - SNJ em resposta a estas questões, citou que é necessário consolidar a primeira fase de implementação do Plano. Paulatinamente, as ações podem ser

direcionadas para outras agendas e outros públicos. A fala da secretária nacional de juventude remete à hierarquias no acesso aos direitos e nos remete à determinação universalista de juventude negra. Esta se mostra nociva às demandas e especificidades da juventude negra feminina, o que faz desta política, bem com do Projeto Farol, iniciativas que não alcançam e não incorporam as experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina.

Finalmente, podemos perceber que as duas políticas analisadas, são instrumentos importantes de garantia de acesso aos direitos da juventude negra. Entretanto, as mesmas, têm reproduzido na escolha da centralidade estratégica de suas ações, uma a visão universalizada de juventude negra que não considera a diversidade deste segmento, o que pretere as mulheres negras jovens do acesso aos direitos quando comparada aos homens.

A política Projeto Farol em ação, de maneira geral, revelou-se uma ação tímida frente seus próprios objetivos estratégicos. A gestão desta política pela SEPPIR com grado de funcionários reduzidos e o distanciamento do Ministério da Justiça frente ao que foi pactuado no termo de cooperação técnica interministerial, somado ao tempo político[46] para desenvolvimento desta ação pode ter influenciado na pouca repercussão das intervenções desta política junto à juventude negra, como veremos de forma mais profunda no capítulo III.

Quanto ao Plano Juventude Viva, que ainda está em fase de implementação, são emergentes os ajustes cabíveis para que sejam incorporadas as especificidades, experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina, uma vez que este segmento também tem se apresentado como alvo de violências e homicídios.

No próximo capitulo, veremos como as jovens negras entrevistadas, analisam as políticas públicas aqui apresentadas e identificam suas especificidades no desenvolvimento das ações estratégicas das mesmas.

[46] Chamamos atenção ao tempo político, referindo ao ano final do segundo mandato do governo do Presidente Lula (2009-2010), que acreditamos ter dificultado o desenvolvimento pleno desta política.

Capítulo III – A Juventude Negra Feminina e seus Posicionamentos

> *"Digo isso porque uma coisa que dificilmente entra na cabeça de várias de nossas interlocutoras é a necessidade que nós, mulheres negras, temos de defender a existência dos homens negros. Não falamos apenas do pai opressor. Pela nossa história, convivemos também com os registros do avô escravizado, do pai encarcerado, do irmão desempregado, do filho executado, todos pagando o preço de ser tidos como vadios!"*
>
> (ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO, SELO NEGRO, 2010)

A proposta deste capítulo é apresentar os depoimentos de mulheres negras jovens militantes que foram entrevistadas para esta pesquisa. As entrevistas foram desenvolvidas em torno de questões relacionadas às duas políticas analisadas pelo estudo – o *Projeto Farol em Ação* e o *Plano Nacional Juventude Viva;* foram explorados junto a estas jovens as experiências e influências de seu ativismo político dentro do movimento de juventude negra por igualdade racial e acesso aos direitos no Brasil.

Nosso propósito com as entrevistas foi de identificar elementos que nos ajudassem a compreender como estas duas políticas, se configuram na ótica de jovens negras militantes e, sobretudo, que significados assumem para elas no que diz respeito ao atendimento de suas demandas pelo reconhecimento de sua cidadania. Por esta razão, procuramos problematizar no roteiro de entrevistas a ausência de uma agenda de política pública para a juventude que priorizasse as necessidades e especificidades do segmento feminino negro.

Entendemos que, aliado aos dados da realidade sócio-histórica, cultural, política e econômica acerca das relações raciais no país, o conhecimento originado a partir das experiências de vida das entrevistadas é de grande relevância no que diz respeito a evidenciar as condições de vida e status de jovens negras na sociedade brasileira (MOHANTY, 1997). Adicionalmente, consideramos que as experiências comuns de vivenciar uma realidade marcada por múltiplos sistemas de dominação, tais como raça, gênero, classe, e geração, transformam a situação destas jovens num bom exemplo para se pensar os efeitos das desigualdades, em suas distintas dimensões, sobre homens e mulheres, brancos e não brancos, grupos dominantes e dominados, e população jovem e adulta.

Compreendemos ainda, que a perspectiva das entrevistadas se ancora em um tipo de ativismo político diaspórico comum entre as mulheres negras, definido por SANTOS (2000) como Feminismo Negro, que se constitui em:

> *"[...] Um grupo cujas práticas políticas e intelectuais são produzidas e desenvolvidas por feministas e/ou ativistas afrodescendentes, e ainda, cujas práticas apresentam como característica marcante, a propriedade de serem (ou terem sido) fundadas e forjadas a partir da articulação das categorias políticas de "raça", gênero, classe e sexualidade, em resposta a um sistema de dominação (opressão) que tem impactado as mulheres negras e que majoritariamente se caracteriza pela interseccionalidade do racismo, sexismo, classisismo e heterosixismo."* (SANTOS, 2000; p. 11-12)

Buscamos também, identificar nos depoimentos a experiência coletiva produzida no interior do Movimento de Juventude Negra Feminina e como esta traduz a realidade política das mulheres negras jovens no Brasil. SANTOS (2000) argumenta que a característica singular no que tange a exposição destas mulheres a um conjunto de formas de opressão tem gerado nas intelectuais feministas negras dentro e fora da academia a necessidade de problematizar a ausência histórica de uma abordagem teórica e metodológica, sobretudo dentro dos estudos feministas, que dêem enfoque as múltiplas posições e situações desiguais que atingem este grupo. Assinalando deste modo, para a necessidade de valorização das teorias, metodologias, epistemologias, e análises produzidas por grupos marginalizados, a exemplo do conceito e da teoria da interseccionalidade, nos quais nosso estudo se fundamenta.

Neste momento do estudo, procuramos somar aos esforços de intelectuais e ativistas em produzir reflexões que identifiquem as expressões do feminismo negro jovem na diáspora, cujos pensamentos e práticas entendemos ser de grande relevância para as análises que articulam juventude, raça, classe e gênero na contemporaneidade. As experiências de vida das mulheres negras têm sido cada vez mais utilizadas como fontes de análises na produção de conhecimento nas ciências sociais e humanas. (COLLINS, 2000, p. 275)

WERNECK & DACACH, (2004) argumentam que gênero, raça, orientação sexual, idade, condição e local de moradia (rural, urbana, o estado, a região, o país, o continente), a situação econômica e muitos outros fatores, influenciam, de diferentes formas, as vantagens e desvantagens na maneira como estas mulheres vivem. A existência de níveis de exclusão gera com frequência diferentes formas de subordinação que não são fáceis de serem percebidas e este processo excludente é ancorado em uma estrutura heterossexista nem sempre visível, mesmo para as jovens negras militantes que atuam dentro do movimento de juventude negra.

SANTOS (2000) argumenta que a experiência de opressão das mulheres negras, o legado de lutas contra a opressão, e os intercâmbios geográficos e políticos entre as várias vertentes do feminismo diaspórico nos permitem compreender como este segmento tem se instrumentalizado para a luta contra o racismo, o sexismo e a exploração de classe. Tais estratégias têm possibilitado que as vozes das mulheres negras saiam do silenciamento, auxiliando aos pesquisadores (as) no descortinamento de realidades sobre este grupo, ainda não explorado pelas análises sociológicas e antropológicas. Um aspecto importante desta busca por novos modelos de análise da realidade social das mulheres negras se refere à prática defendida por muitas intelectuais negras feministas em não construir reflexões teóricas distanciadas, e/ou em completo isolamento das práticas sociais negras; muitas destas estudiosas são radicais em sua posição ao advogar pela impossibilidade da separação entre teoria e prática no que se refere à construção de conhecimento acerca da realidade social.

Ao compreendermos melhor os efeitos da discriminação geracional, do racismo e do sexismo sobre as jovens negras, buscamos vislumbrar como estas formas de opressão

pensadas de forma conjunta, se transformam em barreiras sociais que impactam a vida deste segmento, de modo a impossibilitar que suas demandas sejam prioritárias, exigindo a elaboração de estratégias que levem a superação de tais obstáculos. Em virtude do sexo, cor da pele e idade, este grupo tem sido identificado na sociedade como vítimas constantes de processos de marginalização social e tem seu acesso aos direitos relegado a um segundo plano. (CARVALHO & QUINTILIANO, 2009)

Consideramos que a primeira postura a ser adotada pelos operadores da política pública e gestores governamentais voltados para as questões da juventude é tratar com seriedade as questões reivindicadas pelas mulheres negras e jovens, olhando para este segmento como sujeitos políticos portadores de direitos. Entender que este segmento confere críticas consistentes e importantes às políticas públicas neste país, quando problematizam a falta de atenção aos seus projetos políticos específicos é de suma importância.

III.1 Juventude Negra Feminina: *a visão de um ponto*

Neste capítulo, trabalhamos com a análise das informações de 15 mulheres negras jovens. Todas responderam a um questionário enviado por email (Anexo I) e deste total, 05 jovens se disponibilizaram a realizar uma entrevista aprofundada. Pretendemos, com isto, identificar e examinar as experiências, práticas e discursos políticos deste grupo representativo do Movimento de Juventude Negra Feminina e, ainda, compreender qual era a opinião deste segmento sobre as duas políticas públicas que escolhemos para analisar no estudo – Projeto FAROL – Oportunidade em Ação e o Plano Nacional Juventude Viva: Plano de enfrentamento à violência contra a Juventude Negra.

Como já havíamos discutindo no Capítulo II, a juventude negra feminina ainda não é plenamente contemplada pelas políticas públicas no Brasil. Os relatos das entrevistas que serão apresentados a seguir ajudarão a informar como estas mulheres negras e jovens percebem suas demandas e especificidades no que tange as políticas públicas.

Em termos socioeconômicos e sociodemográficos, no momento da pesquisa, as jovens apresentaram alguns aspectos interessantes no que diz respeito aos estudos, trabalho, e afiliação religiosa. O envolvimento destas jovens com o ativismo político ocorreu através de diversificados modos e em localidades brasileiras distintas; os temas mobilizadores para o engajamento ativista sucedeu-se em torno das temáticas de gênero, raça e juventude, seja em associação umas com as outras, ou em separado.

TAB III.1– Perfil socioeconômico e sociodemográfico das entrevistadas

Nome (fictício)	Idade:	Estado Civil	Escolaridade	Ocupação	Orientação sexual:	Religião	Cidades/Estado	Com quem moram
C.A	20	Solteira	Segundo grau completo	Assistente administrativo	Heterossexual	Católica	Governador Valadares/MG	Pais
E.M	27	Solteira	Especialização	Estudante	Heterossexual	Católica	Montes Claros/MG	Pais
P.E	24	Solteira	Superior Incompleto	Assistente em Comunicação	Heterossexual	Candomblé	João Pessoa/PB	Pais
J.G	25	Solteira	Especialização	Servidora Pública Federal	Heterossexual	Evangélica	Uberlândia/MG	Pais
ML	25	Solteira	Superior Incompleto	Professora de Sociologia	Heterossexual	Católica	Uberlândia/MG	Pais
M.H	26	Solteira	Mestranda	Estudante	Heterossexual	Cristã	São Luiz/MA	Pais
M.N	32	Solteira	Superior Incompleto	Trançadeira	Heterossexual	Candomblé	Belém/PA	Pais
J.C	26	Relação Estável	Mestra	Professora Universitária	Bissexual	Candomblé	Mariana/MG	Companheiro
G.A	21	Solteira	Superior Incompleto	Estudante	Heterossexual	Sem religião	Montes Claros/MG	Pais
R.L	24	Solteira	Superior Completo	Professora	Heterossexual	Católica	Juramento/MG	Pais
M.R	26	Solteira	Superior Completo	Gestora Pública	Heterossexual	Católica	Belo Horizonte/MG	Pais
L.R	29	Solteira	Especialização	Estudante	Heterossexual	Umbanda	Salvador/BA	Pais
P.T	25	Solteira	Superior Completo	Consultora	Bissexual	Sem Religião	Porto Alegre/RS	Pais
L.B	31	Relação estável	Mestre	Gestora de políticas públicas	Heterossexual	Umbanda	Brasília/DF	Companheiro
A.C	31	Solteira	Mestranda	Estudante	Heterossexual	Sem religião	São Luiz/MA	Pais

No questionário indagamos sobre três questões: 1) o vínculo com algum grupo político e os motivos que levaram ao engajamento político 2) os eventos sobre Juventude, Juventude Negra que participaram nos últimos 06 anos, e 3) a identificação das experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina no âmbito das políticas públicas direcionadas para a Juventude Negra do século XXI, buscando especificamente o relato das voluntárias sobre o Projeto Farol e o Plano Juventude Viva. De modo que a reflexão que se segue será desenvolvida a partir da análise dos dados coletados nos 15 questionários, e em entrevistas realizada com 05 das 15 voluntárias.

É um desafio superar o problema da compreensão universal do sujeito juventude negra presente nas políticas públicas estudadas. O conceito de equidade adaptado às políticas públicas de juventude tem se mostrado como providencial para a garantia e o acesso aos direitos específicos das mulheres negras jovens e a inclusão de suas experiências, práticas e discursos políticos nas políticas públicas. Este nos permite compreender que a garantia dos direitos universais necessariamente perpassa os direitos específicos de grupos e pessoas que se apresentam em situações desfavoráveis na sociedade.

Este conceito, muito utilizado por mulheres negras na área da saúde, significa agir de modo específico para a necessidade de cada indivíduo ou grupo. Ou seja, recorrer a ações que permitam compreender as diferentes necessidades e que disponibilizem soluções específicas ou dirigidas. Para agir com equidade é preciso conhecer as diferenças e as desigualdades existentes, e corrigir injustiças. (CRIOLA, 2010, p. 10)

As autoras CARVALHO & QUINTILIANO (2009) descrevem que são:

> *"[...] Fundamentais para todo este processo de mobilização e articulação política, as jovens negras também trazem como bandeira de luta, desde o ENJUNE, a defesa da descriminalização e da legalização do aborto, que tanto penaliza jovens mulheres negras e empobrecidas em todo país. Além disso, reivindicam: políticas públicas com recorte geracional; melhoria no atendimento a saúde das mulheres negras; ampliação de organismos governamentais voltados à promoção da equidade de gênero e raça; acesso às mulheres jovens negras a espaços institucionais de poder; e ações que visem fortalecer as denúncias de violência contra as mulheres."* (CARVALHO & QUINTILIANO, 2009, p. 97)

Uma das jovens entrevistadas para nossa pesquisa, a C.A, ao se referir às políticas públicas, Projeto Farol em Ação e Plano Juventude Viva, apresenta uma interessante noção sobre a forma como as políticas públicas agem diretamente na garantia do acesso aos diretos parda a juventude negra. Consegue distinguir o eixo de subordinação de classe, e percebe que tais iniciativas somam a combate ao racismo. A condição de geração, entretanto, analisada em conjunto com a raça naturaliza a percepção universal que dentre as prioridades deste segmento, elege a que centraliza o foco das ações políticas na juventude negra masculina. Pontua C.A que:

> *"[...] As duas políticas ajudam a população jovem e de baixa renda e vítimas da desigualdade social a combater o preconceito e o racismo, além de fomentar os valores da igualdade e da não discriminação, o combate ao racismo e ao preconceito que coopera com os elevado índices de mortalidade da juventude negra, sendo a maioria do sexo masculino de 15 a 29 anos."* (ENTREVISTA DE C.S, JULHO, 2013)

C.A apresenta uma apropriação interessante e domínio do significado das políticas e apresenta uma análise importante, reconhecendo a ausência da discussão sobre as relações de gênero nas políticas públicas. A graduação em Serviço Social, na qual a entrevistada está associada, parece ser um elemento importante que amplia sua percepção sobre as políticas.

A escolaridade é um fator importante nesta pesquisa, o que torna particular o olhar que foi escolhido para fazer estas análises. Conforme apresenta a Tabela III. 1, todas as entrevistadas tiveram ou estão ainda em contato direto com a universidade, o que faz deste segmento representativa de uma parcela peculiar do que chamamos se Juventude Negra Feminina.

Ainda explorando o depoimento da entrevistada C.A, ela aponta para o favorecimento das demandas da juventude negra masculina nas políticas e critica este olhar. C.A ainda descreve que, embora compreenda as justificativas dos operadores destas políticas, no que

tange as escolhas pelas ações estratégicas do público masculino, ela também advoga pelo reconhecimento das especificidades de gênero no acesso aos direitos. Ela afirma que:

> *"[...] Um desafio a ser encarado no desenvolvimento das políticas públicas e na organização geral do Estado, é intervir na suposta "neutralidade" deste como propositor e articulador de uma ação política. Uma neutralidade sob uma perspectiva de gênero. Ou seja, se cabe ao poder público modificar as desigualdades sociais, é preciso afirmar como certo, que esta alteração também seja fitada de um ponto de vista de gênero, alterando relações de poder e o acesso aos direitos e sua dimensão social e política."* (ENTREVISTA DE C.A, JULHO, 2013)

MAGALHÃES (2010) relata que as mulheres negras têm em suas estratégias de ação a solidariedade que não desconsidera as demandas coletivas que envolvem os homens negros. Tal circunstância não as impedem de ter suas pautas prioritárias e suas demandas específicas, que também precisam ser incorporadas nas estratégias de ação das políticas públicas.

A entrevistada L.B, que possui um vasto currículo na experiência de organização de ações junto à temática juventude negra, sendo também uma militante que apresenta um dos currículos acadêmicos mais vastos, transitando o ativismo junto a temática hip-hop, às pesquisas acadêmicas, e que no momento da entrevista ocupava o cargo de gestora do Plano Juventude Viva, apresentou um cenário histórico interessante para se pensar as políticas como resultados de reivindicações anteriores do movimento social negro. Segundo ela:

> *"[...] É complexo pensar sobre isso. Atualmente estou na equipe de coordenação do Plano Juventude Viva. Esta construção ainda é muito recente. Estamos constantemente refletindo sobre nossa prática, a reflexão é uma marca cotidiana desta política, mas precisamos de mais tempo para uma analise mais ampla tanto do processo que estamos desenvolvendo, quanto dos resultados que estamos buscando. Esta política é resultado das demandas históricas do movimento negro que, já com a Frente Negra Brasileira, reivindicava o fim da violência e práticas de extermínio contra a juventude negra. As denuncias desta violência sistemática foram intensificadas pelo MNU, ganharam nova visibilidade com o Fórum Nacional de Juventude Negra e materialidade com as pesquisas sobre a temática, entre elas o mapa da desigualdade racial e os mapas da violência. A participação da Juventude Negra nas conferências de Juventude aliada ao amadurecimento da construção teórica do conceito de Juventude e as conquistas no campo das políticas de promoção da Igualdade Racial e Combate ao Racismo criaram a oportunidade política necessária para impulsionar esta Estratégia. Sim, o Plano Juventude Viva é uma estratégia política de articulação de ações para a prevenção a violência, busca criar condições de vida mais favoráveis para a juventude negra nos territórios em situação de maior vulnerabilidade."* (ENTREVISTA DE L.B, JULHO, 2013)

Atenta ao foco da política que possui centralidade na contenção da mortalidade por homicídio no Brasil o que acaba privilegiando nas ações estratégicas os homens negros[47], L.B apresenta um argumento interessante sobre a presença e percepção das mulheres negras junto a esta estratégia. Ressalta a presença das mulheres negras na construção da agenda

[47] A média é de 137 mortes por dia no país. Em algumas cidades Brasileiras este número é bem maior. Vide 132 cidades mais violentas contra a juventude negra:http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano/publico/Os132municipios.pdf.

que prioriza a juventude negra feminina, entretanto não problematiza a falta da centralidade das demandas que são específica das jovens negras no centro da agenda da política que hoje é a única iniciativa direcionada à juventude negra. Ressalta L.B que:

> *"[...] Embora o foco do Plano sejam os jovens negros do sexo masculino, que são os que morrem mais, a presença das mulheres negras na construção e desenvolvimento do Plano Juventude Viva é muito importante, desde o processo histórico que culminou com o desenvolvimento deste plano até sua realização cotidiana."* (ENTREVISTA DE L.B, JULHO, 2013)

A presença de jovens negras desde o desenvolvimento das discussões primárias, que embasaram as justificativas para o desenvolvimento destas políticas, evidenciam de certa forma a existência de certa incorporação do recorte geracional e de gênero nas ações estratégicas das políticas, mas não define a efetividade na incorporação das demandas que diz respeito as especificidades deste grupo, uma vez que as jovens negras não aparecem como sujeitos estratégicos no combate aos homicídios entre jovens negros no Brasil, e isso precisa ser corrigido.

A descrição de L.B é importante porque apresenta uma dimensão interessante de atenção ao cenário institucional da gestão desta política[48], e possibilita pensar como a discussão sobre interseccionalidade, apresentada nos capítulos anteriores, pode auxiliar na identificação de configurações assumidas pelo sexismo e pelo racismo institucional na sociedade brasileira. Este fenômeno que é nocivo à juventude negra, hierarquiza o acesso aos direitos no Brasil, dificultando e/ou tornando secundária a incorporação das experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina. L.B ainda pontua que:

> *"[...] Raça, gênero, idade, classe, local de moradia são fatores determinantes nas mortes dos jovens brasileiros. São os moradores de periferias e favelas que mais morrem assassinados. São os jovens que foram abandonados pela escola e não conseguiram alcançar posições no mercado de trabalho é que são assassinados. Estas mortes evitáveis são prejudiciais não só para quem perde a vida, após sucessivas violações de direitos e humilhações sociais, mas também para quem seus familiares e amigos. São as mães, namoradas, esposas, irmãs, filhas e filhos os que mais sofrem com o assassinato de seus entes queridos. São elas que vivem após estas mortes e que são obrigadas a sustentar a vida de suas famílias e comunidades desfalcadas pela violência."* (ENTREVISTA DE L.B, JULHO, 2013)

Os esforços, por parte da juventude negra feminina para a incorporação de suas demandas e projetos políticos no Plano Juventude Viva, foram grandes. Embora não tão evidentes nas diversas experiências apresentadas nos depoimentos das entrevistadas, enfatizamos que há um esforço coletivo estratégico que reivindica a incorporação destes interesses e projetos. O conceito de feminismo negro apresentado anteriormente ajuda a entender que as experiências vividas e identificadas nos depoimentos dados a esta pesquisa, embora pareçam estar isolados, se articulam em uma estratégia diaspórica, o que soma a

[48] http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/articuladores-juventude-viva-1/Articuladores_JuventudeViva_QuemeQuem.pdf"

cobrança coletiva deste segmento que mesmo atuando em lugares separados busca o combate ao racismo e sexismo no Brasil. Neste sentido, L.B dizia que:

> *"[...] Temos trabalhado com a perspectiva de que é responsabilidade de brancos e negros desconstruir as mazelas do racismo e suas articulações perversas com gênero e geração. Identificamos que nos contextos de resistência negra a presença das mulheres é fundamental, é estruturante e viabiliza a organização e o desenvolvimento de diferentes estratégias políticas que vão desde a venda de quitutes para sustentar a luta até a organização de terreiros e quilombos, chegando aos dias de hoje à ocupação do espaço acadêmico e protagonismo na reivindicação, controle social e coordenação de políticas públicas. A expressiva presença das mulheres nas conferências brasileiras e nos movimentos sociais de toda América Latina dão a dimensão da importância das mulheres no cenário político, e de sua capacidade de incidência no espaço público."* (ENTREVISTA DE L.B, JULHO, 2013)

Ainda, segundo L.B, o Plano Juventude Viva se constituía numa proposta importante para a juventude negra:

> *"[...] Com o Plano Juventude Viva estamos enfrentando interseções complexas entre racismo, relações de gênero e geração. Este enfrentamento vem se dando a partir de lugares nunca antes ocupados por nós. Estamos mobilizando diferentes ministérios para trabalharem juntos e com foco nos territórios mais vulneráveis e nos jovens negros como sujeitos de Direitos. Estamos provocando o diálogo entre diferentes entes federados, estados e municípios estão sendo convocados a assumirem juntos as responsabilidades de desconstrução deste problema histórico. Estamos desenvolvendo uma experiência inovadora, que provoca a desconstrução de discursos e inspira o estabelecimento de novas práticas políticas. A construção de políticas públicas para a juventude no Brasil é algo muito novo. Mais novo e inovador ainda é a construção de políticas públicas para a juventude negra. E esta política só é possível com intersetorialidade, transversalidade, participação e controle social, que são pilares fundamentais. Isso tudo é muita coisa e dá trabalho."* (ENTREVISTA DE L.B, JULHO, 2013)

L.B também apresenta uma dimensão interessante de seu ativismo político enquanto gestora:

> *"[...] Temos uma missão ancestral. Estamos diante de um desafio histórico. Com coragem e ousadia vamos honrando aqueles e aquelas que lutaram antes de nós e seguiremos criando possibilidade de vida para as gerações futuras. Não admitimos perder mais ninguém em consequência da violência racista, adultocentrica. Nada justifica um assassinato. Nada justifica milhões deles. A vida de cada jovem negro é sagrada. O Direito à vida deve ser respeitado e garantido. O Futuro do Brasil merece e precisa da JUVENTUDE NEGRA VIVA!"* (ENTREVISTA DE L.B, JULHO, 2013)

A entrevistada A.N ao refletir sobre as políticas, descreveu sua insatisfação sobre os limites da presença da juventude negra feminina:

> *"[...] Penso que as experiências e participação das jovens negras nas políticas públicas voltadas para a juventude ainda são muito limitadas. As políticas públicas voltadas ao segmento ainda focam muito nos jovens negros, o que compromete um maior alcance da política. As campanhas contra o extermínio da juventude negra, por exemplo, focam suas atenções nos homens, já que são estes os que mais morrem, no entanto as jovens negras também sofrem por conta desse quadro, sem falar no alto índice de contaminação do HIV*

> *nesse grupo etário, no alto índice de consumo de drogas, no número grande de gravidez na adolescência e na prostituição infanto-juvenil que afeta, sobretudo essas jovens negras. Não se observam políticas que envolvam tais questões de modo mais incisivo o que só piora os quadros já alarmantes observados em relação à situação dessas jovens no país."* (ENTREVISTA DE A.N, JUNHO, 2013)

A mesma jovem reconhece os avanços ocorridos nos últimos anos frente à temática juventude, e atribui parte deste processo às experiências e práticas das mulheres negras. A.N denuncia a falta de informações sobre as políticas, o que também contribui ainda mais para a exclusão da juventude negra feminina.

> *"[...] Quanto aos discursos, penso que muito se tem amadurecido a partir de uma maior difusão do movimento de mulheres negras no país e pela intensificação de algumas lutas encabeçadas por mulheres negras no país. Entendo o discurso ainda com a presença do ranço do patriarcado, tanto pela parte dos jovens como das jovens, o que muitas vezes dificulta o alcance por melhores condições de uma vida com equidade a esse segmento. Prova dessas dificuldades é que mesmo eu fazendo parte de uma instituição de movimento negro e transitando por esse meio não tenho elementos precisos para falar das políticas públicas citadas na pergunta. No entanto, penso que o projeto juventude viva, que é destinado ao combate da mortalidade dos jovens negros, deveria estar mais conectado a perspectiva de gênero, tendo em vista que não são apenas os jovens negros que sofrem as mais variadas formas de racismo e discriminação em nossa sociedade."* (ENTREVISTA DE A.N, JUNHO, 2013)

Semelhantemente a entrevistada A.N, as jovens E.M e M.H também enfatizaram o problema da falta de informações sobre as políticas públicas, o que nos permite questionar sobre o alcance das mesmas junto à população a que se destina, haja vista, que as cidades onde estas duas jovens entrevistadas moram fazem parte do conjunto de territórios de atuação estratégica de uma das políticas. E.M descreveu que:

> *"[...] As jovens negras que conheço têm um discurso emancipatório e valorizador de sua identidade, beleza, raiz e o todo tempo defendem e exigem a necessidade de se ter respeito pelas diferenças e reconhecer potencialidades da pessoa humana, bem como necessidade de reparação dos malfeitos à população negra em nosso país, em nossa história. Em relação aos projetos Farol e Juventude Viva, não conheço de perto nenhum, acompanhei apenas algumas notícias pela internet."* (ENTREVISTA DE E,M, JULHO, 2013)

A jovem P.E ao descrever sobre suas percepções, frente às políticas públicas analisadas nesta pesquisa e sobre a presença das mulheres nestas, relatou sobre sua compreensão diante da ampliação da presença de jovens negras. Ressalta um fator corriqueiro quanto se analisa as especificidades entre grupos excluídos, que é importante ser problematizado para que as pautas e prioridades deste segmento não se mantenham em lugares subalternos. A mulher sempre esteve presente e atuante nos processos decisivos, porém, o espaço que lhe é reservado é restringido pelo sexismo, racismo e de maneira especial como analisamos neste estudo, pela discriminação de geração. Segundo P.E:

> *"[...] Acredito que com o passar dos anos, as jovens mulheres vem aumentando o número em participação e o nível de empoderamento nos diversos espaços políticos, mas para as jovens negras considero que muito ainda falta para avançar nesse sentido. Muitas de nós não estamos nos espaços de formação política e acredito que boa parte seja por causa dos fatores sociais externos que nos acometem em maior proporção do que a outros grupos sociais (gravidez, subemprego, prostituição, violência doméstica...). Através da ausência desse ser político, creio que no âmbito das políticas públicas direcionadas para a juventude negra, há certa invisibilidade no que diz respeito às questões de gênero, tornando tudo muito generalizado. O "Juventude Viva" traz isso em sua estrutura (não sei se a palavra seria bem essa), pois não garante as questões de gênero nos projetos que serão executados nos municípios, exceto na parte "Mulheres de Paz" – o qual não seria específico para jovens mulheres negras."* (ENTREVISTA DE P.E, JULHO, 2013)

P.E retoma o que descrevem Carvalho e Quintiliano (2009) quando discutem sobre os desafios para a participação política das jovens mulheres negras. Segundo as autoras, participar torna-se um ato de ousadia diante de um cenário em que estas mulheres não dispõem de visibilidade enquanto grupo político dotado de direitos específicos. Contudo, não faltam experiências de resistência, estratégias de inserção e esforços para quebrar os paradigmas que criam impedimentos para a entrada das mulheres no espaço político, como podemos perceber nos depoimentos da jovem L.B. Ela chama atenção para o crescimento da mortalidade entre a juventude negra feminina e critica a falta de olhar das políticas públicas para esse segmento.

> *"[...] Sabemos que os homens jovens negros são os que têm mais morrido em decorrência da ausência de políticas públicas de juventude, principalmente em comunidades periféricas, mas o número de jovens negras tem crescido a cada dia, principalmente no que diz respeito à violência doméstica e ao tráfico de drogas; na Paraíba os dados são notoriamente alarmantes. Só será feita alguma coisa de mais específica quando atingirmos patamares equivalentes aos dos jovens negros? Temos especificidades que são inatas as dos homens e isso, acredito, que não vem sendo garantido por parte das políticas públicas de juventude."* (ENTREVISTA DE L.B, JULHO, 2013)

A entrevistada P.E ainda abre possibilidades para refletirmos sobre a abordagem universal adotada pelas políticas públicas para pesar sobre a temática juventude negra. Descreve que:

> *"[...] Nós defendemos as políticas públicas afirmativas. Estas direcionadas para a juventude negra. Defendemos, pois, sabemos o quanto é difícil se fazer política afirmativas para negros no Brasil, para jovens ainda mais e para mulheres mais ainda. Defendemos e buscamos sua melhoria, incorporando nossas demandas específicas, já que elas nunca conseguem distinguir uma mulher de um homem."* (ENTREVISTA DE P.E, JULHO, 2013)

Outra jovem, J.G é presidente de uma instituição do movimento negro na cidade de Uberlândia-MG, e descreveu os desafios que as políticas públicas ainda apresentam para alcançar a juventude negra feminina.

> *"[...] Penso que o recorte racial nas políticas públicas está avançando, porém o recorte por segmento dentro das políticas raciais ainda precisa ser construído. Não vejo uma preocupação especial para com a juventude negra feminina, mas*

> *vejo essa juventude negra feminina serem grande lideranças dentro do movimento negro. As políticas públicas pensam na mulher negra, mas não especialmente na mulher negra jovem, as mulheres negras jovens ficam dentro do geral, não tem um atendimento específico. Pelo o que eu estou entendendo o programa Farol foca os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, neste caso, sobre Minas, não vejo iniciativas em relação a esse projeto. Vejo o Juventude Viva como uma ação de proteção à vida, porque esse programa vem garantir a vida de milhares de jovens negros que por questão social tem sido assassinados. Vejo também que essa iniciativa coloca a juventude negra como pauta principal e urgente do estado para intervenções pelas políticas públicas."* (ENTREVISTA DE J.G, JULHO, 2013*)*

A entrevistada M.L que também reside em Uberlândia, assim como J.G, descreveu suas percepções sobre as políticas e a juventude, mas revelou que desconhecia o Projeto Farol. Ela apresenta em sua análise sobre o Plano Juventude Viva um detalhe importante que entendemos ser necessário explorar. Como descrevemos, o Plano Juventude Viva no Capitulo II, o mesmo é repartido por eixo de atuação como bem descreve M.L. A entrevistada lembra que em um dos eixos está previsto a formação e abordagem sobre as temáticas de gênero e violência doméstica; em especial, M.L enfatiza que este tipo de violência foi a que mais cresceu no Brasil e afeta diretamente as mulheres negras jovens:

> *"[...] Considero os discursos extremamente relevantes e necessários. A Juventude Negra Feminina consegue organizar-se socialmente e sabe direcionar suas ações. Sobre o Projeto Farol não me considero apta para falar porque o conheço pouco. Tenho mais conhecimento do Juventude Viva que é um plano nacional criado pelo governo federal em resposta às lutas e às pressões realizadas pela Juventude Negra. O que mais me chamou à atenção foi os dados, a leitura sobre a mortalidade desse segmento e os eixos de atuação do plano, um deles, a necessidade de trabalhar a conscientização desses jovens através de grupo de estudos e palestras focadas numa formação educacional e cidadã como uma forma de desconstruir a cultura da violência, violência esta tão banalizada nos dias de hoje, é relevante por mostrar que a juventude negra faz parte dessa luta cotidiana e que esses/as jovens são sujeitos sociais que vão contribuir com futuras mudanças. Compreendo que o plano seja importantíssimo para o enfrentamento a violência, mas penso que ainda há o que melhorar."* (ENTREVISTA DE M.L, JULHO, 2013)

Em sua entrevista, a jovem baiana L.B descreve que o problema das políticas públicas, ou das pessoas que fazem a interlocução com os movimentos sociais onde as mulheres negras jovens estão presentes, é que estas não entendem a importância de se tratar as demandas deste segmento feminino como uma prioridade:

> *"[...] Há uma dificuldade enorme por parte dos representantes governamentais ao entender nossas estratégias de atuação política. Isso se reverbera nas políticas públicas. Nós mulheres negras, em nossas estratégias de ação, nunca desconsideramos as demandas dos homens negros, e quando rompemos com movimentos de cunho universais ou políticas que percebem o negro dentro de um modelo universal, fazemos por não nos sentirmos representadas. Não queremos enfraquecer a luta, ou simplesmente tencionar, buscamos tornar a luta e as políticas mais fortes."* (ENTREVISTA DE L.B, JULHO, 2013*)*

A entrevistada M.N de Belém do Pará, revelou conhecer pouco sobre o Projeto Farol em Ação e indicou que o Plano Juventude Viva se constitui numa política importante que pode ser melhorada:

> *"[...] O Projeto Farol, pouco contato tive com o mesmo, apenas através de edital, mesmo estando na época no GT de juventude negra da SEPPIR, não lembro termos discutido. O Juventude Viva, segundo a Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República-SNJ-PR, é uma resposta ao processo de Genocídio da juventude negra, muito denunciado pelo movimento negro através principalmente das organizações juvenis, ele ainda esta em fase de implementação, está bem aquém daquilo que pensamos como política publica para juventude negra, mais é um ponto de partida, penso que ainda pode ser melhorado."* (ENTREVISTA DE M.N, JULHO, 2013)

A entrevistada J.C, professora universitária, ao descrever sobre estas duas políticas públicas, enfatiza o problema do diferenciado para jovens do sexo masculino e feminino:

> *"[...] Essa pergunta é difícil para mim, porque não estou diretamente envolvida com a Juventude Negra Feminina e, por isso, temo fazer uma análise superficial. De qualquer forma, tentarei responder. Percebo que este grupo está muito engajado na luta contra o genocídio dos jovens negros, mas não percebo a existência de uma agenda política com as demandas especificas das Jovens Negras. Isso é um tanto preocupante, uma vez que a mulher negra é exposta a violências desde a infância e que se acirram na adolescência, conforme percebi na realização de pesquisa de mestrado acerca dos mecanismos de naturalização do racismo e sexismo aos quais as mulheres negras estão expostas nestas duas fases da vida. A mulher negra sofre duplamente porque é oprimida pela raça e pelo gênero, e se faz urgente a reflexão e incorporação dessas bandeiras na agenda políticas das Jovens Negras de maneira mais incisiva. Sobre o Projeto Farol, infelizmente não posso contribuir porque não conheço. Já o Juventude Viva pelo pouco que sei relaciona-se justamente à questão da violência a qual os jovens negros estão expostos, conforme já mencionei anteriormente. Até onde sei não há nada específico sobre as jovens negras."* (ENTREVISTA DE L.C, JULHO, 2013)

Os depoimentos revelados nesta pesquisa parecem se ajustar em uma estratégia coletiva, que busca a garantia de acesso aos direitos específicos das jovens negras. As críticas às políticas públicas não desconsideram a garantia do acesso aos direitos universais, que no caso específico das políticas têm priorizado os homens negros, mas, cobram a falta de ações que atendam as demandas específicas da juventude negra feminina.

Chama atenção o que descreve CARNEIRO (2005) quando reflete que:

> *"[...] Minha utopia consiste, hoje, em buscar mais um atalho entre a negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Como parte de nossa utopia conquistamos status político e social para ser mulher, para ser negro, para ser mulher negra. Tornar-se um ser humano pleno e prenhe de possibilidades e oportunidades, para além da condição de raça, de gênero, é minha utopia final."* (CARNEIRO, 2005, p. 38)

É um equívoco, pensar que a busca pelo reconhecimento dos direitos das mulheres negras e jovens se constitui numa estratégia que se opõe às lutas pelos direitos universais. Ao

contrário, como explica a autora, o desejo é justamente que os direitos alcancem a todos na sociedade.

As diversas manifestações de ativismo político, que foram reveladas pelas voluntárias, apresentam uma juventude negra feminina atenta à diversidade na política e denunciam as variadas formas de opressão que criam obstáculos para a incorporação dos projetos e interesses específicos nas ações estratégias das políticas. Esta negação é fruto do racismo associado ao sexismo e a discriminação geracional.

As informações e depoimentos das jovens, no entanto, surpreendem as hipóteses desta pesquisa quando revelam que as prioridades das políticas públicas estudadas, na contenção da mortalidade da juventude negra que prioriza os homens negros, também são suas prioridades. Entretanto, as entrevistas exprimem que, uma medida não pode excluir a outra, de modo que ambos os grupos femininos e masculinos negros devem ser priorizados; e nenhum deve ser preterido em relação ao outro.

Em outras palavras, o fato de se considerar que o desenvolvimento de estratégias voltadas para os jovens negros é uma ação assertiva e necessária dentro das políticas para juventude no país, não pode servir de ocultamento e/ou impedimento para que as políticas públicas sejam também desenvolvidas no sentido de priorizar ações estratégicas que favoreçam as jovens negras, em especial abordando temáticas como: a violência doméstica, direitos sexuais e reprodutivos, atenção a saúde da mulher negra jovem, dentre outros que contribuiriam para a superação dos problemas causados pelo racismo e sexismo na vida deste segmento juvenil de mulheres no Brasil.

A jovem L.B corrobora o argumento de SANTOS (2000) quando esta afirma que as experiências de intercâmbios entre o feminismo negro diaspórico assume grande significado no que se refere à organização e estratégias das mulheres negras para o enfrentamento das situações de opressão que as afetam. L.B nos revela a dimensão de seu ativismo político e sua participação em eventos nacionais e internacionais:

> *"[...] Nossa, foram muitos. Praticamente tudo que participei nos últimos anos tem relação com a Juventude Negra. Acho que os principais processos que participei foram o Movimento de Juventude Negra e Favelada, o Coletivo Hip Hop Chama, a Organização de Mulheres Negras Ativas, o Forito Negro, a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT, a construção do I Encontro Nacional de Juventude Negra, em etapas municipal, estadual e nacional. E a organização da I Cumbre Mundial de Juventude Afrodescendente na Costa Rica."* (ENTREVISTA DE L.B, JULHO, 2013)

Adicionalmente, o depoimento da jovem E.M vai de encontro a esta questão das trocas e intercâmbios apresentada por Santos (2000):

> *"[...] Nossa, muitos! Sou militante da Pastoral da Juventude desde 2000. Nunca participei de nenhum evento específico da juventude negra, mas, em 2008, as Pastorais da Juventude do Brasil lançaram a Campanha Nacional contra a Violência e Extermínio de Jovens e, no mesmo período, inicia também a Campanha Nacional contra o Extermínio da Juventude Negra, onde os grupos*

> *compartilharam muitas notícias, idéias, informações e dados. Durante a campanha, em Montes Claros houve seminário sobre violência e extermínio de jovens, passeata pelas ruas, discussões pontuais junto a grupos de jovens no entorno das atividades permanentes das pastorais da juventude, a Semana da Cidadania, Semana do Estudante e Dia Nacional da Juventude, e divulgações virtuais das atividades que aconteceram, contudo, não sei ao certo as datas dos eventos."* (ENTREVISTA DE E.M, JULHO, 2013)

Ainda que as duas entrevistadas, L.B e E.M, nunca tenham se encontrado, seus depoimentos revelam uma sinergia e retornam ao que temos definido como feminismo diaspórico, cujas ações em busca de acesso aos direitos se articulam e se completam.

A entrevistada A.N de outra região do país, São Luiz-MA, ao descrever sobre os espaços de sua participação política, revela a dimensão de seu ativismo no que tange a diversidade de temáticas. Diz A.N que participou da

> *"[...] Plenária de lançamento do Fórum estadual de Juventude Negra do Maranhão, Encontro Regional do Fórum de Juventude Negra em Salvador, Semana Jovem da Consciência Negra em São Luís – MA, I Encontro de Juventude de Terreiro do Estado do Maranhão, Reunião de articulação do Encontro de Juventude Negra da Paraíba"* (ENTREVISTA DE A.N, JULHO, 2013).

A jovem P.E situa suas experiências de participação voltadas para a juventude entre 2007 e 2013. Este é precisamente o período examinado pela pesquisa. P.E descreve que esteve presente em:

> *"[...] 2007 - I Encontro Nacional de Juventude Negra – ENJUNE.*
> *2008 - 1º Conferência Estadual de Juventude da Paraíba.*
> *2009 - Plenárias de juventude para criação do Conselho Municipal de Juventude de Bayeux (realização).*
> *2010 - Curso sobre Conselhos Municipais de Juventude: mobilização e articulação Política. 1º Seminário de Combate ao Extermínio da Juventude Negra da Paraíba (realização); 1º Seminário de Juventude e Combate a Intolerância Religiosa (realização); Seminário Integração Regional na Perspectiva das Juventudes do MERCOSUL: Avanços e Dificuldades na implantação de Políticas Públicas de Juventude.*
> *2011 - Intercâmbio Estadual e Regional das Juventudes Rurais do Nordeste; 2º Conferência Estadual de Juventude da Paraíba; 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; 3º Curso de Extensão Iniciativas Negras: Trocando experiências.*
> *2012/2013 - Curso de Formação de Lideranças Negras no Nordeste – KWETU".* (ENTREVISTA DE P.E, JULHO, 2013)

A entrevistada M.N, assim como a jovem P.E, nos apresenta uma vasta lista sobre sua participação em eventos destinados à juventude e em especial a juventude negra. Sua experiência, com atuação partidária, se revelou interessante para pensar o feminismo negro diaspórico juvenil, que atua em diversas frentes e através de distintas instituições, tais como: a dos movimentos: social, negro, e de mulheres, as instituições religiosas, universitárias e partidárias. Relata M.N que esteve presente em:

> *"[...] I encontro Estadual de Juventude negra Paraense, Belém-PA julho de 2007;*

> *I encontro Nacional de Juventude Negra-ENJUNE, Lauro de Freitas-Bahia, julho de 2007;*
> *Lançamento do fórum Estadual de Juventude Negra- Belém-Pa, outubro de 2007;*
> *I Encontro Nacional de juventude negra do PT-JN13, Cajamar-SP, Fevereiro de 2008;*
> *Conferência Livre de Juventude Negra, Belém-Pa, em 2008;*
> *Conferência Estadual de Políticas para juventude-GT juventude negra, Belém-PA março de-2008;*
> *Conferência Nacional de Políticas para juventude- GT juventude negra, Brasília-DF, abril de 2008;*
> *Encontro de juventude negra quilombola, Macapá-AP, junho de 2008;*
> *II Encontro de juventude negra Paraense. Belém-PA, em julho de 2008;*
> *Lançamento do Fórum Nacional de juventude negra, Guarujá-SP, em julho de 2008;*
> *Fórum social Mundial-FSM acampamento Intercontinental da juventude-AIJ-Belém-PA, janeiro de 2009;*
> *Reunião do GT de juventude negra SEPPIR-PR, março de 2009*
> *Encontro Internacional de Juventude Negra, Experiências cruzadas Brasil X França, São Paulo-SP, março de 2009;*
> *II Encontro de juventude Negra do PT, JN13,Guarulhos-SP, março de 2009;*
> *II Conferência Estadual de Promoção de Igualdade Racial, Belém-PA, maio de 2009;*
> *II Conferência Estadual de Promoção de Igualdade Racial, Brasília-DF, junho de 2009;*
> *Reunião do Conselho Nacional de Juventude-CONJUVE/GT juventude negra, Brasília-DF, novembro de 2009;*
> *Encontro Nacional de Negras Feministas, Salvador-BA, novembro de 2009;*
> *Seminário Nacional de segurança Publica e Igualdade Racial, Brasília-DF, Maio de 2010;*
> *Reunião do GT de juventude negra da SEPPIR-PR, Brasília-DF, junho de 2010;*
> *III Encontro Nacional de Juventude negra do PT- JN13, Ilheús-Bahia, maio de 2012".* (ENTREVISTA DE M.N, JULHO, 2013)

A entrevistada J.G descreveu o protagonismo do GRUCON, como um grupo que representa na condição de presidente. Este grupo se organiza em torno de assuntos voltados para a juventude e para a juventude negra na cidade de Uberlândia-MG. Ela descreve que:

> *"[...] Fui organizadora da atividade juventude negra em movimento em 2010 e também da I Jornada Municipal da Juventude Negra em 2013. Posse da superintendência da juventude em 2013. Atividade política aqui no município sobre juventude foi apenas essas encabeçadas pelo GRUCON."* (ENTREVISTA DE J.G, JULHO, 2013)

A jovem J.C descreveu sua experiência em eventos, relatando que sua área de atuação está relacionada aos debates de gênero e raça e afirmou que teve poucas experiências em espaços de discussões específicas sobre juventude. Apresenta que, sua condição de jovem é limitadora na atuação política em alguns espaços. Traz de contribuição para essa pesquisa o tema da maioridade penal que atinge diretamente a juventude negra;

> *"[...] Participo muito de eventos sobre questão racial e de gênero, mas, cuja temática fosse especificamente Juventude, lembro-me de dois eventos, que debatiam a redução da maioridade penal. É claro que este debate atravessa diretamente a temática da juventude negra, ainda que nem todos que fazem a*

> *discussão se deem conta de fazer esse paralelo."* (ENTREVISTA DE J.C, JULHO, 2013)

Em conclusão, observamos que a juventude negra feminina se apresenta como um grupo atento às principais ações voltadas para a juventude e para a juventude negra, contudo, ainda são necessárias novas abordagens e estudos que possam se aprofundar no diagnóstico dos impactos do ativismo político deste segmento. Podemos verificar assim, a partir do grupo entrevistado, que este segmento juvenil tem elaborado as mais diversas estratégias de atuação para garantir acesso aos direitos, o que tem gerado tensões importantes na relação entre o Estado e o Movimento de Juventudes Negras, refletindo diretamente nas discussões sobre o direito a diversidade nas políticas públicas.

.

Considerações Finais

A pesquisa aqui desenvolvida analisou a forma como a política pública direcionada à Juventude Negra no Brasil, neste século XXI, tem incorporado as experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina. Ao final deste estudo, concluímos que apesar dos diversos esforços apresentados pelo movimento de mulheres negras jovens, e por estas incidirem na agenda política de juventude brasileira com seus projetos e demandas específicas, no que identificamos por feminismo negro juvenil, suas demandas têm ficado em segundo plano dentro das políticas públicas direcionadas para a juventude negra.

Detectamos, já nas literaturas que tratam atualmente de juventude no Brasil, o não reconhecimento das diversidades desta categoria. Tal postura se replica nas políticas públicas de juventude e pode ser percebida nas políticas que são utilizadas como base para as reflexões desta pesquisa, o *Projeto Farol em Ação* e o *Plano Nacional Juventude Viva: Plano de Enfrentamento da Violência contra a Juventude Negra*.

Embora, as duas políticas tenham sido estruturadas para responderem à pressão da juventude brasileira que elegeu, na I Conferência Nacional de Políticas Públicas Para Juventude em 2007, como prioridade 01 a necessidade de transformar a plataforma política da Juventude Negra em políticas públicas e de nesta plataforma dar mais visibilidade a paridade de gênero, as mulheres negras jovens não aparecem nas ações estratégicas das políticas públicas.

Podemos perceber que o *Projeto Farol em Ação,* em seu tempo de existência, assegurou que jovens negros em estado de vulnerabilidade fossem incluídos à sociedade (PEREIRA, 2010). Esta política, entretanto, como o *Plano Juventude Viva*, ainda em processo de implementação, não considera a juventude negra feminina em suas estratégias de ação. As duas políticas mantêm a percepção de uma juventude negra universal, que não favorece as mulheres negras jovens.

Constatamos, na maior parte das argumentações das jovens entrevistadas, uma análise crítica sobre as políticas públicas estudadas, mesmo sobre o *Projeto Farol em Ação*, por ter sido encerrado em 2010, e seus objetivos específicos não estarem tão em evidência e comentado junto a grupos juvenis, como o *Plano Juventude Viva*.

Tal constatação possibilita pensar o quanto estas duas políticas que tinham, no caso do *Projeto Farol em Ação* e tem no caso do *Plano Juventude Viva*, a capacidade de impactos na realidade da juventude negra feminina. O que podemos perceber é que para as políticas públicas estudadas, embora estas sejam respostas às demandas da juventude negra, e busquem assegurar inclusão e o direito à vida à juventude negra, ambas não valorizam, como poderiam, as especificidades da juventude negra feminina, o que aumenta os desafios das instituições governamentais com a inclusão da pauta da transversalização das políticas de

promoção da igualdade, ou do combate ao racismo e ao sexismo dentro da estrutura de governo. "*Transversalizar uma temática é um desafio que está para além de construir políticas específicas, mas reside, sim, na promoção do amplo debate sobre as políticas públicas, para que elas sejam desenhadas de maneira eficaz e equitativa"* (CARVALHO & QUINTILIANO, 2009).

Os depoimentos ainda ajudaram a refinar o olhar que problematiza as hierarquias de raça, classe, gênero e geração no acesso às políticas públicas, que são reproduzidas nas mais distintas estruturas da sociedade brasileira. O conceito de interseccionalidade tem sido utilizado como uma ferramenta comum entre as jovens negras, para localizar suas experiências pessoais como sujeito político e é, portanto, um instrumento imprescindível para assegurar os direitos das mulheres negras, em especial a jovem. (SANTOS, 2000)

Outra constatação feita durante este estudo, relacionando a mortalidade das jovens mulheres negras com as políticas públicas estudadas, foi que as mortes catalogadas das mulheres negras jovens parecem não ter o mesmo significado, ou peso político que os demais índices de mortalidade precoce no país. (ROMIO, 2009)

Ao analisarmos o fenômeno da violência seguida de mortes evitáveis, identificamos que a juventude negra feminina é um alvo em potencial, entretanto, estas mulheres ficam para um segundo momento nas ações estratégicas que buscam conter este fenômeno por meio das políticas públicas. Em outras palavras, os elevados números de morte entre mulheres negras jovens não parecem causar estranhamentos e o mesmo impacto na agenda elaborada para conter os índices de homicídios juvenis no Brasil.

Como já discutido ao longo das argumentações dos capítulos desta pesquisa, a evolução da mortalidade feminina por homicídio é intrigante, e justifica pensar em políticas públicas, ou pelo menos em ações dentro das existentes que alcancem este grupo, em particular o segmento negro. A compreensão da questão da equidade no acesso aos direitos juvenis é imprescindível para que as mulheres negras jovens tenham possibilidade de acesso aos seus direitos.

Identificamos nas entrevistas realizadas com as jovens negras militantes que as duas políticas têm garantido direitos para a juventude negra, e são importantes ferramentas para as mulheres negras jovens, porém, ao desenvolver ações para a juventude negra, trata esta categoria sob uma percepção universal, o que acaba hierarquizando o acesso aos direitos e deixando as especificidades deste grupo juvenil para segundo plano.

A abordagem interseccional de raça, classe e gênero se mostrou como um elemento estratégico e fundamental para este estudo, pois ao refletir sobre as políticas de juventude no Brasil, este questiona o lugar da juventude negra feminina. A intersecção possibilita alcançar olhares mais precisos, que ajudam a identificar a peculiaridade da forma como as mulheres negras jovens estão para as políticas públicas, e justifica a importância de ações de equidade na política para também assegurar os direitos deste segmento.

Ainda percebemos que a análise interseccional de gênero, raça e classe e suas determinações nos estudos sobre juventude ajuda a alcançar uma leitura mais aprofundada sobre esta categoria analítica. Esta pesquisa investe no uso desta metodologia, e soma às reflexões das mulheres negras em ampliar análise e reflexões sobre esta temática nas academias do Brasil. Este conceito metodológico de análise possibilita o levantamento de outros pontos de vista, que ampliam os olhares analíticos e suscita a necessidade da emergência de outros estudos sobre as relações étnico-raciais no Brasil, com foco nas mulheres negras jovens.

Identificamos que a determinação universal do que vem sido construído e denominado Juventude Negra é classificado a partir do biótipo padrão e universal de jovem negro masculino, e é assim representado nas políticas públicas estudadas que foram direcionadas a juventude negra. Esta percepção tem influenciado o não reconhecimento e não incorporação das experiências, práticas e discursos políticos das mulheres negras jovens nas ações estratégias das políticas públicas analisadas.

A forma de como a juventude negra feminina é interpelada pelas políticas públicas é um ponto importante que necessita ser ajustado para que suas experiências, práticas e discursos políticos sejam, de fato, incorporados como aspectos importantes a serem considerados nas políticas públicas de juventude.

Identificamos que a presença das jovens negras em espaços de participação cidadã, e exercício da democracia participativa são intensos e dinâmicos e abarcam as mais diversas temáticas, não deixando dúvidas da inserção política deste segmento nas principais ações sobre juventude no Brasil.

Corroborado com CARVALHO & QUINTILIANO (2009)

> *"[...] Ao percebermos os impactos sobre as mulheres negras e jovens do sexismo, do racismo e também das relações desiguais entre gerações, podemos entender melhor de que maneira seus efeitos psicossociais podem configurar-se como impeditivos para o "desejo" e também para as possibilidades de participação. Essas pessoas, em virtude e seu sexo, cor da pele e idade, são vítimas constantes de discriminações. Fóruns e outros mecanismos específicos de participação nem sempre têm força e representatividade suficientes para pautar os órgãos governamentais, que, por sua vez, mesmo influenciados por grupos de pressão – negro, feminista e de juventude –, não os enxergam como potenciais colaboradores. Somada a isso, está a ineficiência do poder público em tranversalizar o debate e sua ação, dada a realidade desigual e o racismo institucional presente."* (CARVALHLHO & QUINTILIANO, 2009, p. 94)

Embora, a juventude negra feminina se apresente como sujeito político ativo, presente nas mais variadas frentes de discussão e deliberação sobre juventude no país, e atuando conjuntamente na estruturação de plataformas políticas e de prioridades para a juventude e para a juventude negra brasileira, ainda os seus esforços, não têm sido correspondidos.

Neste sentido, a Juventude Negra Feminina mesmo identificada como sujeito político e atuante no movimento social negro, e no movimento de juventude negra, e se fazendo representada nas mais diversas agendas no país, como congressos, seminários, mesas de discussão, encontros, conferências, consultas públicas, conselhos de juventude e de promoção da igualdade racial, e gestão de políticas públicas como as estudadas, incidindo politicamente com suas propostas e levando suas experiências, práticas e projetos políticos, suas demandas, ainda não tem sido contemplada.

O racismo é uma ideologia que, somada ao sexismo, impossibilita a atenção que a juventude negra feminina necessita e tem cobrado das políticas públicas. Este racismo patriarcal sexista impõe às mulheres negras e jovens formas de opressões que são reproduzidas nas políticas públicas. Este tipo de racismo sexista institucionalizado promove o fracasso das políticas, impedindo o alcance dos objetivos e da promoção de um serviço profissional adequado à juventude em virtude de sua cor, do seu sexo, questão social, escolaridade, regionalidade, religião, orientação sexual, etc. (LOPES, 2005)

As assimetrias entre jovens mulheres negras e homens no acesso aos direitos neste país impõe a este segmento uma experiência diferenciada na sociedade, onde suas experiências, apesar de ajudarem a construir o plano nacional de juventude brasileiro, os assuntos específicos relacionados às problemáticas das mulheres negras jovens em espaços de decisões políticas, quando não são refutados com o argumento de que são opiniões polêmicas, simplesmente não são considerados.

A reflexão critica que este estudo apresenta, revela nos depoimentos das jovens mulheres negras militantes que, embora, as políticas públicas estudadas sejam importantes ações políticas, estas carecem emergencialmente de ajustes para incorporação das experiências, práticas e discursos políticos específicos deste segmento. Entendemos que a forma como estas mulheres buscam seus direitos pessoais não desconsideram os direitos universais, mesmo quando estes não as privilegiam.

Em outras palavras, a exemplo das iniciativas de contenção da violência seguida de homicídio, ou o enfrentamento da mortalidade da juventude negra, identificamos que esta é também uma demanda central para as mulheres negras e para a juventude negra feminina, logo, necessita também incluir as mulheres negras jovens nas ações estratégicas das políticas públicas, o que não está acontecendo.

Embora, as políticas públicas estudadas dialoguem com demandas e interesses da juventude negra feminina, as mesmas precisam ser aperfeiçoadas, para atender as especificidades deste segmento, e considerar suas experiências, práticas e discursos políticos.

Neste sentido as principais observações que destacamos são:

- Há uma necessidade de maiores estudos que focalizem a juventude negra feminina e de avaliações mais detalhadas sobre as políticas públicas de juventude para

aprofundamento na questão das relações raciais e de gênero nos estudos sobre juventude;

- Há uma maior necessidade de se discutir os impactos da violência seguida de morte entre as mulheres negras jovens;
- É importante refletir mais sobre os números de mortalidade materna no Brasil, e sua relação com as estratégias de mortes evitáveis que atingem diretamente as mulheres negras jovens;
- Nos estudos de juventude, entendemos como importante analisar as relações de desigualdade raciais intra-gênero, identificando na violência e suas conexões com as desigualdades estruturais, principalmente as de raça, gênero, classe e idade, a fim de identificar o lugar da Juventude Negra Feminina;
- Percebemos que a interseccionalidade é uma ferramenta metodológica fundamental para identificar o lugar social da Juventude Negra Feminina, possibilitando justificativas para incorporar suas demandas, projetos e experiências na centralidade das discussões e das ações estratégicas das políticas públicas;
- Pensar a equidade nas políticas públicas é fundamental para que as ações alcancem a Juventude Negra Feminina e para entender que a busca pelos direitos específicos não desconsidera os direitos coletivos;
- Há uma necessidade de problematizar, nos estudos sobre juventude, a percepção universalista dada às categorias analíticas juventude e juventude negra;
- O estudo dos pensamentos e práticas das mulheres negras e jovens é fundamental para os estudos de juventude, pois, estes ajudam a ampliar o olhar crítico sobre a sociedade, de maneira a conduzir para leituras mais profundas e detalhadas sobre a realidade brasileira.
- A Juventude Negra Feminina, embora faça parte de todo processo de consulta e construção coletiva das políticas públicas destinadas a Juventude, e de maneira especial, as que neste século XXI foram desenvolvidas para a juventude negra, não aparecem nas estratégias de ação destas políticas, como se não fossem parte deste segmento ou estivessem imune aos homicídios. As políticas precisam incorporar a Juventude Negra Feminina como sujeito político e considerar suas especificidades políticas no desenvolvimento de suas ações.

Consideramos que, para tirarmos conclusões mais amplas da forma como as políticas públicas direcionadas a Juventude Negra no Brasil, neste século XXI, têm incorporado as experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina, é fundamental analisar outros segmentos de jovens negras, que não somente militantes, como foi realizado nesta pesquisa. É importante explorar outros sujeitos, inseridos em outros contextos e região, que não somente os políticos, já que as dinâmicas geradas pelo ativismo possibilitam certos

pensamentos críticos, mas, dificulta outros olhares, o que, podem apresentar contextos e percepções diferenciados.

Estudar esta temática, ter acesso ao pensamento de mulheres negras e de jovens negras tem sido uma experiência profunda que nos compele a repensar o lugar político da categoria juventude negra e juventude negra feminina, provocando rever as prioridades políticas deste segmento complexo e, a forma como o movimento gerado a partir da necessidade de acesso aos direitos atua. Tal esforço provoca a necessidade de pensar outras formas de existência e de militância que busquem também dirimir as hierarquias no acesso aos direitos e que contemplem as pessoas independente de sua idade, raça ou sexo.

Enfim, esta pesquisa ajuda a desconstruir o olhar naturalizado heteronormativo das políticas públicas sobre a incorporação das experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina, que entendemos ser reflexo da forma como socialmente olhamos este segmento. Este esforço de análise que buscou ampliar as reflexões sobre juventude negra feminina no Brasil, encontrou dificuldades extremas em focar no objeto proposto, por ainda ser uma temática nova no espaço de reflexão acadêmica.

Ao término desta pesquisa, entendemos que não conseguimos esgotar todas as possibilidades de análises deste objeto, e que esta pesquisa se soma aos esforços das mulheres negras e jovens em promover impactos no direcionamento político deste país. Esperamos que este estudo possa suscitar outras questões investigativas sobre as experiência, práticas e discursos da juventude negra feminina no Brasil.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação nº 5. ANPED, 1997.

_____ e VENTURI, Gustavo. *Juventude, política e cultura.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo. *Revista Teoria e Debate*, nº 45, jul/ago/set 2000.

ABRAMOVAY, Mirian e CASTRO, Mary. *Juventude, juventude: o que une e o que separa***.** Brasília: UNESCO, 2006.

ALMEIDA, S. S. *Femicídio: algemas (in) visíveis do público privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

ALVES, Alda Judith. *O Planejamento de Pesquisas Qualitativas em Educação*. Caderno Pesquisa, São Paulo (77); 53-71, maio 1991.

ALBERT, Verena. ARAÚJO, Amilcar. *Histórias do Movimento Negro no Brasil*. Departamento do CPDOC. Depoimento Lúcia Xavier. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2007, p. 299-302.

ANDRÉ, M. E. D. A. (1983). *Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos.* Cadernos de Pesquisa, (45): 66-71.

BAIRROS, Luíza. *Nossos Feminismos Revisitados*. In: Dossiê Mulheres Negras – Matilde Ribeiro (org). Revista Estudos Feministas, Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, v.3 n. 3, 1995.

BARBOSA, M. I. S. *Saúde e racismo.* São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Faculadde de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

BATISTA, L. E. *Masculinidade, raça/cor e saúde*. Ciências e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.71-80, mar./2005.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – lembranças de velhos.* 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra*. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
_____. *Questions de Sociologie,* Éditions de Minuit, Paris, 1980, p. 145.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. In: Estudos Avançados, *17*(49), 2003.
_____. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado em Filosofia da Educação, USP, 2005.
_____. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. In: Racismos contemporâneos. Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; nº 1. Não discriminação).
_____. *Mulheres em Movimento*. ESTUDOS AVANÇADOS 17 (49), 2003.

CARVALHO, JAMILE; QUINTILIANO, Raquel. *Conquistas e desafios à participação política de jovens mulheres negras.* In. PAPA, F de C. SOUZA, Raquel. Forito: Jovens Feministas Presentes. Ação Educativa. Fundação Friedrich Ebert, Unifem. São Paulo 2009, p. 88-99.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. *Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana*. Gênero: Núcleo Transdisciplinar de estudos de Gênero – NUTEG. – v. 9, n.1 (1. Sem. 2007). – Niterói: EdUFF, 2000.

CRENSHAW, Kimberle. *Documento para o Encontro de Especialista em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero*. Estudos Feministas, 171-177. 1/2002.

CRIOLA. *Participação e Controle Social para Eqüidade em Saúde da População Negra*. Rio de Janeiro 2010.

EXPÓSITO, F., Moya, M. C., & Glick, P. *Sexismo ambivalente: Medición y correlatos*. In: Revista de Psicologia Social*,* 13, 159-169. 1998

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência.* Candido Mendes. Editora 34; 2001.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na Cultura Brasileira.* In: SILVA, L. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: ANPOCS, Cap. 3, 1984.

GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, C. *Notas sobre relações de raça no Brasil e América Latina*. In. HOLLANDA, H. B. Y nosostras latinoamericanas?: estudos sobre gênero e raça. São Paulo: Memorial da America latina, 1992.

HOBSBAWM, Eric. J. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).* 2ª ed. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

hooks, bell. *Intelectuais Negras. Estudos Feministas.* 2° Semestre. Ano 3. p. 464 – 478. Black Womem Intellectuals in Gloria Watkins and Cornel West, *Breaking Bread – Insurgent Black Intellectual Life*, Boston Sount End Press, 1991.

HONNETH, Axel. *Reconhecimento ou redistribuição? A mudança da perspectiva na ordem moral da sociedade*. In: SOUZA, Jessé & MATTOS, Patrícia (orgs.). Teoria Crítica no século XXI. São Paulo: Anablume, 2007. p. 79-93.
_____, Axel*. Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2003.

LOPES, Fernanda. PCRI; *Programa de Combate ao Racismo Institucional*. Relatório Final, Brasília/DF. 2005. Pag. 03.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 20ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. *Estudo da mortalidade de mulheres de 10 a 49 anos com ênfase em mortalidade materna – Relatório final*

NOVAES, Regina. *O Projovem no cenário da Política Nacional de Juventude*. Relatório de Atividades: 2006. Brasília, Secretaria Nacional de Juventude 2007, p. 12 e 13.
_____. *Juventude: conflito e solidariedade***.** Rio de Janeiro: ISER. Comunicações do Iser 50, 1998.

PAIS, José Machado. *A construção sociológica da juventude - alguns contributos*. *Análise Social, vol*. XXV (105-106), 1990 (1.°, 2.°), 139-165.

PAIXÃO, Marcelo. *Desigualdade nas Questões Racial e Social***.** Cadernos de textos, saberes e fazeres: Modos de Ver. A Cor da Cultura. Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, Juliano G. *Documento Técnico da Consultoria em Racismo Institucional, Segurança Pública e Acesso à Justiça*. Projeto BRA/07/010 – PNUD Apoio às Ações Temáticas da SEPPIR, 2011.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Blog Por falar em liberdade, Selo Negro, 2010. Mais ver Disponível em http://blogueirasnegras.wordpress.com/2013/06/27/desafios-politicos-feminismo-negro> acesso dia 04 de julho de 2013.

PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA, parágrafo 8 – Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras em 6-7 de junho de 2002. Distribuição CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Brasília, 2002.

ROLAND, Edna. O *Movimento de Mulheres Negras Brasileiras: Desafios e perspectivas*. In GUIMARÃES, Antônio S. A; HUNTLEY , Lynn (Orgs). *Tirando a Máscara.* Ensaios sobre o Racismo no Brasil. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

ROMIO, Jackeline A. F. *Mortes Femininas Violentas Segundo Raça/Cor.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas/2009.

ROCHA; Luciane O. *Martas, Aldas e Dinalvas: Mulher Negra e Violência Urbana no Rio de Janeiro.* Mulheres Negras Fazendo História. Criola Rio de Janeiro, 2013.

SAFFIOTI; Heleieth Iara Bomgeiovani. *Ontogênese e Filogênese do Gênero: Ordem patriarcal de gênero e violência masculina contra mulheres*. Série Estudos e Ensaios-Ciências Sociais; FLACSO-Brasil-Junho 2009, p. 10.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *O "Mapa da Violência 2011 – anatomia dos homicídios no Brasil, no período de 2002 a 2010*". Instituto Sangari. São Paulo. 2011.
_____. *Mapa da Violência 2012. Crianças e Adolescentes do Brasil*. Instituto Sangari. São Paulo. 2012.
_____. *Mapa da Violência 2013. Mortes Matadas por Armas de Fogo*. Instituto Sangari. São Paulo. 2013.

WERNECK, Jurema. *Inclusão Racial e de Gênero: desafio ou pressuposto da política pública? ABONG* - 1^0 Conferência Nacional Promoção da Igualdade Racial. Cadernos *Abong*, n^{0}34: 17, São Paulo, maio 2005.
_____. *Construindo a Equidade: Estratégia para Implementação de Políticas Públicas para a Superação das Desigualdades de Gênero e Raça para as Mulheres Negras*. Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras/AMNB.RJ: 2007.
_____. *A Era da Inocência Acabou, Já Foi Tarde. Racismos Contemporâneos.* Organização Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania – Rio de Janeiro: Takano Ed. Pag, 39-48, outubro de 2003.

SACRAMENTO. Mônica. *Jovens Negros, Jovens Negras: participação militante em organizações anti-racistas*. Anais do XXVIII Congresso Internacional da ALAS. 6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE.

SANTOS, Renato Emerson dos. *Sobre espacialidades das relações raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço urbano* In. Questões Urbanas e Racismo. Renato Emerson dos Santos, Org. Petrópolis/RJ: DP ET ALii; Brasília: ABPN p. 48, 2012.

SANTOS, Sônia Beatriz. *Feminismo negro diaspórico*. Gênero: Núcleo Transdisciplinar de estudos de Gênero – NUTEG. – v. 9, n°.1 (1. Sem. 2007). –Niterói: EdUFF, 2000.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Columbia University Press. 1989.

SOUZA, Celina*. Políticas públicas: uma visão da literatura.* Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia. Brasil, 2003, p. 2.

SOARES, Serguei. *A Demografia da Cor: A Composição da População Brasileira de 1890 a 2007*. In. THEODORO, Marcio (Org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. IPEA. Novembro de 2008.

XAVIER, Lúcia. Palestra *"Harmonização de conceitos e abordagens 1: a construção dos sujeitos políticos no enfrentamento dos diferentes eixos de subordinação."* Brasil/DF 2012.

ZIMBWE, Thaís. THOMAS, C. (Orgs). ENJUNE – *Encontro Nacional da Juventude Negra: Novas perspectivas na militância étnico-racial*: Bahia: Relatório Final/Coordenação Nacional do ENJUNE, 2007.

APÊNDICE I

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNOCORRACIAIS

PENSAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: *DIMENSÕES INSTITUCIONAIS DAS RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS*

PESQUISA: À FLOR DA PELE*: A JUVENTUDE NEGRA FEMININA NA AGENDA POLÍTICA DE JUVENTUDE NO SÉCULO XXI*

Mestrando: Juliano Gonçalves Pereira

Orientadora: Dra. Sônia Beatriz dos Santos

Roteiro de Entrevista I

Pesquisador de campo:

Data da entrevista: ___/___/ ___

Instituição:

I. Informações Gerais

1. Dados Gerais

a. Nome (opcional) ou Apelido do (a) entrevistado (a): _____

b. Idade:_____ Ano de Nascimento: _____

c.Cidade:_____

d.Bairro:_____

e. Estado_____

f. Em que estado e cidade você nasceu: _____

g. Tipo de Moradia: ( ) casa ( ) apartamento ( ) outros_____

h. Qual é a sua raça/cor?_____

i. Sexo ( ) feminino ( ) masculino

j. Orientação Sexual (opcional): _____

l. Estado Civil

( ) Solteiro (a) ( ) Casado (a) ( ) Viúvo (a) ( ) Desquitado (a) ( ) Separado (a) ( ) Mora junto com alguém numa relação estável ( ) Outros_____

m. Você tem filhos? _____

2. Qual a sua escolaridade?

a) Nenhuma

b) Ensino Fundamental incompleto

c) Ensino Fundamental completo
d) Ensino Médio incompleto
e) Ensino Médio completo
f) Superior incompleto
g) Superior completo
h) Especialização
i) Mestrado
j) Doutorado
k) Pós-doutorado

Ainda estuda?
( ) sim, o que?_____
( ) não

3. Você trabalha?
( ) Sim
( ) Não. Caso tenha escolhido esta opção vá direto para a pergunta No. 4

3.1. Se sim, qual a sua ocupação: _____

OBS: se você respondeu as perguntas Nos.3 e 3.1 vá direto para pergunta No. 5.

4. Se você respondeu que não trabalha. Como você se sustenta financeiramente?

_____

4.1. Quando está sem dinheiro, a que(m) recorre:
( ) Pai
( ) Mãe
( ) Irmão(a)
( ) Amigo(a)
( ) Parente
( ) Vizinho(a)
( ) Empréstimo no banco
( ) Organização de apoio
( ) Outros
( ) Não recorre

5. Você tem uma religião?
a. ( ) sim. Qual. _____

b. ( ) Não

Mas já pertenceu_____

II. Detalhamento sobre questões específicas do tema pesquisado

II.1. Perguntas Introdutórias

1) Você está vinculado (a) a algum grupo político (ou mais de um grupo)? Se sim me fale um pouco sobre este (s) grupo (s) e por que você escolheu pertencer a este (s) grupo (s). Caso não esteja, existe alguma razão específica para você não estar vinculado a um grupo político?

2) Quais foram os eventos sobre Juventude, Juventude Negra que participou nos últimos 06 anos?

3) Como você identifica as experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina no âmbito das políticas públicas direcionadas para a Juventude Negra do século XXI. Gostaria especificamente que você relatasse sobre o Projeto Farol e Juventude Viva.

APÊNDICE II

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNOCORRACIAIS

PENSAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: *DIMENSÕES INSTITUCIONAIS DAS RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS*

PESQUISA: À FLOR DA PELE*: A JUVENTUDE NEGRA FEMININA NA AGENDA POLÍTICA DE JUVENTUDE NO SÉCULO XXI*

Mestrando: Juliano Gonçalves Pereira

Orientadora: Dra. Sonia Beatriz dos Santos

Roteiro de Entrevista II

Pesquisador de campo:

Data da entrevista: ___/___/ ___

Instituição:

Nome (opcional) ou apelido) do (a) entrevistado (a):

1) Nome e ano da política?
2) Quais os objetivos dessa política?
3) Sob quais circunstancias essa política foi estruturada?
4) Aonde nessa política, posso identificar as experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina?
1) Nome e ano da política?
2) Quais os objetivos dessa política?
3) Sob quais circunstancias essa política foi estruturada?
4) Aonde nessa política, posso identificar as experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina?

APÊNDICE III

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNOCORRACIAIS

PENSAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: *DIMENSÕES INSTITUCIONAIS DAS RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS*

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu Juliano Gonçalves Pereira, responsável pela pesquisa **À FLOR DA PELE*: A JUVENTUDE NEGRA FEMININA NA AGENDA POLÍTICA DE JUVENTUDE NO SÉCULO XXI*** estou fazendo um convite para você participar como voluntário deste estudo.

Esta pesquisa pretende refletir sobre a forma como a política pública direcionada a Juventude Negra no Brasil, nesse século XXI tem incorporado as experiências, práticas e discursos políticos da Juventude Negra Feminina. Acreditamos que ela seja importante por somar aos estudos das relações étnico-raciais no Brasil e significativa por estar atenta, as intersecções de raça, gênero e juventude.

Para sua realização será feito o estudo das políticas públicas federais Projeto Farol em Ação e o Plano Juventude Viva: *Plano Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Juventude Negra* e a aplicação destes questionários/entrevistas.

Sua participação constará como participação voluntária. Os benefícios que esperamos com este estudo são de apresentar como as políticas públicas têm incorporado as demandas das jovens negras na prática das ações. Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar quaisquer dúvidas, ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato.

As informações dadas serão confidencias, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser do responsável pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Autorização:

Eu, _____, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou

ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário para a participação neste estudo.

_____

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Dados dos pesquisadores:
Nome: Juliano Gonçalves Pereira
Endereço: Rua General Canabarro, 485 - Maracanã Rio de Janeiro - RJ Bloco E, Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
Telefones: (21) 2566-3179; (21) 81027106; (38) 91962546
Email: juliano.afro@gmail.com

Nome: Sônia Beatriz dos Santos (Pesquisadora Orientadora)
Endereço: Rua General Canabarro, 485 - Maracanã Rio de Janeiro - RJ Bloco E, Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
Telefone: (21) 2566-3179
Email: soniabsantos@yahoo.com